

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BERNARDO ROCHA CARVALHO

PARTIDOS POLÍTICOS, REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR E O GOLPE DE 1964 NA  
ASSEMBLEIA DE MINAS

Juiz de Fora

2018

BERNARDO ROCHA CARVALHO

PARTIDOS POLÍTICOS, REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR E O GOLPE DE 1964 NA  
ASSEMBLEIA DE MINAS

Juiz de Fora

2018

BERNARDO ROCHA CARVALHO

PARTIDOS POLÍTICOS, REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR E O GOLPE DE 1964 NA  
ASSEMBLEIA DE MINAS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado

Juiz de Fora

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carvalho, Bernardo Rocha.

Partidos políticos, representação partidária e o golpe de 1964 na Assembleia de Minas / Bernardo Rocha Carvalho. -- 2018.

103 p.

Orientador: Ignacio José Godinho Delgado

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2018.

1. Assembleia de Minas. 2. Golpe de 1964. 3. Partidos políticos. I. Delgado, Ignacio José Godinho, orient. II. Título.

Bernardo Rocha Carvalho

Partidos políticos, representação parlamentar e o golpe de 1964 na Assembleia de Minas

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em 26 de junho de 2018

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado – Orientador

---

Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim (UFJF)

---

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

*Para Clodesmidt Riani, José Gomes Pimenta (o Dazinho) e Sinval Bampirra.*

Para tirar regras seguras para a vida total desse entrechoque de paixões, de desejos, de ideias e de vontades, o legislador tinha que ter a ciência da terra e a clarividência do céu e sentir bem nítido o alvo incerto para que marchamos, na bruma do futuro fugidio. Quanta penetração! Quanto amor! Que estudo e saber não lhe eram exigidos! Era preciso tudo, tudo! A Quiromancia e a Matemática, a Grafologia e a Química, a Teologia e a Física, a Alquimia!... Era preciso saber tudo e sentir tudo! Era na verdade um vasto e alevantado ofício!

– Lima Barreto

*(Recordações do Escrivão Isaías Caminha)*

## RESUMO

Estudo que objetiva investigar a atuação de parlamentares da Assembleia de Minas nas ocasiões do golpe de Estado de 1964 e da extinção dos partidos políticos que teve efeito com o segundo Ato Institucional em 1965. Parte-se da constatação da escassez de estudos que abordem as consequências do golpe sobre os parlamentos estaduais e os partidos políticos em nível regional. A pesquisa situa-se no campo da histórica política e trata, especificamente, da 5ª Legislatura (1963-1967) da Assembleia de Minas, cuja cronologia compreende os acontecimentos mais críticos para a consolidação do regime no que tange ao seu domínio sobre a vida política nacional, ou seja, além do golpe, a promulgação do primeiro Ato Institucional, a eleição, pelo Congresso, do então general Castelo Branco para a presidência, a cassação do mandato de senador e dos direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek e a promulgação do Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos existentes e encerrou o sistema político-partidário que vigorou durante a 4ª República (1945-1964). Pretendeu-se realizar um estudo em profundidade particularmente das atuações das bancadas dos três maiores partidos (PTB, UDN e PSD) em resposta a eventos chave daquela crise política, enfatizando-se o momento do golpe (abril de 1964 – Capítulos 1 e 2) e o da extinção dos partidos (outubro de 1965 – Capítulo 3).

**Palavras Chave:** Golpe de 1964; Assembleia de Minas; partidos políticos; 4ª República.

## ABSTRACT

The study aims to investigate the proceedings of parliamentary representatives of the Minas Gerais State Assembly in the occasions of the 1964 *coup d'Etat* and of the dissolution of the political parties that took effect with the second Institutional Act of 1965. It is based on the acknowledgment of the scarcity of studies about the consequences of the coup over the state parliaments and the political parties at a regional level. The research is situated in the field of the political history and addresses specifically the 5<sup>th</sup> Legislature (1963-1967), whose chronology includes the most critical events to the consolidation of the military regime regarding its dominance over the nation's political life, that is, besides the coup itself, the promulgation of the first Institutional Act, the election by the Congress of the general Castelo Branco to the presidency, the cassation of the former president Juscelino Kubitscheck's political rights and mandate in the Senate and the promulgation of the second Institutional Act, that dissolved all the existing political parties and ended the political system that existed during the 4<sup>th</sup> Republic (1945-1964). It was intended to focus specifically at the proceedings of the three major party benches of the Minas Gerais Assembly (PTB, UDN and PSD) regarding the key events of that political crisis, emphasizing the moment of the coup itself (April 1964 – Chapter 1 and 2) and the dissolution of the parties (October 1965 – Chapter 3).

**Key-words:** 1964 Coup d'Etat; Minas Gerais Legislative Assembly; political parties; 4<sup>th</sup> Republic.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Arena – Aliança Renovadora Nacional

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

DOPS – Departamento de Ordem Pública e Social

Gret – Grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra

IAPFESP – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PL – Partido Libertador

PR – Partido Republicano

PRP – Partido de Representação Popular

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUA – Pacto de Unidade e Ação

STM – Superior Tribunal Militar

SUPRA – Superintendência da Política Agrária

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UH – [Jornal] *Última Hora*

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>I. A soma de todos os males: divisão e acuartamento no PTB.....</b>	<b>18</b>
<b>2. O “bloco monolítico”: UDN e PSD.....</b>	<b>39</b>
<i>2.1 Um golpe oportuno: projeção e liderança da UDN.....</i>	<i>40</i>
<i>2.2 Mineiros à espreita: governismo e acomodação no PSD.....</i>	<i>52</i>
<b>3. Iguais a si mesmos: PSD versus UDN.....</b>	<b>64</b>
<i>3.1 Vão-se os anéis, ficam os dedos: os últimos momentos de transigência do PSD.....</i>	<i>69</i>
<i>3.2 Sob os escombros do sistema político: tudo ou nada para a UDN.....</i>	<i>81</i>
<b>Conclusão.....</b>	<b>93</b>
<b>Referências.....</b>	<b>98</b>
<i>Bibliografia.....</i>	<i>98</i>
<i>Fontes.....</i>	<i>101</i>

## Introdução

Mais de cinco décadas depois do golpe militar de 1964, é raro encontrar quem se refira ao acontecimento pelo termo “revolução”. Apesar de associado às tradições de esquerda pelo mundo, o vocábulo foi, porém, enfaticamente utilizado por quase todos os que agiram pela derrubada do governo João Goulart para definir a deposição do presidente, tido por muitos de seus opositores como um comunista – ou se não, próximo demais dos comunistas, acusado de tentar implantar no Brasil uma “república sindicalista” ou de comandar um “dispositivo de sovietação” do país. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais o golpe foi celebrado pela grande maioria dos deputados, que procuraram reforçar em diferentes oportunidades seu alinhamento com os agentes civis e militares que articularam e deflagraram o movimento. O nome do governador José de Magalhães Pinto foi obstinadamente propalado em reconhecimento ao seu ativo envolvimento na derrubada do presidente Jango, e foi sempre em demonstração de orgulho que os deputados se referiram ao fato de ter partido de Minas – mais especificamente de Juiz de Fora – a movimentação que resultou no golpe.

Em *Diálogo com o tempo – 170 anos do Legislativo Mineiro*,<sup>1</sup> Maria Auxiliadora de Faria e Otávio Dulci intitularam o quinto capítulo como “Os anos de chumbo: submissão e resistência”, no qual trataram da história da Assembleia de Minas durante a ditadura iniciada em 1964. A dualidade entre submissão e resistência representa bem os acontecimentos que tiveram lugar no parlamento mineiro nos momentos iniciais do regime, considerando-se, primeiro, o amplo bloco formado espontaneamente em defesa do golpe e, depois, as fragmentações e rompimentos ocorridos tanto entre os partidos como entre as tendências internas a eles, muitas vezes como uma reação – embora nem sempre de oposição – ao endurecimento do regime por sobre o sistema político, cada vez mais controlado à força. A princípio, contudo, a ampla maioria dos deputados estaduais que aderiu ao golpe se uniu em torno de diferentes versões do lugar-comum que define um caráter conciliatório, equilibrado, ao estilo mineiro de fazer política, como forma de justificar e legitimar tanto o próprio movimento conspiratório como seu assentimento em relação a ele. As origens desse lugar-comum, aliás, remontam à Primeira República e ao federalismo surgido no período, quando, segundo José Murilo de Carvalho, “O fulcro da economia mineira já se deslocara da mineração

---

<sup>1</sup> DULCI, Otávio e FARIA, Maria Auxiliadora de. *Diálogo com o tempo – 170 anos do Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2005.

para a cultura do café na Zona da Mata e no Sul, enquanto o Norte mantinha sua base pecuária”.<sup>2</sup> Com a substituição consolidada da “Minas do Ouro” do século XVIII pela “Minas da Terra”, deu-se o inevitável impacto dessa mudança sobre a política, e diante da exigência de unificação da bancada mineira no Congresso, de modo a contornar as dificuldades criadas pela extrema fragmentação das elites pelo território do estado, as novas lideranças políticas se encarregaram da tarefa, “e dela se desincumbiram com muita habilidade e com muito êxito [...]. O processo foi estudado por Amílcar Martins, que nele viu a origem do que passou a ser conhecido, então com pertinência, de estilo mineiro de fazer política, marcado pela capacidade de negociação”.<sup>3</sup> Além disso, o recurso ao imaginário da mineiridade serviu também para reforçar a posição anticomunista dos deputados, bastante em voga havia décadas no Brasil, e não apenas como mero reflexo do quadro político-ideológico global, mas com características peculiares,<sup>4</sup> em um país cujo ímpeto industrializante e urbanizador era ainda recente. O conservadorismo implícito à mineiridade fomentava a união de políticos de partidos e trajetórias diferentes em momentos críticos, e as esquerdas em geral não raro eram encaradas como um inimigo comum, uma ameaça a ser eliminada; aqui, entretanto, convém recordar com Eric Hobsbawm que “O medo da revolução social, e do papel dos comunistas nela, era bastante real, [...] mas nos vinte anos de enfraquecimento do liberalismo nem um único regime que pudesse ser chamado de liberal-democrático foi derrubado pela esquerda. O perigo vinha exclusivamente da direita”.<sup>5</sup>

A escalada autoritária levada a efeito pelos militares no poder resume-se aqui, tendo em mente apenas os marcos de efeito no sistema político-partidário, a partir dos seguintes acontecimentos que sucederam o golpe de Estado: 1) o primeiro Ato Institucional, que além de cassar mandatos de parlamentares do Congresso, estipulou eleições indiretas para a presidência da república, de modo a completar o mandato interrompido (a ser concluído em janeiro de 1966); 2) a eleição do então general Humberto de Alencar Castelo Branco para o cargo; 3) a cassação, em junho de 1964, dos direitos políticos e, por extensão, do mandato de senador do ex-presidente Juscelino Kubitscheck; 4) a prorrogação do mandato de Castelo Branco na presidência para até março de 1967, contrariando o que fora previsto; 5) a realização de eleições

---

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Animal político: Arquétipo do mineiro conciliador, Tancredo Neves ganha biografia com furos jornalísticos e alguns equívocos”. *Quatro Cinco Um: A revista dos livros*, São Paulo, v. 1, n. 1, p.11, mai. 2017.

<sup>3</sup> Id., *ibid.*

<sup>4</sup> Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

<sup>5</sup> Os “vinte anos de enfraquecimento do liberalismo” são referentes ao período entre as duas guerras mundiais. HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.116.

para o governo de onze estados, inclusive Minas Gerais, sob forte pressão da chamada “linha-dura” dos militares e a subsequente vitória dos candidatos do Partido Social Democrático em Minas e na Guanabara, considerados opositores ao regime; e, finalmente, 6) a promulgação do segundo Ato Institucional, que dentre outras medidas, extinguiu definitivamente todos os treze partidos políticos existentes. Estes acontecimentos, vistos em conjunto, constituíram o cerco ditatorial em torno do sistema partidário vigente, cujo desfecho foi o seu desmantelamento. Eles repercutiram amplamente na Assembleia de Minas, em relação aos quais os deputados procuraram se posicionar cada um à sua maneira, mas levando em consideração não apenas as leituras individuais que realizavam da conjuntura, como também o que consideravam ser mais coerente e adequado estrategicamente segundo *uma perspectiva partidária*.

Esta é a constatação a partir da qual surgiu a motivação central do presente estudo, que é precisamente a de contribuir, por um lado, com a historiografia dos partidos políticos do período republicano iniciado em 1945 e, por outro, com a historiografia do golpe de 1964 e da institucionalização do autoritarismo de Estado como seu desdobramento. Para tanto, procurou-se abordar criticamente o comportamento das três maiores bancadas partidárias da 5ª Legislatura da Assembleia de Minas em momentos cruciais por meio de reconstituições abrangentes, a partir do cruzamento de fontes primárias com a literatura pertinente. O estudo insere-se, portanto, no campo da história política, que nas últimas décadas, em geral, tem se restabelecido em relação à posição marginal ocupada no conjunto da historiografia brasileira em determinado período do século XX, sobretudo em suas últimas décadas. Ciro Flamarion Cardoso, a propósito, recorre ao termo *aggiornamento*,<sup>6</sup> tomado de empréstimo da língua italiana, para referir-se ao restabelecimento do político como um objeto de estudo de relevância – ou seja, sua restauração na historiografia implicou uma atualização, ou adaptação, aos novos marcos teórico-metodológicos. Após a “desconstrução” da história política tradicional, o campo voltou progressivamente a ser legitimado, lastreando-se nos novos paradigmas epistemológicos predominantes na vida acadêmica. A “reconstrução”, portanto, da história política, ocorreu, por exemplo, a partir da aproximação entre historiografia, antropologia e ciência política, e de um alargamento da noção de fenômenos políticos; estes passaram a ser concebidos para além das dinâmicas e instituições tipicamente associadas à administração pública e aos governos, tais como as cortes, os parlamentos, as monarquias, as eleições, etc. A renovada história política,

---

<sup>6</sup> O historiador faz alusão ao uso do termo pelo Papa João XXIII em relação à adaptação de princípios católicos a um mundo amplamente transformado em relação àquele no qual a Igreja Católica assentou suas bases ideológicas. In: CARDOSO, Ciro F. “História e poder: uma nova história política?” In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

em seu processo de legitimação, assimilou boa parte das críticas recebidas ao longo de seu *aggiornamento*, e nesse sentido, Cardoso aponta que, no Brasil, particularmente, um dos caminhos mais conhecidos foi o desvio da “ênfase da *política* para o *poder* e, então, mediante algum tipo de construção do conceito de poder que negasse prioridade na análise ao poder *estatal*, propor ‘novos objetos’”.<sup>7</sup> Contudo, mesmo considerando-se os trabalhos de inquestionável relevância que surgiram partindo-se de tais perspectivas, nossa proposta foi a de realizar o movimento contrário, ou seja, readotar como objeto privilegiado de análise as dinâmicas e instituições vinculadas ao poder de Estado; no caso, especificamente, os partidos políticos e seu *modus operandi* junto ao Legislativo – um tema que dificilmente pode-se considerar recorrente na historiografia sobre o Brasil do século XX, sobretudo no que tange às assembleias estaduais, resultando daí uma possibilidade de contribuição do trabalho, na medida em que reexamina alguns aspectos das generalizações mais usuais sobre os temas.

Para tanto, recorreu-se privilegiadamente a fontes primárias “oficiais”, ou seja, produzidas no âmbito das atividades do Estado, principalmente o periódico *Minas Gerais*, em sua seção “Diário da Assembleia”, uma publicação regular, com algumas edições por semana, que sumariza as atividades do Legislativo mineiro, e onde encontram-se registradas proposições, projetos de lei, pronunciamentos, etc. além de conter ainda, indiretamente, outras fontes, como matérias jornalísticas lidas em plenário ou anexadas a pedido dos deputados.<sup>8</sup> Estes Diários constituem-se, ainda, como uma importante fonte que em parte substitui os Anais da Assembleia, os quais, para o período aqui tratado, encontram-se, infelizmente, indisponíveis. A análise destas fontes foi feita em cotejo tanto com uma bibliografia mais geral sobre o período quanto com uma mais específica sobre os três partidos políticos abordados: o Partido Trabalhista Brasileiro, a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático, escolhidos a critério da relevância exercida em âmbito nacional e estadual naquele contexto e do número de cadeiras ocupadas no parlamento mineiro.<sup>9</sup> Tratando-se do período em questão, os três partidos são tidos, *grosso modo*, como sendo de esquerda, de direita e de centro, respectivamente. A classificação pode ser um ponto de partida didático, mas se perde na medida do aprofundamento da análise. O perfil do PTB mineiro correspondia apenas relativamente ao perfil nacional do partido, e embora parte de seus integrantes fossem políticos ligados ao

<sup>7</sup> Id., Ibid., p.46, grifado no original.

<sup>8</sup> Com o objetivo de dar mais coerência ao texto final, optou-se por realizar a transcrição das fontes corrigindo-se os erros de digitação presentes nos originais, tais como letras trocadas, por exemplo. Constatando-se não acarretar em prejuízo do conteúdo, também foi feita a atualização ortográfica, inclusive dos nomes próprios (ex.: “Castello Branco” para “Castelo Branco”, “Adhemar de Barros” para “Ademar de Barros”, etc.).

<sup>9</sup> PTB, 12; UDN, 26 e PSD, 18 – eram as três maiores bancadas partidárias.

aparato público estatal e à memória de Getúlio Vargas, nem sempre se lastreavam pelo trabalhismo popular da década de 1960, como ocorria mais comumente em outros estados, sobretudo do Sudeste e do Sul – “Com efeito, o PTB mineiro aparecia como um composto de políticos de perfil convencional e de líderes com vínculos operários [...], mas geralmente avessos à influência das correntes mais avançadas que sobressaíram no partido em sua última fase”.<sup>10</sup> Sem embargo, a análise da bancada petebista na ALMG mostrou-se importante pelo fato de ter se tornado um alvo privilegiado de ataques das demais, a ponto de ter sofrido a cassação de dois de seus integrantes logo nos primeiros momentos pós-golpe, sendo ambos lideranças importantes do movimento sindical no estado. Por outro lado, a UDN e o PSD, os dois grandes partidos de Minas, eram as forças que, conforme Otávio Dulci, historicamente “polarizaram a competição eleitoral”, com um detalhe: “tendo o PR como fiel da balança”<sup>11</sup> – o Partido Republicano era praticamente um espólio do ex-presidente Arthur Bernardes, e a orientação geral de seus integrantes era apenas o pragmatismo dos acordos “que tinham como alvo a preservação de espaços político-eleitorais, nada mais”;<sup>12</sup> além disso, em 1964 encontrava-se em franco declínio, razões pelas quais optou-se por “liberá-lo” do escrutínio. Por outro lado, procurou-se, ao longo da pesquisa, explorar tão amplamente quanto possível as diferenças entre a UDN e o PSD, e apesar de ambas terem sido organizações predominantemente conservadoras – talvez mais ainda em Minas Gerais, as disputas que travaram entre si dizem muito sobre a vida política do país no período. O bloco espontâneo que surgiu em apoio à “revolução” na Assembleia de Minas tinha nos dois partidos seus protagonistas, mas a adesão automática dos parlamentares ao movimento golpista não se explica apenas por seu reacionarismo e anticomunismo virulento, mas igualmente por um sentido de oportunidade e antecipação. As iniciativas militares que resultaram no estreitamento do cerco ao sistema partidário, elencadas acima, nem sempre tiveram a anuência e colaboração dos agentes políticos. Em relação ao primeiro Ato Institucional, por exemplo, Thomas Skidmore observara:

Os líderes conservadores da UDN e do PSD prepararam sua própria versão de uma lei de emergência, deixando claro que seu diagnóstico do problema político brasileiro não era o mesmo dos linhas-duras. Em resumo, os políticos civis não queriam fazer a “cirurgia” na medida e na forma exigida pelos militares.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> DULCI, Otávio. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.137.

<sup>11</sup> Id., *Ibid.*, p.135

<sup>12</sup> Id., *Ibid.*, p.144

<sup>13</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.354.

Sendo assim, a observação das três bancadas nos últimos momentos da história dos partidos, ainda que limitada ao caso da Assembleia de Minas, deve contribuir para elucidar o sentido de seu republicanismo e as diferenças entre os diagnósticos que fizeram da crise. A organização do texto deu-se, afinal, em uma narrativa em três capítulos; considerando-se que os meses de abril de 1964 e outubro de 1965 constituem os dois marcos fundamentais para a pesquisa, o primeiro acontecimento, ou seja, o próprio golpe, foi tomado como referência nos dois primeiros, e o segundo acontecimento – o AI-2, foi a referência adotada para o último capítulo. Passado o momento do golpe, observou-se que os principais partidos readotaram progressivamente seus respectivos estilos de atuação, conforme prevaleceu durante a 4ª República, cuja última crise resultou naquela que provavelmente foi a mais grave interrupção no desenvolvimento da democracia no país. Embora ostentassem uma herança política conciliatória, à qual recorreram para se acomodar à conjuntura pós-golpe, os deputados estaduais mineiros se encontraram em poucos meses constrangidos pela força ditatorial que lhes estreitou até os limites quaisquer margens de negociação e de conciliação.

## Capítulo 1:

### A soma de todos os males: divisão e acumamento no PTB

Tem-se observado ao longo das últimas décadas no Brasil um expressivo aumento no número de pesquisas sobre a ditadura militar, o que se evidencia, por um lado, quando o golpe que a originou faz aniversário e são organizados eventos onde são divulgados o andamento e os resultados recém alcançados pelas investigações, e por outro, com o surgimento de obras “de balanço”,<sup>14</sup> que procuram sumarizar o estado da arte e o conhecimento acumulado sobre o período da história do país com o qual, ainda assim, segue sendo difícil realizar um acerto de contas minimamente satisfatório.<sup>15</sup> Um dos fatores que estimula o surgimento destas pesquisas é a constatação de que entre os agentes e instituições envolvidas no golpe observa-se notável heterogeneidade de composição e interesses, além da inexistência de *um* projeto solidamente formulado e claro que os unificasse em torno do objetivo comum de derrubada de um governo e conseqüente subversão da ordem política constitucional em vigor.

Mas, apesar do aumento do interesse pelas transformações impostas ao sistema político brasileiro e às suas instituições durante a derrocada da 4ª República (1945-1964), alguns temas correlatos permanecem, decerto, por ser abordados; entre eles, 1) o impacto do golpe de março/abril de 1964 no processo de representação parlamentar de interesses; e 2) o papel dos partidos políticos como setores de importância no âmbito das conspirações golpistas e de seu desfecho. Este primeiro capítulo encontra-se, então, dedicado a realizar uma ambientação geral, com ênfase nas investidas sofridas pela bancada do Partido Trabalhista Brasileiro na Assembleia de Minas, geralmente em forma de ataques genericamente direcionados às esquerdas em geral, conduzidos pela extensa coalizção de políticos mineiros unidos pela bandeira do anticomunismo, e que aderiram orgulhosos ao golpe que, segundo proclamavam, teria se originado justamente em Minas Gerais. Apesar de não ter reproduzida no estado sua importância nacional, o PTB ainda assim era a terceira força partidária no parlamento mineiro, possuía importantes quadros entre suas fileiras – alguns dos quais muito ligados à história do

---

<sup>14</sup> Cf. FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014 e MOTTA, R. P. S., REIS, D. A., e RIDENTI, M. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; dentre outros.

<sup>15</sup> Observe-se, por exemplo, o problema da punição aos agentes do Estado envolvidos em torturas; a instalação tardia, em relação a outros países, de comissões da verdade; a disponibilidade pública, também tardia, de documentação importante para o estudo do período; as demandas por esclarecimento quanto ao envolvimento com a ditadura por parte de determinados agentes e instituições, e o mea-culpa a que são levados a fazer publicamente; o interesse por parte de alguns atores políticos em defenderem publicamente o regime e, assim, criar um campo polarizado de batalhas por sua memória e história; etc.

partido – e, afinal de contas, era a legenda que comandava o posto mais importante da governança do país. No entanto, o golpe revelou uma situação de pouca unidade, e o PTB mineiro não demorou a se dispersar ideológica e operacionalmente.

Logo em 3 de abril de 1964 foi aprovado na Assembleia de Minas um voto de congratulações aos senhores Magalhães Pinto e Ademar de Barros, e aos chefes das forças armadas, cujo proponente, o deputado Waldomiro Lobo, justificou seu requerimento por ter ficado “admirado” que os nomes dos dois governadores, respectivamente de Minas e de São Paulo, “não tivessem sido homenageados” na festa ocorrida no dia anterior, no Rio de Janeiro.<sup>16</sup> Para o deputado, ambos eram homens que teriam lutado por aquela “revolução” vitoriosa, que teriam “[arriscado] seus mandatos de governadores”, e que, portanto, não poderiam ter sido esquecidos na celebração do dia anterior. A justificativa para tal reparação prosseguiu com o deputado advertindo que “A justiça começa de casa e, no caso, a casa é nossa, pois daqui saiu a vitória.” O voto de congratulações seria então, segundo ele, “um ato de justiça [...] aos verdadeiros heróis da derrocada dos comunistas e dos pelegos em nossa pátria”. Consta no requerimento que “O dispositivo de sovietação do país, que vinha de ser montado pelo deputado Leonel Brizola e sua turma dos 11 ruiu como um castelo de cartas”, que “O movimento cívico-militar de 30 de março pode, com propriedade, denominar-se ‘A Revolta do Bom Senso’” e, por fim, que os homenageados mereceriam a distinção pela “destacada atuação que tiveram na redemocratização do país e no banimento do comunismo de nossas terras”.<sup>17</sup>

Waldomiro Lobo era deputado justamente pelo PTB, mesma legenda de Jango, e na primeira sessão da Assembleia em seguida ao golpe, em 2 de abril, se pronunciou em rompimento com a bancada de seu partido, ao justificar sua assinatura em um requerimento de manifestação de congratulações e solidariedade ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, que ocupava o cargo de presidente da república desde o dia anterior. Lobo já afirmava que a maioria de seus correligionários desejaria expulsá-lo do partido, e que ele seria o único autêntico petebista na Assembleia, representante do “PTB de Getúlio Vargas”, em oposição ao “PTB de Brizola”, e que Jango teria se desviado à força, “envolvido por falsos

---

<sup>16</sup> “Programou-se um grande evento para o Rio de Janeiro, no dia 2 de abril, que, em virtude da derrubada do governo, acabou se transformando numa comemoração pelo sucesso da campanha antiGoulart e anticomunista. A Marcha do Rio teve os mesmos ingredientes observados na manifestação da praça da Sé [Marcha da Família com Deus pela Liberdade]: ataques ao comunismo, acusado de almejar o poder ditatorial para destruir pátria, família e religiões (no plural, para ressaltar o ecumenismo anticomunista)”: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.141.

<sup>17</sup> MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO. *Diário da Assembleia*. Ano LXXII, Nº 65, Belo Horizonte, 7 abr. 1964, p.4.

patriotas, falsos nacionalistas” que estariam “a soldo de Cuba e de Moscou”. O deputado fez referências ao pronunciamento do líder da bancada petebista, Feliciano de Oliveira, que havia lido, pouco antes, uma nota assinada pela maioria dos deputados do partido, cujos subscritores desligavam-se em definitivo do governo do estado, do udenista Magalhães Pinto, e afirmavam que iriam “Manter posição de expectativa, até que se esclareçam, em profundidade, as implicações do movimento eclodido no país e até que se reúna[m] conjuntamente com a bancada federal e comissão executiva do partido em Minas, para adoção de atitudes definitivas”, além de “Reafirmar o seu apoio inabalável às Reformas de Base, dentro dos postulados da Democracia e preceitos cristãos, e reclamadas pela imensa maioria do povo brasileiro, objetivo básico da doutrina trabalhista”.<sup>18</sup>

O tema das reformas de base foi levado à tona novamente na sessão do dia 3 por um dos dez petebistas que assinaram a nota do partido, o deputado Wilson Modesto,<sup>19</sup> que demonstrou certa incongruência ao afirmar que “a revolução foi vitoriosa” porque as reformas de base foram vitoriosas, já que todos reconheceriam a partir de então “que as reformas pregadas pelo Presidente João Goulart, que diziam ser de caráter subversivo há alguns dias atrás, para alegria do povo, deverão ser realizadas.” O deputado interpretava que Jango havia sido afastado “por causa dos comunistas”, com os quais Modesto afirma nunca ter concordado, e em seguida convoca seus colegas da Casa para que reconheçam a “responsabilidade de fiscalizar a atuação daqueles que, em nome da revolução pelas reformas, apearam do poder o ilustre Presidente João Goulart.” Seu argumento se baseia no fato de que até mesmo um dos mais veementes opositores a Jango, o deputado federal João Calmon, do PSD, teria afirmado publicamente que as reformas precisariam ser feitas e, sutilmente, Modesto questiona o caráter definitivo do afastamento do presidente, ao afirmar que “Até este momento, pelo que sabemos, houve apenas uma comunicação de que o sr. João Goulart havia abandonado o Governo da República. Aguardaremos ansiosos a luta pelas reformas pretendidas pelo povo cristão e democrata”, e prossegue com a observação de que o programa do PTB, ao qual afirma permanecer “fiel e disciplinado”, seria “conhecido por todos”, e que teria sido “idealizado por Vargas.”<sup>20</sup>

A disputa sobre a memória do ex-presidente Getúlio Vargas se transformou, aos poucos, em um embaraço para o PTB, sobretudo quando Waldomiro Lobo volta a se pronunciar na sessão do dia 6 de abril e expõe mais longamente a respeito de sua intenção, expressa na referida

---

<sup>18</sup> Ibid., Nº 64, 4 abr. 1964, p.2.

<sup>19</sup> Teve o mandato cassado em 5 de julho de 1966.

<sup>20</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 65, 7 abr. 1964, p.3.

sessão do dia 2, de fundar a “Ala getulista do PTB”. O deputado insistiu, então, em se posicionar como um obstinado antagonista de Leonel Brizola, afirmando ser o único petebista da Assembleia de Minas que havia combatido a ele e aos “outros 10 ou 11 que queriam bolchevizar nossa pátria.” Lobo prosseguiu acusando seus correligionários de terem ameaçado expulsá-lo do partido por diversas vezes e de olhá-lo com desprezo, não lhe concedendo o direito de integrar nenhuma das comissões da Casa, e em oposição à mensagem da nota da bancada petebista, lida no dia 2 pelo líder Feliciano de Oliveira, afirma que a ala getulista iria apoiar o governo Magalhães Pinto, ao invés de atuar como oposição. Após acusar diretamente a direção do partido de demonstrar imobilismo durante a crise política, citando os nomes de San Tiago Dantas e de Euclides Cintra (também deputado estadual e vice-presidente da Comissão Executiva Estadual do PTB), reafirmou enfaticamente a intenção de fundar a “Ala getulista” em Minas, e asseverou: “Dentro de poucos dias, esta Casa, bem como o sr. Governador, vão receber um ofício da ala getulista do PTB, e também as emissoras e jornais tomarão conhecimento da nossa atitude.” Pouco antes, Waldomiro Lobo havia lido uma lista com 22 nomes de personalidades que teriam aderido à iniciativa, e acrescentou em seguida o nome da deputada estadual Maria Pena, também do PTB, de quem disse ter recebido um telegrama no dia anterior comunicando sua decisão de também aderir à ala getulista.<sup>21</sup>

Maria Pena ocupava o posto de vice-líder do partido e também subscreveu a nota lida no dia 2. Na sessão do dia 6, porém, fez um pronunciamento relativamente longo, acompanhando a posição do deputado Sinval Boaventura, da UDN, para que um apelo da Casa fosse enviado ao Congresso, em apoio ao nome do general Humberto Castelo Branco para a presidência da república. A deputada, dirigindo-se a seus pares, afirmou: “É preciso, srs. Deputados, que por um momento apenas esqueçamos nossas pequenas rixas, esqueçamos nossas pequenas competições municipais, nossas pequenas competições partidárias,” para que “numa só vontade e num só desejo” fosse feito o apelo ao Congresso Nacional; então, observou: “Acabamos de vencer a mais ignominiosa conspiração comunista que já se ergueu, no mundo, contra uma nação”, e iniciou a conclusão de seu argumento afirmando que seria preciso “que o Congresso [compreendesse] nesta hora, que a pessoa do General Castelo Branco, na Suprema Direção do Brasil, é um penhor de garantia e de paz para todos nós. É homem que não leva, para aquele cargo, nenhuma derivação política”, e completou adiante: “Façamos sentir aos Deputados Federais que não é hora de discutir partidos, que não é hora de discutir candidatos ou posições”, insistindo em que os parlamentares abandonassem temporariamente todos os

---

<sup>21</sup> Ibid., Nº 66, 8 abr. 1964, p.2.

outros interesses, inclusive as eleições previstas para o ano seguinte. O requerimento foi aprovado por unanimidade, com a presença de oito petebistas. Na mesma sessão Maria Pena retornou à tribuna para falar sobre “autenticidade” e “fidelidade” aos princípios com os quais um político se apresenta ao povo, sendo estas, segundo a deputada, “duas qualidades que devem informar a ação” dos que se dedicam à vida pública. Desta vez ela foi explícita, julgando ter sido seu dever dar tal satisfação, durante a qual esclareceu ser, “como a grande maioria do povo brasileiro, totalmente a favor das reformas de base”, tendo, entretanto, discordado “dos métodos que vinham sendo empregados no encaminhamento das reformas”, daí explicando seu “total apoio ao movimento desencadeado pelo ilustre Governador Magalhães Pinto.” E quanto à sua assinatura na nota do PTB, na qual consta o rompimento com o governo do estado, a deputada procurou relativizar o fato, e afirmou que em nome da autenticidade e da lealdade se solidarizou com sua bancada, em uma atitude que segundo ela não seria de rompimento com o governador, “mas de tomada de posição de independência e de expectativa, diante de uma situação nova.” Por fim, afirmou que lutaria para “o reenquadramento do partido nos ideais do grande e inesquecível Presidente Vargas.”<sup>22</sup>

A iniciativa de Waldomiro Lobo em fundar a ala getulista do PTB fora desautorizada pelo presidente da Comissão Executiva Estadual do partido, o então senador Camilo Nogueira da Gama, visto que o deputado havia afirmado em um de seus pronunciamentos que reuniria a ala na própria sede estadual do PTB; mas Lobo, no entanto, não reconheceu a decisão da direção. Em sessão no dia 13 subiu à tribuna e expôs o fato de que Euclides Cintra lhe teria comunicado a proibição de que a ala getulista se reunisse na sede, acusou o senador de ter aberto as portas do partido para comunistas – “elementos fichados pelo DOPS” – e desafiou a medida, tida por ele como “sem nenhuma justificativa”, além de “violenta e ditatorial”, afirmando: “nós vamos nos reunir é lá mesmo no PTB, até que consiga o senador Camilo Nogueira da Gama nos expulsar do Partido”.<sup>23</sup>

No contexto do pós-golpe na Assembleia de Minas, portanto, o PTB se enfraqueceu decisivamente, tanto pelas cisões internas como pelas investidas que sofreu de parlamentares dos outros partidos. Também na sessão do dia 6 o deputado João Belo, do PR,<sup>24</sup> solicitou ao

---

<sup>22</sup> Id., *Ibid.*, p.2-4.

<sup>23</sup> *Ibid.*, Nº 71, 15 abr. 1974, p.3.

<sup>24</sup> Segundo David Fleischer, o Partido Republicano era “Uma continuação fraca dos Partidos Republicanos dos estados, vigentes antes de 1930,” e havia sido liderado por um dos maiores opositores de Vargas, o ex-presidente Arthur Bernardes; cf. FLEISCHER, D. *Brazilian political parties and party system, 1945-1997*. Washington, DC: IBI/The George Washington University, 1998, p.10, tradução livre. Possuía 9 cadeiras na 5ª Legislatura da Assembleia de Minas.

presidente da Casa uma questão de ordem e requerimento de cassação do petebista José Hugo Castelo Branco, por supostamente ter acumulado com o cargo de deputado o de Coordenador-Geral da Previdência Social e posteriormente o de Chefe do Gabinete do ministro do Trabalho, mas não perdeu o mandato, já que conforme pôde comprovar, havia se licenciado da Assembleia a tempo. Contudo, já na sessão do dia seguinte, foi instalada Comissão de Inquérito na Comissão de Constituição e Justiça, atendendo a um requerimento de outro deputado do PR, Athos Vieira de Andrade, para que fossem cassados por “procedimento incompatível com o decoro parlamentar” (de acordo com o inciso III do art. 20 da Constituição do Estado<sup>25</sup>) e por suposto envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro, os petebistas Sinval Bambirra e Clodesmidt Riani, além de José Gomes Pimenta (conhecido como Dazinho), do PDC,<sup>26</sup> que desde os dias 30 e 31 de março já se encontravam presos. Em menos de cinco dias, em uma sessão secreta extraordinária, por unanimidade entre os presentes os três deputados perderam os mandatos e seus suplentes foram convocados.<sup>27</sup> Mais uma vez, Waldomiro Lobo se pronunciou, agora para atacar os correligionários recém-impedidos e justificar seu voto favorável às cassações. Questionou a “autenticidade trabalhista” de todos os colegas de bancada e não deixou de, mais uma vez, evocar o nome de Vargas. Sobre Riani e Bambirra, acabou por dar uma pista do caráter persecutório das cassações, ao afirmar: “Se eles tivessem vencido eu nem chegaria ao paredão; seria morto antes, não pelas costas pois eu iria lutar”, aludindo, assim, à participação dos dois deputados na hipotética trama comunista em curso, até ter sido interrompida pela “revolução”. Ao explicar sua posição pelo impedimento dos colegas, disse: “Votarei a favor da cassação dos mandatos daqueles Deputados, contra os quais forem apresentadas provas de que, de fato, são indignos desta Casa, por pertencerem a partidos de esquerda,” e completou dizendo não poder se calar diante da ação dos que pretendiam “cubanizar” o Brasil.<sup>28</sup> Athos Vieira de Andrade apresentou-se à tribuna depois de confirmada a cassação para ler a mensagem constante em um abaixo assinado contendo 112 nomes, cujos signatários manifestaram-lhe apoio pela iniciativa, “muito necessária, da cassação dos mandatos dos Deputados comunistas dessa Assembleia.” Depois, Andrade leu para o plenário a relação dos nomes que compunham o comitê estadual do PCB em Minas, segundo ele,

---

<sup>25</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1965, p.7 (promulgada em 1947).

<sup>26</sup> O Partido Democrata Cristão, em 1964, era o quinto maior do Congresso, mas encontrava-se dividido entre grupos de direita, esquerda e centro; cf. FLEISCHER, D. Op. cit., p.9. Possuía apenas duas cadeiras na 5ª Legislatura da Assembleia de Minas.

<sup>27</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 67, 9 abr. 1964, p.1.

<sup>28</sup> Id., Ibid., p.4.

reestruturado em março do ano anterior, e expôs os nomes, profissões e endereços de 24 pessoas, dentre elas, de um dos deputados cassados, Sinval Bambirra.<sup>29</sup>

Eleitos em 1962 na primeira eleição parlamentar que disputaram, os três deputados cassados eram ativos sindicalistas vinculados à tradição trabalhista. Bambirra era operário tecelão, e além de deputado estadual era presidente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais. Clodesmidt Riani era operário eletricitista, e teve uma trajetória sindical proeminente: presidira o Comando Geral dos Trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria quando fora preso e cassado. E José Gomes Pimenta era operário da mineração de ouro, e ocupava a presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Exploração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima. Os três haviam sido os primeiros operários eleitos para a Assembleia de Minas, segundo estudo de Lucília Delgado sobre as cassações. Empregados em setores tradicionais da indústria, sua incursão na política foi “inevitavelmente marcada por uma prática de base trabalhista/getulista – que era comum aos operários das empresas vinculadas a esses setores – prática na qual o Estado era identificado como interlocutor privilegiado dos trabalhadores.”<sup>30</sup> Viam-se, portanto, em posição de protagonismo durante o governo Jango, e eram os mais próximos, na Assembleia de Minas, de seu governo e das reformas de base. Conforme Lucília Delgado, “A memória dos três ex-deputados em relação a sua eleição tem em comum um registro claro de que sua origem operária era uma excrescência em relação à tradição da política nacional e principalmente mineira, estruturalmente marcadas por um atávico conservadorismo.”<sup>31</sup> Nas palavras de Bambirra, em depoimento à autora:

Três operários, meu Deus! O Dazinho a três mil metros no fundo da Mina de Morro Velho, o Riani é o homem do poste, eletricitista, e eu lá do interior, do tear numa fábrica de tecidos. Foi um escândalo realmente. E nós cumpríamos um mandato muito bonito mesmo. Foi a primeira cassação do país, no dia oito de abril.<sup>32</sup>

Depois de presos – a princípio em caráter preventivo, cassados em um processo-relâmpago, para o qual redigiram suas peças de defesa desde a prisão, “sem assessoria de advogados e sem possibilidade de consulta a quaisquer documentos”,<sup>33</sup> e a cujas atas só puderam ter acesso em 1998 – trinta e quatro anos depois, os três deputados não deixaram de sofrer a vigilância e a perseguição do regime:

<sup>29</sup> Ibid., Nº 68, 10 abr. 1964, p.2.

<sup>30</sup> DELGADO, Lucília de A. N. “A espada elitista: cassação de deputados operários em Minas Gerais”. In: *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 5, p.55-72, 1999, p. 59.

<sup>31</sup> Id., Ibid., p.63.

<sup>32</sup> *Apud* DELGADO, L. *ibid.*, p.64.

<sup>33</sup> Id., Ibid., p.65

Bambirra, após ter sofrido inúmeras torturas nos quartéis mineiros, foi julgado e condenado a vinte anos de reclusão. Posteriormente, sua pena foi reduzida pela Tribunal Superior Militar. Então foi solto em 1968. Quando ao final deste mesmo ano percebeu que o clima político no Brasil estava muito acirrado e que as perseguições políticas poderiam lhe atingir, protegido pelos freis dominicanos, exilou-se primeiro no México e depois na Alemanha Oriental, onde concluiu o curso de Jornalismo. Somente após dez anos voltou ao Brasil, logo após a votação da Lei da Anistia pelo Congresso Nacional.

A trajetória de Riani após o desencadeamento final do processo de cassação chegou a ser trágica. Muito visado por ter sido presidente do Comando Geral dos Trabalhadores e por ter ligações próximas com o presidente João Goulart não foi poupado um dia sequer. Após ter respondido a Inquérito Policial e Militar foi julgado e condenado a dezessete anos de prisão. Mas sua pena também foi reduzida pelo STM e no início de 1968 foi solto. Sem maior mobilidade para sair do país, pois tinha dez filhos, todos menores, voltou ao trabalho de eletricista em Juiz de Fora. Mas, logo após a decretação do Ato Institucional nº 5 [em 1968] voltou a ser preso e amargou anos de prisão no presídio de Ilha Grande no estado do Rio de Janeiro.

Dazinho também foi julgado na mesma ocasião de Riani e Bambirra. Foi condenado a dezoito anos de reclusão. Sua pena, após recurso do advogado, também foi reduzida e ele voltou para Nova Lima. Quando estava preso sua família foi largamente apoiada pelo Movimento Familiar Cristão. Eram onze filhos e por isso Dazinho afirma que nunca pensou em sair do Brasil: “Não saio do Brasil. Tenho onze filhos para cuidar.” Mas em Nova Lima não pôde voltar à Mina, pois a empresa o dispensou. Para sustentar a família exerceu várias funções: motorista de Kombi que fazia serviço de lotação, apontador de obra de construção civil, avicultor...<sup>34</sup>

Após a edição do primeiro Ato Institucional em 9 de abril, o deputado pela UDN Valdir Melgaço, na sessão do dia 13, ressaltou a antecipação dos parlamentares mineiros na perseguição às esquerdas, propalando que a Assembleia de Minas tivera “o mérito de assumir a responsabilidade de cassar, em primeiro lugar, em toda a Federação Brasileira, o mandato dos deputados comunistas”. Afirmou, em comparação, que “O Congresso Nacional não pôde tomar essa iniciativa, mas, o Comando Revolucionário, os Comandos Militares, a tomaram e cassaram o mandato de 40 Deputados Federais”. E justificando um requerimento, posteriormente aprovado, em que propõe a criação de uma Comissão Parlamentar de Sindicância para apurar as possíveis atividades de membros do PCB ou de “implicados no processo de subversão ou agitação social” no que chamou de serviços legislativos, recorreu ao exemplo do que afirmou estar ocorrendo no governo do estado da Guanabara, ou seja, “fazer também a operação limpezas da administração pública, no Poder Executivo e dentro do Poder Legislativo.”<sup>35</sup>

San Tiago Dantas, reeleito deputado federal pelo PTB de Minas em 1962, havia assumido em seguida o ministério da Fazenda do governo Jango, e se afastado dos cargos em fevereiro daquele ano para tratar de um câncer, também foi alvo de ataques na Assembleia de Minas. O deputado João Belo, já mencionado, foi à tribuna e articulou um longo discurso contra

<sup>34</sup> Id., *Ibid.*, p.69-70.

<sup>35</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 71, 15 abr. 1964, p.2.

Dantas: “uma das maiores e melhores inteligências do País”, mas que, porém, segundo ele, “Veio a Minas, naturalizou-se mineiro, comprou os votos dos mineiros e tornou-se o dono da política do PTB.” Seria, ainda, “marcadamente da linha comunista, porque defendia a autodeterminação de Cuba, e esta autodeterminação faz parte do programa comunista, no sentido de jogar o Brasil nos braços dos países comunistas.” Como ministro da Fazenda, teria sido “uma grande figura, no sentido de unir as Forças da esquerda, para dar o golpe no Brasil.” João Belo apresenta o ex-ministro como um tipo de oportunista que teria construído sua carreira ao se aproveitar do fato de que os mineiros, há muitos anos, vinham “lutando em torno de uma política de benefícios para o Estado”, e para cá veio “comprar votos” e “encantá-los”, aparecendo como um “homem inteligente de Minas Gerais.” As acusações do deputado João Belo se estenderam ainda ao ex-ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos, também por suposta traição aos interesses mineiros. Este seria um “pelego”, que poucos anos antes havia se prestado até “para condecorar o agitador internacional ‘Che’ Guevara”, e agora tentaria vir a Minas para “ficar com as glórias da vitória.” Ambos os ex-ministros, para o deputado, eram “homens que sempre estiveram na Capital da República e que, às vezes, sentiam vergonha de dizer que eram mineiros”.<sup>36</sup>

A divisão ocorrida nacionalmente em meio ao PTB se expressou principalmente no Congresso Nacional, no momento da eleição presidencial de 11 de abril, que fora estabelecida pelo primeiro Ato Institucional. Naquela ocasião, as bancadas do partido na Câmara e no Senado apresentaram ao plenário, cada uma, uma nota que exprimia sua posição diante da consulta que ali teria lugar; ambas as notas, contudo, revelavam um contraste significativo entre os correligionários. A nota dos deputados, lida pelo líder, o catarinense Douzel de Andrade, expressava a decisão da maioria daqueles parlamentares de absterem-se do voto para presidente da república e seu vice, com o argumento de que, realizada naquelas condições, a eleição não poderia expressar a vontade popular, e reafirmou ideias consideradas basilares para a existência e as ações do partido, tal como se lê:

A bancada do Partido Trabalhista na Câmara Federal, no momento em que o Congresso Nacional se reúne para escolher o Presidente e o Vice-Presidente da República que terminarão o período presidencial em curso, deseja tornar claras perante o povo brasileiro as responsabilidades que assume e as razões que levam a permanecer neste recinto e a participar assim, do ato eleitoral que nele se processará.

Entende a bancada que não lhe basta, para explicar a sua posição histórica e justificar-se perante os seus eleitores, tomar uma atitude destemida e honrosa de protesto ou alheamento, com a qual poderiam ficar satisfeitas as consciências de seus representantes, mas talvez não ficasse atendidas as causas com que eles se

---

<sup>36</sup> Ibid., N° 67, 9 abr. 1964, p.2-3.

comprometeram, individual e coletivamente, ao disputarem nas urnas o mandato popular.

Essa causa é, em primeiro lugar, a da emancipação econômica e política do nosso povo, tanto dos grilhões que ainda submetem a nossa economia aos interesses de potências estrangeiras e de forças internacionais, como das desigualdades internas que oprimem as classes populares e mantêm indefinidamente privilégios que outros povos já lograram se desvencilhar.

Essa causa, Sr. Presidente e Senhores Deputados, se desdobra na preservação de princípios e ideais nacionalistas, implantados na consciência brasileira pelo inesquecível presidente Getúlio Vargas. Desdobra-se ainda no compromisso de lutar ao lado da classe operária, dos trabalhadores rurais e dos servidores públicos, tanto civis como militares, para assegurar-lhes uma participação maior e mais justa na riqueza nacional, abrindo-lhes ao mesmo tempo, perspectivas amplas de acesos aos instrumentos de trabalho, às oportunidades, aos benefícios da cultura e da civilização, como é próprio de uma verdadeira democracia, que não o pode ser apenas no campo político, mas também, no social.<sup>37</sup>

O deputado prosseguiu, ainda em defesa do partido e de seus integrantes, contra a frequente acusação de serem comunistas, apontada como tentativa de confundir a opinião pública, uma vez que seriam eles homens “que repudiam o marxismo e o comunismo”, por se conservarem fiéis aos princípios “democráticos e cristãos”, duas bases sobre as quais teria sido moldado o trabalhismo. Reclamou para o PTB o direito de lutar em favor das “formulações nacionalistas e das reformas de base”, que permitiriam ao povo realizar “as grandes transformações sociais, que servirão de suporte ao desenvolvimento econômico e à independência política da Pátria” e concluiu ao explicar que a liderança, seguindo deliberação da maioria dos deputados do partido, anunciava “o propósito de, embora comparecendo à eleição, abster-se [...], já que no curto prazo destinado à realização dessa escolha, não foi possível às forças políticas realizarem uma consulta válida que lhes permita traduzir na eleição a vontade popular.”<sup>38</sup>

Contudo, um total de 36 deputados petebistas não aderiram ao pronunciamento de Doutel de Andrade, mas optaram por assinar a nota redigida por seus correligionários senadores, que segue um caminho diferente. Lida pela Mesa Diretora, consta na “Declaração de Voto da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado Federal” que:

[...] Tendo em vista as reiteradas declarações do General Humberto de Alencar Castelo Branco, de que respeitará as liberdades democráticas e respeitará o regime Republicano Representativo, com a restauração, em sua plenitude, das instituições constitucionais, sem compromisso com grupos ou partidos políticos, para só agir voltado no sentido da defesa e solução dos altos interesses nacionais, os Senadores Trabalhistas deliberaram, numa demonstração de confiança nesses propósitos e no passado de dignidade do ilustre militar, votar em Sua Excelência nas eleições de hoje.

Procedendo por esta forma, a Bancada Trabalhista do Senado Federal se coloca nas linhas das diretrizes adotadas na última convenção do Partido Brasileiro, realizada

<sup>37</sup> ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XIX, Nº 3, Capital Federal, domingo, 12 abr. 1964, p.95.

<sup>38</sup> Id., Ibid.

recentemente nesta Capital, de franca repulsa às atividades de caráter subversivo ou de qualquer modo contrárias à Constituição Federal.

Deixaram explícito os Senadores Trabalhistas que a sua decisão de votar no General Humberto de Alencar Castelo Branco não se inspira em quaisquer movimento reivindicatórios de sua parte, no sentido político-partidário e não incide de modo algum na sua irrestrita fidelidade aos princípios e postulados da agremiação a que pertencem, aos quais continuam devotados.<sup>39</sup>

Evidencia-se a partir de ambas as interpretações conflitantes uma disputa em torno dos rumos a serem seguidos pelo PTB, que se expressa, de certo modo, também na bancada petebista da Assembleia de Minas, como vem sendo explicitado, embora no caso do parlamento mineiro os deputados mais à esquerda viessem sendo acuados e neutralizados desde os primeiros momentos do golpe. Na sessão do dia 17, que teve sua primeira hora dedicada a homenagear Getúlio Vargas, por iniciativa de Waldomiro Lobo, em referência ao aniversário do ex-presidente (19 de abril), o líder do PSD na Casa, deputado Murilo Badaró, se pronunciou no sentido de reprovar o caminho seguido pelo partido criado por Vargas, ao afirmar que naquele momento, “os homens pertencentes ao Partido Trabalhista” teriam traído “de maneira tão crítica a sua memória,” e levado o PTB “a se identificar com as causas antinacionais, e com as doutrinas exóticas e incompatíveis com o espírito da gente brasileira,” tendo sido Vargas o autor “de uma legislação trabalhista, cujo objetivo primordial foi impedir que os comunistas pudessem implantar-se no seio dos seus mais ardorosos combatentes.” Waldomiro Lobo, por sua vez, também não deixou de atacar os “falsos seguidores de Vargas”, que teriam enganado considerável parcela das massas trabalhadoras, e apontou que “o desenrolar dos fatos mostrou a evidência de que tais líderes queriam ter consigo o povo, apenas para dele fazer massa de manobras escusas, de inequívoco fundo totalitário.” O exemplo de Vargas, para o deputado, foi sua linha política “equidistante dos extremos: nem comunistas, nem fascismo [...]. Para ele e para o Brasil somente o equilíbrio político da democracia cristã”, e salientou que naquele aniversário o Brasil se encontrava entregue “às mãos honradas de um outro presidente que igualmente afirmou à nação que não permitirá que soframos mais os erros de uma esquerda violenta, nem tampouco o radicalismo de uma direita apaixonada e desequilibrada”,<sup>40</sup> em referência a Castelo Branco, recém eleito pelo Congresso.

Os ataques ao PTB ocorreram para além da abordagem ideológica, anticomunista, e o partido sofreu acusações de corrupção que, por vezes, buscaram vincular exclusivamente seu nome a práticas ilícitas identificadas na administração pública, com o surgimento de denúncias que apareciam como revelações sobre o período suplantado pela “revolução”. Em 8 de abril

<sup>39</sup> Id., Ibid., p.98-99.

<sup>40</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 75, 21 abr. 1964, p.3.

João Belo pronunciou um discurso no qual acusa a bancada petebista de ter pressionado pela substituição do nome do sr. Luiz de Melo Viana (também filiado ao PR, de João Belo) no Instituto Brasileiro do Café (IBC) pelo do sr. Jorge da Cunha Viana, que teria se submetido “benignamente” a uma política de “desmando e descalabro” no IBC. Naquela reunião João Belo afirmou: “Não imaginam os srs. Deputados como aumentou a folha de pagamentos naquele Instituto”, e referindo-se ao membro do PR que perdera o cargo: “Os protegidos dos deputados desta Assembleia, do PTB que açambarcaram o poder, com o intuito de tirar vantagens, submeteram aquele funcionário a situações as mais difíceis, [...] enquanto que os elementos do PTB ficaram isentos da culpa que têm, muito mais do que aquele alto funcionário.” Em um aparte, o deputado Carlos Megale, também do PR, dirigiu-se a seu correligionário: “V. Exa. está com a verdade e os deputados do PTB não ousam desmenti-lo”, e João Belo desafiou, então, os petebistas da Casa, que “pleitearam a substituição do sr. Luiz de Melo Viana” que fossem à tribuna “apontar qualquer deslize daquele ilustre homem do PR, naquela repartição.” E a denúncia prosseguiu, mais uma vez, tendo como alvo uma das principais lideranças petebistas do país: “Estou, aqui, para levar ao conhecimento do povo e desta Casa, os desmandos praticados e acobertados pelo sr. San Tiago Dantas, e por outros homens, que, apenas acobertavam os pelegos para possibilitarem os desvios de dinheiro da nossa querida Nação.” Belo não deixou, ainda, de fazer uma deturpada alusão à reforma agrária: “[...] são esses os homens do PTB que queriam tomar a terra do trabalhador, não respeitando os homens que trabalham anonimamente, engrandecendo a nossa Pátria”<sup>41</sup>, e ao concluir, sugeriu:

O motivo da substituição daquele funcionário honesto [...], é por ele não compactuar com as negociatas desse jaez, conforme era desejo do PTB [...], usurpando o dinheiro do pobre lavrador, de quem queria tomar o PTB, tomar também as terras. É assim que age esse partido – podemos dizer esse partido porque o seu chefe máximo é o Sr. João Goulart, que era presidente da república – é assim que age este partido que se arvorou em defensor do trabalhador mas que traiu os ideais do ex-presidente Vargas, admitindo no partido um número enorme de comunistas com o objetivo de subverter a ordem no Brasil. É assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados que age o PTB em Minas e no Brasil.<sup>42</sup>

Ao que o deputado udenista Agostinho Santos Neto respondeu em concordância e manifestando suas impressões otimistas quanto ao “pós-revolução”, referindo-se em tom celebrativo à edição do Ato Institucional:

[...] Veja V. Exa. que, assim, muitos destes novos ricaços da República terão que devolver aos cofres públicos o patrimônio que conseguiram com estas negociatas. São as nossas esperanças. Nós que defendemos as prerrogativas constitucionais, as

<sup>41</sup> Ibid., N° 77, 24 abr. 1964, p.3-4.

<sup>42</sup> Id., Ibid., p.4.

liberdades e o direito individual, queremos agora que estes que furtaram do povo, devolvam tudo.

O Ato Institucional dará ao Executivo a prerrogativa de cassar mandatos de senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, membros do Poder Judiciário, de professores cujas cátedras tenham a característica de vitaliciedade, e ainda poderá requerer o sequestro dos bens daqueles que se locupletaram com a coisa pública. Veja V. Exa. que uma esperança resta para nós democratas.<sup>43</sup>

O combate à corrupção, um componente tão importante no repertório retórico dos que aderiram e participaram ativamente do golpe, voltou a ser tema de discussões na Assembleia na sessão de 23 de abril, mas dessa vez a denúncia apresentada era a de um contrassenso na atitude do sr. Orlando Vaz Filho, advogado, que havia recém-assumido o cargo de Procurador Geral da Caixa Econômica Federal em Minas Gerais. Vaz Filho seria funcionário da Caixa há dez anos, segundo o jornal *Estado de Minas*, mas para o deputado Waldomiro Lobo, que apresentou a denúncia, parecia que “nem um ano ele trabalhou” naquele banco estatal, e sempre esteve “à disposição de outros lugares”; Lobo acusou a imoralidade em “seu gesto de pleitear um cargo” naquela hora em que continuavam “a luta contra todos aqueles que conseguiram cargos por favor do Governo passado”, sendo que o próprio Vaz Filho teria criticado “alguns pelegos do PTB” para, então, ser o “primeiro pelego”, tendo conseguido “um lugar, ao apagar das luzes da revolução vitoriosa.” Lobo afirmou sua autoridade para apresentar a denúncia recordando ter se insurgido dentro de seu próprio partido, “procurando moralizá-lo”, e mencionou um episódio que envolve o acusado e explicita sua posição política: “Orlando Vaz Filho [...] conseguiu até que o governador Magalhães Pinto fosse vaiado, insurgindo-se contra S. Exa. Para ele, apenas existia um homem no Brasil, o sr. Carlos Lacerda, cujo nome fazia questão de incluir em todos os seus discursos.” A promoção de Vaz Filho, ocorrida “logo depois de vitoriosa a revolução”, não pareceu a Lobo algo “muito simpático”, e não estaria “de acordo com as suas pregações face ao movimento revolucionário”, já que “na primeira oportunidade, ele ‘abocanhou o melhor bocado’ que encontrou.”<sup>44</sup> E João Belo assumiu a palavra para reforçar a acusação; afirmou que o cargo era “realmente polpudo”, que Orlando Vaz Filho, “um dos pregadores da Revolução e da moralização do país, não deveria naquele instante tê-lo aceito”, e que “um dos principais setores negativos da administração pública do Brasil” seria “o empreguismo exagerado”, o “empreguismo que o PTB, por intermédio de vários de seus elementos distribuía à troca de polpudas importâncias.” O deputado prosseguiu revelando-se surpreso pela atitude de um “lugar-tenente do ilustre governador Carlos Lacerda, em Minas

---

<sup>43</sup> Id., Ibid.

<sup>44</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. N° 78, 25 abr. 1964, p.2.

Gerais, aquele governador que procurou e está procurando moralizar a coisa pública”, e aconselhou Vaz Filho a que não aceitasse o cargo, uma vez que, assumindo-o, estaria “traíndo a revolução.” Ao final de seu pronunciamento, João Belo aludiu a uma “conferência a respeito do comunismo”<sup>45</sup> a que assistira, e na qual o conferencista teria explicado que:

A corrupção é muito mais responsável pela vida do comunismo, do que o próprio comunismo, porque a corrupção como era exercida no Brasil, servia apenas para desmoralizar os homens públicos e os Governos. E não é possível que se faça esta Revolução, onde o Exército se sacrificou para garantir ao povo a liberdade que ele tem, onde o Exército pôs para fora aqueles que furtavam a nossa pátria. E agora, os políticos continuam a levar a coisa como era antes.<sup>46</sup>

Em defesa de Vaz Filho, subiu à tribuna o deputado udenista Maurilio Cambraia, que referiu-se ao acusado como um “mineiro ilustre”, um dos “baluartes da democracia”, e procurou argumentar a favor de sua legitimidade para ocupar o cargo na Caixa apenas com base em seu posicionamento político, afirmando que “Se a Revolução vitoriosa que aí está e que salvou o Brasil tivesse tido resultado contrário, Orlando Vaz Filho [...] já não estaria vivo, seria sacrificado em uma forca, em uma guilhotina ou em um *paredon*.” Quanto às divergências que o acusado demonstrou em relação ao governador de Minas, Cambraia explicou que o “belorizontino e udenista” Vaz Filho, tendo atendido à voz de sua consciência, “não hesitou em deixar as fileiras ao lado do governador Magalhães Pinto para aliar-se ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em atitude de franco desprendimento pessoal,” apesar de “costumeiras ponderações em contrário.”<sup>47</sup>

Foi assim que, apesar da adesão bastante ampla por parte dos deputados da Assembleia de Minas ao golpe, as diferenças entre eles quanto aos rumos a serem tomados a partir da deposição de Jango não deixaram de aparecer. Em geral, as palavras e as ações contra a corrupção foram mais suscetíveis a provocar ou expor divergências em meio ao enorme bloco que se formou a favor da “revolução”, apesar do consenso anticomunista e da vinculação recorrente entre comunismo e corrupção. Em sessão no dia 28, por exemplo, o deputado Navarro Vieira, do PRP,<sup>48</sup> foi à tribuna denunciar o que considerava ser uma desproporção nas prisões políticas, e deu início a sua fala ao insinuar, provavelmente, uma provocação; para o parlamentar, naquele momento, “quando vitoriosa em nossa pátria uma revolução contra a

<sup>45</sup> Id., Ibid., p.2-3.

<sup>46</sup> Id., Ibid.

<sup>47</sup> Ibid., N° 78, 25 abr. 1964, p.2-3.

<sup>48</sup> Partido fundado por Plínio Salgado, era a sigla dos antigos membros da Ação Integralista Brasileira (AIB). Segundo Fleischer, o Partido de Representação Popular reproduzia uma ideologia próxima ao fascismo/corporativismo, mas mais “moderada” que a AIB, tendo se coligado com diferentes partidos em diferentes estados; cf. FLEISCHER, *Brazilian political parties and party system, 1945-1997*. 1998, p.10. Possuía dois assentos na 5ª Legislatura da ALMG.

corrupção e notadamente contra o comunismo todos são revolucionários, todos se julgam donos da vitória”, e expressou sua preocupação, reafirmando o desejo de que “o comando revolucionário fizesse justiça, castigasse e procurasse os homens que poderiam até ter sido bons brasileiros, mas que agiam tangidos pela doutrina marxista”, e pedindo que “não houvesse confusão nesta Casa e fora dela, com homens que nunca tiveram nada de comunistas e vinham sendo ameaçados.” Navarro Vieira cobrou, mais uma vez, a cassação dos direitos políticos do senador e ex-ministro Afonso Arinos – “que fez com que nossas relações diplomáticas com a Rússia fossem reatadas, que colocou a medalha do Cruzeiro no peito de Che Guevara” – e do deputado federal San Tiago Dantas – “liderado pelos cubanos”, “mentor intelectual do esquerdismo” –, bem como do senador Camilo Nogueira da Gama, que teria feito campanha política no município de Botelhos, terra natal de Navarro Vieira, onde “quase não mais [existiriam] petebistas, porque todos foram para emprego público regidamente remunerados, se[m] consultar as necessárias aptidões.”<sup>49</sup>

Esta não foi, porém, a primeira vez que um deputado da ALMG manifestou desacordo com os critérios das prisões políticas em curso desde o 1º de abril. Dias antes, o udenista Florivaldo Dias informou que intercedera favoravelmente por presos vindos da cidade de Aimorés para Belo Horizonte, respaldando-se em uma circular intitulada “Instruções sobre a prisão de elementos superiores”, emitida pelo secretário de Segurança do Estado de Minas, José Monteiro de Castro,<sup>50</sup> que exigia a apresentação, junto a quaisquer detidos encaminhados à capital ou às sedes das Delegacias Regionais, de “informações circunstanciadas” que justificassem a detenção. Ao contrário de Navarro Vieira, porém, o deputado udenista não se referia a desproporções nas prisões de figuras da política nacional, mas de cidadãos comuns, “sobre quem recaíam fundadas suspeitas de ação prejudicial ao movimento de recuperação da legalidade no qual nos empenhamos”, segundo consta na circular.<sup>51</sup> Florivaldo Dias não deixou de se autoproclamar um “anticomunista por índole”, e ressaltou o fato de que havia votado, “sem titubear”, pela cassação “de deputados comunistas” na Casa; entretanto, apesar de ter demonstrado preocupação com possíveis prisões equivocadas, o deputado expressou o caráter de exceção do regime que se implantava, quando afirmou que “normalmente não se poderia pôr em prática as medidas que a boa ordem, a ordem democrática do país reclamava, *sem ferir direitos de alguém*”, e em seguida, ao dizer que sua intenção não era a de criticar as autoridades,

<sup>49</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 81, 30 abr. 1964, p.4.

<sup>50</sup> Quadro histórico da UDN, entre 1949 e 1951 fora secretário-geral do partido; em 1964 encontrava-se licenciado do cargo de deputado federal para ocupar funções executivas no governo de Minas.

<sup>51</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 70, 14 abr. 1964, p.3.

completou: “*nem mesmo quando praticam algum excesso*, pois compreendo perfeitamente as suas dificuldades.” Por fim, quis demonstrar o reinado “da paz e do trabalho” em Aimorés afirmando que a produção agrícola do município naquele ano era “prova [de] que ali não houve nem ameaça de invasões de terra, pois nunca houve safra de arroz igual à [daquele] ano”, e vislumbrou um “Brasil grande”, cuja prosperidade se realizaria a partir de então “sem Brizolas, sem Jangos e sem o comunismo”, e com o banimento “dos ladrões da coisa pública, dos corruptos e dos corruptores”, a tornar-se, então, a “nação mais invejável do mundo.”<sup>52</sup>

A alusão feita por Florivaldo Dias à reforma agrária, com sua menção às invasões de terras, é um dos vários exemplos da resistência à proposta feita neste sentido pelo governo João Goulart, que dava uma primeira forma legal à ideia, então bastante recorrente no debate público. Na Assembleia de Minas a proposta da reforma agrária encontrou ampla resistência, e foi duramente criticada em oportunidades diversas. Ainda assim, mesmo alguns deputados de oposição ao governo golpeado não deixaram de aderir ao discurso mais geral das reformas de base, adaptando-o conforme sua própria agenda. É o caso de Altair Chagas, também da UDN, que ao justificar um projeto de lei que propunha criar um dispensário médico em cada distrito no estado de Minas, sugeriu que o momento era ideal para que os vencedores de abril procedessem “como os práticos e objetivos romanos” e, assim, retirassem “dos vencidos a ideia das reformas” e as aplicassem “cristã e democraticamente em benefício do povo.”<sup>53</sup> Posicionamento que se explica, ao menos inicialmente, a partir de uma das conclusões do estudo de Otávio Dulci sobre a UDN; conforme o autor, os ideais de reforma “eram frequentemente assumidos por segmentos mais amplos do partido como recurso eleitoral, visando a ganhos políticos imediatos, nos exatos termos em que funcionavam os adversários”.<sup>54</sup> Nota-se que o pronunciamento de Altair Chagas foi feito na mesma sessão em que pela única vez naquele mês de abril um grupo de parlamentares petebistas agiu conjuntamente no sentido de intervir de algum modo na administração pública do estado. Tratou-se de uma Indicação feita a partir de um ofício do prefeito de Itajubá, que versava sobre o fato de que os servidores municipais daquela cidade se dividiam entre contribuintes de dois institutos previdenciários diferentes, o IPSEMG e o IAPFESP, e que somente os contribuintes do IAPFESP haviam sido contemplados por uma lei federal de 1963, que criou o “Salário Família do Trabalhador”. Os quatro petebistas<sup>55</sup> que assinaram a Indicação sugeriam que se estudasse “a possibilidade de concessão

---

<sup>52</sup> Id., *Ibid.*, grifos nossos.

<sup>53</sup> *Ibid.*, Nº 71, 15 abr. 1964, p.2.

<sup>54</sup> DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986, p.215.

<sup>55</sup> Euclides Cintra, Feliciano Oliveira, Maria Pena e Sette de Barros.

pelo IPSEMG aos seus associados pertencentes à categoria de trabalhadores o salário família do trabalhador,” uma vez que a lei que criou o benefício o garantia “aos associados de todos os institutos regulados pela Lei Orgânica da Previdência Social,” o que excluía os contribuintes do IPSEMG do acesso ao mesmo benefício.<sup>56</sup> Convém notar que os Institutos de Aposentadorias e Pensões haviam sido setores fundamentais para a consolidação da influência do PTB nacionalmente desde a criação do partido, em 1945.<sup>57</sup>

De modo geral, portanto, a atuação da bancada do PTB na Assembleia de Minas foi marcada pelo acucamento, explicado pelo fato do partido recém-destituído do controle do executivo nacional ter sofrido críticas implacáveis e incessantes por parte de seus adversários, que procuraram com acuidade associar a legenda às raízes dos problemas que afetavam a vida política do país e que caracterizavam a crise político-econômica iniciada em 1961, ano da renúncia de Jânio Quadros à presidência, e desde quando, conforme o economista Ricardo Bielschowsky, “houve forte instabilidade política, inédita mobilização por reformas sociais, grandes dificuldades monetárias, financeiras e cambiais e, a partir de 1962 (sobretudo em 1963), acentuado declínio nas taxas de crescimento.”<sup>58</sup> De tal maneira que, para Ângela de Castro Gomes, “Após março de 1964, o PTB é, sem dúvida, o partido sobre o qual recai a mais dura repressão, que se expandiu também para seu braço sindical.”<sup>59</sup>

A conturbada posse de Jango no lugar de um presidente como Quadros, cuja campanha havia se valido de um forte componente anticorrupção, inaugurou um governo constantemente criticado por “segmentos da sociedade tocados pelo argumento de que o varguismo estava intimamente conectado à corrupção”, segundo Rodrigo Patto Sá Motta.<sup>60</sup> O historiador pondera que as denúncias de corrupção foram tema “secundário na campanha contra o Governo Goulart”, e que a temática “adquiriu centralidade no discurso dos líderes do golpe somente após o sucesso do movimento militar, quando ficou evidente que a ameaça comunista havia sido superestimada.”<sup>61</sup> Em abril de 1964, ainda antes de tal evidência, foi recorrente a ideia de que “o golpe visava a um inimigo duplo, subversão-corrupção, e as ações repressivas são apontadas

<sup>56</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 71, 15 abr. 1964, p.2.

<sup>57</sup> Cf. GOMES, Ângela de C. “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base”. In: FERREIRA, J. e REIS, D. A. *Nacionalismo e reformismo radical – 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.64.

<sup>58</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.409.

<sup>59</sup> GOMES, Ângela. Op. cit., p.78.

<sup>60</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Corrupção no Brasil Republicano – 1954-1964”. In: AVRITZER, Leonardo et al. (org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.208.

<sup>61</sup> Id., Ibid., p.209-210.

nessa direção.”<sup>62</sup> Heloisa Starling, por sua vez, contribui com uma observação sobre o ponto de vista dos militares sobre a prática, ao explicar que “Na fantasmagoria do quartel, corrupção era resultado dos vícios produzidos por uma vida política de baixa qualidade moral e vinha associada, às vésperas do golpe, ao comportamento viciado dos políticos diretamente vinculados ao regime nacional-desenvolvimentista”<sup>63</sup> – ou seja, em referência à ideologia predominante na orientação das ações do Estado durante o período da história do país que teve início na década de trinta.

O fundamento para as acusações de corrupção que tiveram o PTB como alvo foi elaborado amiúde com base na atuação de petebistas na direção de órgãos governamentais. Em uma das mais completas análises sobre a história do Partido Trabalhista Brasileiro, Lucilia de Almeida Neves Delgado observou uma dupla característica na atuação destes dirigentes, orientados pelo nacional-desenvolvimentismo; se, por um lado, operavam como “fator de incentivo às transformações – os nacionalistas atuavam por dentro do próprio aparelho do Estado, procurando implementar programas reformistas”, por outro, podiam vir a ser “elemento de reprodução da forma tradicional de se fazer política, caracterizada por um forte fisiologismo, clientelismo e empreguismo.”<sup>64</sup> Posteriormente, a autora elenca como um dos sucessivos erros “das esquerdas” justamente o fato de que “alimentavam-se, de forma viciada, das benesses e vantagens de seus vínculos com a máquina estatal.”<sup>65</sup> Esta é também uma característica que em uma das análises de Ângela de Castro Gomes sobre o PTB aparece como um fator explicativo do crescimento do partido e de seu trabalhismo, já que seus resultados positivos durante a década que antecede o golpe de 1964 “abarcam, ao mesmo tempo, nacionalismo, reformismo, clientelismo e empreguismo, por exemplo”, o que leva a autora a rejeitar interpretações baseadas decisivamente em dicotomias rígidas e excludentes entre tendências tidas como ideológicas e tendências tidas como pragmáticas, “conotando os lados bom e mau [sic] do partido.”<sup>66</sup>

Porém, que o PTB tenha se tornado alvo privilegiado e exclusivo de tão contumazes ofensivas no ápice da crise de 1964, com prováveis vistas à sua extinção como força política, é algo que se explica em boa parte pelo caráter profundamente transformador das reformas de base – um projeto de longo alcance, bem como pela inédita proximidade e articulação entre

---

<sup>62</sup> Id., Ibid.

<sup>63</sup> STARLING, Heloisa. “Ditadura Militar”. In: AVRITZER, Leonardo et al (org.). Op. cit., p.213.

<sup>64</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo – 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p.219.

<sup>65</sup> Id., Ibid., p.255.

<sup>66</sup> GOMES, Â. de C. Op. cit., p.75.

diferentes forças de esquerda e seu acesso e influência sobre órgãos de governo e políticas públicas durante a conturbada gestão João Goulart. Estas características explicam um movimento decisivo para o desfecho daquela crise: o progressivo enfraquecimento, e posterior dissolução, da aliança entre o PTB e o PSD, os dois partidos fundados na tradição getulista, e que vieram a ter papel proeminente no período republicano iniciado em 1946. Apesar das diferenças que sempre marcaram ambas as siglas, e que na literatura aparecem, em geral, distinguindo o PTB como um partido “de ação mobilizadora, apesar de fisiológica, junto à população dos médios e grandes centros urbanos”<sup>67</sup> e de vínculo histórico com os sindicatos, e o PSD, por sua vez, como partido de organização e sustentação de oligarquias regionais, sobretudo de base rural, a aliança foi possível de ser mantida, embora não sem dificuldades, por cerca de quinze anos, de 1945 a 1960. As análises mais difundidas sobre a conjuntura convergem em identificar no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) simultaneamente o momento mais profícuo da aliança e o início de sua dissolução; durante aquele quinquênio, “a aliança PSD-PTB apresentou conflitos constantes e permanentes, que não chegaram a inviabilizar o acordo entre os dois partidos, naquele período, mas contribuíram para torná-lo inexecutável no período imediatamente posterior”;<sup>68</sup> como consequência, em 1960, ano eleitoral, observa-se o seguinte paradoxo: “a aliança PSD-PTB, com vistas à eleição para o poder executivo, e a união PSD-UDN, com vistas a impedir, via legislativo, o avanço dos programas reformistas e nacionalistas.”<sup>69</sup> O conteúdo das reformas de base, posteriormente propostas concretamente pelo governo Jango em sua vertente à esquerda, explicam o teor do rompimento definitivo entre os dois partidos, sendo que, ainda segundo a análise de Lucilia Delgado, o principal a ser destacado é o caráter decisivo da divergência em torno da reforma agrária:

Os velhos caciques políticos do PSD, que tinham sua principal fonte de dominação e de mando político nos municípios do interior e nas áreas rurais, não se conformaram em ver contestada, inclusive por militantes do partido que era seu aliado – o PTB – a estrutura, até então intocável, das relações sociais e políticas predominantes nas áreas rurais do país.<sup>70</sup>

Na Assembleia de Minas foi franca a oposição da maioria dos parlamentares à reforma agrária, referida com frequência como sendo o carro-chefe e principal ponto do programa de governo de Jango. O presidente foi acusado de se posicionar como um inimigo das “classes produtoras” do campo, que controlavam historicamente os recursos necessários para recrutar a ampla maioria de deputados no estado, representantes, portanto, das articuladas oligarquias

---

<sup>67</sup> DELGADO, Lucilia. Op. cit., p.296.

<sup>68</sup> Id., Ibid., p.221.

<sup>69</sup> Id., Ibid., p.227.

<sup>70</sup> Id., Ibid., p.221.

rurais do vasto interior mineiro. A propósito, o fato do petebista San Tiago Dantas ter sido alvo privilegiado das acusações proferidas pelos deputados mineiros não é casual, mas explica-se pelo seu empenho em articular uma Frente Única, que reuniria desde o PCB aos congressistas do PSD que manifestavam algum tipo de compromisso com as reformas. Os objetivos da Frente foram expressos por Dantas, a princípio, em edição de fevereiro do *Jornal do Brasil*, e a partir deles nota-se a intenção do petebista em elaborar um tipo de solução geral para aquela crise, que passava pela proposição de um programa mínimo comum que pudesse garantir a estabilidade política e econômica necessárias para a plena continuidade de um governo cujos adversários se organizavam cada vez mais no sentido de sua derrubada:

A Frente Única tem as seguintes metas: 1) A preservação do sistema democrático e da ordem constitucional e, por conseguinte, o repúdio ao Golpe; 2) O apoio às reformas de base como condição inseparável de qualquer política de desenvolvimento econômico e de contenção da inflação; 3) A preservação, por via de consequência do processo de sucessão presidencial até o pleito de 1965.<sup>71</sup>

No início de março é publicado no jornal *Última Hora* um programa preliminar da Frente, cujo terceiro ponto contribui para contextualizar a pungência da reação manifestada pela oposição ao governo Jango na Assembleia de Minas:

III. Atos do executivo: desapropriação por interesse social da faixa marginal às ferrovias; adoção de medidas para o início de uma reforma agrária; planejamento anual, pela SUPRA, das áreas selecionadas para implementação da reforma agrária; ativação e ampliação do sindicalismo rural.<sup>72</sup>

Contudo, as dificuldades enfrentadas pelo PTB nos primeiros meses de 1964 remetiam não apenas àquela sensibilizada conjuntura, mas também à própria história do partido, atravessada por circunstâncias paradoxais e ambiguidades marcantes, tais como as relações do partido com Getúlio Vargas e com os comunistas, por exemplo. Notadamente quanto ao período compreendido entre 1945 e 1950, Ângela Gomes assinala que, “Como partido de bases sindicalistas, comportava divergências nada desprezíveis; como partido fundado na mística de Vargas, atraía muitos interessados em tirar proveito dessa incrível fonte de votos”, de tal modo que “Partido, ideologia e líder se associavam e, ao mesmo tempo, se distinguiam, mantendo fortes áreas de tensão entre si.”<sup>73</sup> Durante o chamado “segundo governo” de Vargas, que vigorou até o suicídio do então presidente, em 1954, consolida-se na trajetória do PTB o ideário “francamente marcado por propostas nacionalistas e projetos de reformas sociais e econômicas,

<sup>71</sup> DANTAS *apud* DELGADO, L. de A. N. *PTB: do getulismo ao reformismo – 1945-1964*. 1989, p.249.

<sup>72</sup> UH *apud* DELGADO, L. de A. N. *Op. cit.*, p.253.

<sup>73</sup> GOMES, Â. de C. “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base”. 2007, pp.63 e 67.

entre as quais estavam a extensão da legislação trabalhista ao campo e a reforma agrária”,<sup>74</sup> e destaca-se a atuação de João Goulart na titularidade do ministério do Trabalho como um marco da vertente do partido à esquerda. E ainda, durante a década de 1960, foi notável o alcance da aliança que progressivamente havia se formado entre trabalhistas e comunistas no âmbito do sindicalismo brasileiro, e que teve como uma de suas principais expressões a formação, e subsequente eleição, de uma chapa, em 1961, que reunia militantes de ambas as correntes, com vistas à disputa sobre a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) – a chapa era encabeçada pelo petebista Clodesmidt Riani que, como vimos, foi um dos três deputados estaduais mineiros cassados em abril de 1964 pela 5ª Legislatura.<sup>75</sup>

A bancada petebista da Assembleia de Minas expressou, em vários aspectos, a situação nacional do partido no pós-golpe, mas carregando, ainda, o peso de incluir praticamente os únicos representantes de esquerda no parlamento estadual. Em abril de 1964 os deputados do partido, como agentes políticos, encontravam-se bastante limitados pelas ações da oposição, pelas cisões internas e pelas consequências da multiplicidade de variantes ideológicas que derivavam do trabalhismo, uma corrente política cuja definição de seus conteúdos havia se tornado um “acirrado campo de disputas”, além de ter sofrido importantes transformações ao longo do tempo, ainda conforme Ângela Gomes; a autora elucida que o ideário trabalhista “foi sendo associado a sindicalismo, a getulismo, a nacionalismo, a socialismo, a reformismo, a corporativismo, à democracia social e até mesmo a comunismo”.<sup>76</sup> O acuoamento manifestado pela bancada torna-se, por fim, ainda mais expressivo, considerando-se a notável experiência política de seus integrantes. À parte os líderes sindicais Clodesmidt Riani e Sinval Bambirra, que perderam os mandatos naquele mês,<sup>77</sup> dentre os outros 10 deputados petebistas, oito possuíam histórico profissional na administração pública, sendo que seis deles já haviam sido eleitos para ao menos uma das legislaturas anteriores à 5ª. Os dois únicos sem instrução superior eram o radialista Waldomiro Lobo e o funcionário público Wilson Modesto; seis eram bacharéis em direito, e os demais eram o médico Salim Nacur e a professora Maria Pena.<sup>78</sup>

<sup>74</sup> *Ibid.*, p.71.

<sup>75</sup> Cf. SANTANA, Marco Aurélio. “Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)”. In: FERREIRA, J. e REIS, D. A. *Op. cit.*, p.265. Nota-se que o autor considera a CNTI a confederação “mais simbólica e importante” daquele período.

<sup>76</sup> GOMES, Ângela. *Op. cit.*, p.65.

<sup>77</sup> Substituídos respectivamente pelos suplentes Ladislau Salles e José Sette de Barros, ambos médicos.

<sup>78</sup> Cf. MONTEIRO, Norma Góes (coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994.

## Capítulo 2:

### O “bloco monolítico”: UDN e PSD

Se o PTB mineiro ainda se encontrava pouco enraizado no estado em 1964, registrando um crescimento apenas muito modesto nos resultados eleitorais – bem abaixo dos registrados nacionalmente, muitas vezes operando como mera “força auxiliar”,<sup>79</sup> sem qualquer protagonismo, quaisquer possibilidades de mudança desse quadro foram inviabilizadas após o mês de abril. A cassação dos dois deputados estaduais de perfil popular-operário foi um marco na desarticulação do trabalhismo em Minas, e a inclusão do partido no rol de inimigos ligados à suposta implantação do comunismo no Brasil foi decisivamente comprometedor com relação à representação parlamentar. Nos meses seguintes as intervenções dos petebistas na Assembleia de Minas se reduziram significativamente, e quando ocorriam, era manifestações individuais, frequentemente em tom de autodefesa, e não expressavam posições partidárias. Acuado no pós-golpe, o PTB mineiro se desarticulou.

Neste segundo capítulo o escopo da análise e da reconstituição dos acontecimentos que tiveram como palco a Assembleia de Minas continua em abril de 1964, mas passa a ser, em sua primeira parte, a bancada da União Democrática Nacional, um partido que se autoprotejou nacionalmente como um dos agentes decisivos para a condução e o sucesso do golpe e cuja fração mineira vivia um momento bastante positivo quanto às projeções vislumbradas para os momentos seguintes da vida política nacional, sobretudo em relação à candidatura presidencial do então governador do estado, José de Magalhães Pinto. Na segunda parte o estudo se volta, então, para a bancada do Partido Social Democrático, o maior partido do Brasil em número de ocupantes de cargos públicos eletivos, e que, tal como a UDN, era solidamente enraizado ao longo do extenso território mineiro, mas cuja fração estadual encontrava-se fragilizada, tendo reduzido sua representação no parlamento estadual em seis cadeiras na eleição de 1962, e marcada, ainda, pela situação paradoxal de ser a agremiação que aliava-se historicamente com o PTB e, ao mesmo tempo, representar interesses eminentemente ameaçados pelo conjunto de medidas que constituíam o “carro-chefe” do governo Jango: as reformas de base – particularmente, a agrária.

---

<sup>79</sup> DULCI, O. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. 1999, p.137.

### 2.1 Um golpe oportuno: projeção e liderança da UDN

Desde meados de 1963 o tema que mais demoradamente vinha se arrastando ao longo das sessões da Assembleia de Minas parece ter sido o da Revisão Administrativa do estado, uma proposta da Maioria, liderada pela bancada udenista – embora com variado interesse entre os deputados do partido – e que, em uma das principais medidas previstas, estabelecia novos critérios, mais tangíveis, para a emancipação de distritos e sua transformação em novos municípios. Os defensores da revisão afirmavam que a emancipação era uma demanda histórica de dezenas de distritos e povoados do interior de Minas, e que sua realização levaria àquelas populações sertanejas equipamentos públicos já disponíveis e plenamente utilizados pelos cidadãos de parte das cidades mineiras. O programa político apresentado como fundamento para a justificação da emancipação de cada vez mais distritos era o “municipalismo”, ou seja, a ideia do progressivo incremento de autonomia dos municípios, em um sentido descentralizador da administração pública e do funcionamento do Estado. Seu principal defensor na ALMG fora o deputado udenista Sinval Boaventura, que em sessão extraordinária para discussão da revisão administrativa, ainda em 19 de março, apontou o intelectual Rafael Xavier, ex-presidente do IBGE,<sup>80</sup> como quem teria despertado “em todo território brasileiro a mentalidade e a consciência de uma autêntica política municipalista”.<sup>81</sup> Boaventura remeteu, então, à sua história de vida para justificar sua opção pelo programa político preconizado por Xavier:

Ainda na ditadura [do Estado Novo], morando no interior, em zona rural, sentimos a necessidade de uma política municipalista, que emprestasse os problemas de nossas pobres comunas, e talvez mesmo, devido àqueles sofrimentos e angústias, devido ao esquecimento do Poder Público, para o interior, foi que atendemos ao convocamento de nossa participação na vida pública. Nomeado Prefeito do município de Rio Paranaíba, em 1947, naquela época o mais jovem do Brasil, esclareço ao povo mineiro que, por falta de recursos e máquinas, éramos obrigados a consertar os caminhos municipais, com arados, puxados a bois.<sup>82</sup>

O deputado recebeu o apoio veemente de seu colega Reni Rabelo, do PSP,<sup>83</sup> que apontou Boaventura como um dos deputados “mais corretos, entre os que têm passado por esta Casa”,

---

<sup>80</sup> Xavier, que havia sido exonerado da presidência do IBGE por João Goulart em 1961, foi um dos principais formuladores do municipalismo no Brasil, tendo sido fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira Municipalista, cujo objetivo, segundo ele, era o de garantir que a “democracia e o federalismo se cumpram no Brasil até as últimas consequências, isto é, até o Município”: XAVIER *apud* SANTOS, M. A. M. “Teixeira de Freitas e Rafael Xavier: a montante do municipalismo no Brasil”. In: IBGE. *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p.17.

<sup>81</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 64, 4 abr. 1964, p.4.

<sup>82</sup> Id., *Ibid.*

<sup>83</sup> Partido Social Progressista, cuja grande liderança era o governador de São Paulo, Ademar de Barros, era usado como legenda de aluguel por políticos dissidentes, sobretudo do PSD, em diversos estados (cf. FLEISCHER, D. *Brazilian political parties and party system, 1945-1997*. 1998, p.10). Possuía oito assentos na 5ª Legislatura da ALMG.

detentor de espírito “que se nunca submeteu a jugos ditatoriais”, havia pregado “as liberdades cívicas e a defesa deste regime, para impedir que esta onda subversiva e a corrupção do Poder Público, possam definitivamente pressionar a nossa bravura e acabar com as nossas liberdades [...]”. O deputado Boaventura prosseguiu seu discurso recordando ter sempre participado do sofrimento do povo rural, “da falta de querosene[,] de sal, açúcar[,] remédios e outras necessidades, sem falar na gasolina racionada [...]”, e daí teria vindo a motivação de sua luta “pelo progresso dos municípios, pois a democracia, não sendo alicerçada na política municipalista, não poderá [se] sustentar em outras bases, é porque o município é a célula da pátria”; referiu-se, então, ao principal programa de governo de João Goulart, ao afirmar que “Sempre se fala em Reformas de Base, nesta hora, mas devemos lembrar que, sem a participação dos municípios as Reformas não serão possíveis”.<sup>84</sup>

No entanto, a despeito dos esforços de alguns deputados da base governista, a Minoria conseguiu, por meses, obstruir a realização da votação da Revisão Administrativa, até que em março, após dezenas de sessões extraordinárias sobre o tema, ela fora adiada definitivamente. Os deputados mais engajados em sua aprovação culpavam sobretudo a bancada do PSD pelo desfecho inconclusivo, e alguns udenistas acusaram os pessedistas de provocarem uma posição sempre ambígua do partido – que fazia oposição ao governo de Minas –, já que a maioria dos pessedistas se mostrava reticente quanto a dezenas de itens do projeto, e assim impossibilitaram um posicionamento unificado da Minoria, provocando o impasse. Apesar de tal divergência significativa entre UDN e PSD, em abril de 1964 os dois partidos se uniram na defesa do golpe, e na Assembleia de Minas cessaram os mútuos ataques entre as duas maiores bancadas partidárias, o que transformou a Revisão Administrativa em águas passadas, perdendo relevância em relação à conjuntura. O único ponto de divergência entre os partidos era quanto à superioridade de seus respectivos candidatos à presidência para o pleito que ocorreria no ano seguinte, e eventualmente o parlamento mineiro tornava-se um palco da corrida presidencial da qual sairia eleito o continuador da obra iniciada pela “revolução”.

Em sessão no dia 14 de abril o deputado udenista Horta Pereira foi à tribuna em defesa do escritor Gustavo Corção,<sup>85</sup> intelectual carioca ligado à UDN, que publicara um artigo atacando duramente o pré-candidato à presidência pelo PSD, Juscelino Kubitschek, e por isso havia sido alvo de críticas dirigidas pelo líder da bancada pessedista, deputado Murilo Badaró.

---

<sup>84</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 64, 4 abr. 1964, p.4.

<sup>85</sup> Importante intelectual do conservadorismo brasileiro, era um formulador do pensamento político católico e de direita. Foi articulista nos principais jornais do país.

Horta Pereira iniciou seu discurso cautelosamente incluindo-se entre os homens públicos que compreendem que suas “divergências democráticas” poderiam “ficar adiadas”, para que se apurassem, “em tempo próprio”, quando se consolidasse e se estabelecesse “o clima de ordem pelo qual tanto anseia esta Nação, há tanto tempo”, e dirigindo-se a Badaró, esclareceu: “Nossas divergências partidárias não foram suprimidas. Foram apenas adiadas”. Mas, não deixou de ressaltar as qualidades do artigo de Corção, bem como as do próprio autor, e demarcou sua posição quanto à figura de JK ao afirmar que, lhe tendo sempre feito oposição, o que concedia a seu crédito era “muito pouco ou quase nada”, e não deixou de provocar o regionalismo dos pessedistas, ao aludir ao cargo então ocupado pelo ex-governador de Minas e ex-presidente: “Não quero, porém, aprofundar-me agora na análise da conduta do senador *por Goiás*, principalmente, nos instantes em que Minas esteve em risco”.<sup>86</sup>

Durante o mês de abril a bancada udenista demonstrou a unidade que se esperaria de um partido que procurava, com todas as forças, se projetar no cenário pós-golpe e consolidar-se como o mais importante do país, posto que, nacionalmente, posicionara-se como o mais proeminente opositor do governo recém derrubado. Em sessão no dia 6, um requerimento assinado por 31 deputados, 15 dos quais eram udenistas, solicitava que fosse enviado ao Congresso um “apelo urgente”, “no sentido de sufragar o nome do General Humberto Castelo Branco para Presidente da República, a fim de completar o período governamental a terminar em janeiro de 1966”, e ressaltava a “destacada atuação” do general “no movimento de libertação nacional”. Sinval Boaventura foi à tribuna justificar o requerimento, de autoria de seu correligionário Expedito Tavares, e defendeu que “um movimento em conjunto, como foi o movimento revolucionário, parta de Minas, num sentido cívico e patriótico, a fim de que o mais urgente possível, o Congresso vote aquela indicação”, e convocou a organização de “movimentos de cassação de mandatos de deputados comunistas nesta Assembleia”, afirmando em seguida que estaria a realizar “um trabalho bastante rigoroso, a fim de apurar todas as responsabilidades de deputados que tenham ligação subversiva ou que estejam de acordo com a introdução do comunismo internacional no Brasil”. Sugeriu ainda, à Casa, que solicitasse ao DOPS “um pedido de informação, de quais os deputados estaduais estão fichados naquele órgão”, e explicou que “medidas saneadoras precisam ser tomadas para a preservação dos nossos ideais democráticos”. Ainda na mesma sessão, Boaventura também apresentou um requerimento de sua autoria, que lança alguma luz sobre o papel exercido por determinados setores da sociedade civil no desencadeamento do golpe. Trata-se de um voto de congratulações

---

<sup>86</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 72, 16 abr. 1964, p.3, grifo nosso.

para com a “Rede da Luta pela Paz e pela Liberdade”, conforme o deputado, “composta de todas as emissoras de rádio e TV da Capital, bem como extensa cadeia espalhada pelo Brasil e Minas Gerais”; o voto se estendeu “aos radialistas profissionais e amadores, bem como o pessoal da direção e da técnica da Rádio Inconfidência e TV Itacolomi”, que teriam dobrado turnos espontaneamente e, assim, saíram vitoriosos naquele que o deputado considerou “um dos principais fronts da luta democrática, que foi a ‘guerra psicológica e radiofônica’”.<sup>87</sup>

As investidas da bancada udenista no sentido de projetar o partido como o principal agente civil da “revolução” prosseguiram no dia seguinte, quando o deputado José Maria Magalhães apresentou um projeto de lei assinado por outros 33 parlamentares, 10 dos quais também udenistas, que autorizava o Poder Executivo a erigir um monumento à mulher mineira, “por sua decisiva participação na vitória das forças democráticas, conseqüente à revolução de 31 de março de 1964”. De tal modo, o deputado cultivava um imaginário que identificava a “mulher mineira”, como um ser abstrato, ao conservadorismo católico e, portanto, ao anticomunismo, afirmando que “[‘ela’] não poderia ficar esquecida”, e que “Manifestando sua fé em Deus e sua crença inabalável nos altos destinos da pátria”, teria lutado “lado a lado, com as forças que se antepuseram ao avanço comunista [...], incentivando aqueles que, investidos de autoridade e do poder, rebelaram-se contra o desrespeito à nossa Constituição”.<sup>88</sup> Magalhães aludia ao episódio ocorrido na capital mineira em fevereiro daquele ano, que motivou sobremodo as ações orientadas pelo pensamento conservador em Minas, sobre o qual o historiador Carlos Fico escreveu que:

[...] cerca de 3 mil mulheres invadiram o auditório da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte onde Leonel Brizola fazia um discurso em defesa das reformas de base. Houve muita confusão, as mulheres usaram sombrinhas e cadeiras como armas e o episódio ficou conhecido como “Noite das Cadeiras”. Brizola não pôde falar.<sup>89</sup>

O acontecimento<sup>90</sup> também serviu de motivação para que o deputado Athos Vieira de Andrade, do PR, em sessão no dia 23, afirmasse que um dos nomes que deveriam receber a Medalha da Inconfidência naquele ano fosse o do “Grupo de Mulheres que ocuparam as Cadeiras de Brizola”, e em seu pronunciamento, inconformado com a maioria dos nomes que figuravam entre os que receberiam a Medalha, afirmou:

[...] de maneira alguma, poderia o Governo esquecer-se de um grupo de 7 ou 8 mulheres humildes, pretas, lavadeiras, que, com panos amarrados às cabeças,

<sup>87</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 66, 8 abr. 1964, p.1-2.

<sup>88</sup> *Ibid.*, Nº 67, 9 abr. 1964, p.2.

<sup>89</sup> FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. 2014, p.61.

<sup>90</sup> Cf. MACEDO, M. “Democracia em perigo: direitas, esquerdas e a radicalização política de 1964 contada pela imprensa carioca”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011, São Paulo.

assentaram-se nas cadeiras do auditório da Secretaria de Saúde e Assistência, onde se assentariam os agitadores contumazes do Brasil, liderados por Leonel Brizola. Refiro-me às mulheres pobres que vieram das favelas para cumprir aquela missão patriótica.<sup>91</sup>

Pouco depois, Andrade recebeu o aparte solidário do deputado Navarro Vieira, do PRP, que completou com sua imaginativa narração a respeito do acontecido:

Desejava trazer a minha solidariedade ao pensamento exposto neste momento, quando S. Exa. lembra a ação heroica daquelas mulheres mineiras, naquela memorável noite da Secretaria de Saúde. Estive com V. Exa., como os Deputados José Maria Magalhães [UDN], Abel Rafael [dep. Federal, PRP], Aníbal Teixeira [PRP] e Spartaco Pompeu [PRP], toda a tarde e uma grande parte da noite naquele prédio público. [...] As mulheres sempre tão puritanas, sempre tão mineiras, submeteram-se a serem revistadas pelos policiais nos portões da Secretaria. [...] e com sua oração e com o terço às mãos, representaram o primeiro brado de alerta que veio encorajar-nos perante as metralhadoras de Brizola e seus capangas. Foram elas que fizeram com que Minas Gerais se levantasse.<sup>92</sup>

O regionalismo político afluído transformou-se naturalmente em um meio fértil para a difusão do pensamento conservador, que havia alimentado a conspiração exitosa – logo depois do golpe lia-se no editorial do *Estado de Minas*: “Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Enorme multidão ali acorreu para festejar o êxito da campanha deflagrada em Minas”.<sup>93</sup> Este imaginário fora evocado por quase todos os parlamentares que aderiram ao novo governo do país, nas mais diversas oportunidades, em uma constante afirmação do vínculo entre valores considerados tradicionais e o anticomunismo. Na mesma reunião ordinária da ALMG em que José Maria Magalhães propôs a criação do monumento à mulher mineira, o deputado Martins Silveira, seu correligionário, encaminhou um requerimento para que a Casa enviasse um apelo ao presidente da república e ao ministro da guerra demandando a promoção a General de Exército do Sr. General de Divisão Olímpio Mourão Filho, o oficial que desencadeou a partir de Juiz de Fora a movimentação militar-golpista. Em sua justificativa, o deputado narrou que Minas teria se colocado à frente do “movimento de libertação do País”, ressaltando que apesar do deslocamento das tropas, “Deus, em sua infinita bondade, não quis que mais uma vez se derramasse o sangue de brasileiros”, e elencou Mourão Filho, “paladino da libertação nacional”, como chefe das “Forças Militares”, ao lado do governador Magalhães Pinto, “estadista tão querido de todos os mineiros”, como chefe do que chamou de “Comando Civil”. Colaborando com a construção da narrativa dos conspiradores, afirmou, talvez sintomaticamente, que Mourão Filho havia conduzido sua “luta libertadora com firme e serena decisão, preservando as instituições e resguardando a democracia”, e que o governo deposto tinha “fins odiosos e

<sup>91</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 78, 25 abr. 1964, p.4.

<sup>92</sup> Id., Ibid.

<sup>93</sup> CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe (1964-1969): a história contada por jornais e jornalistas*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p.68.

inconfessáveis: supressão da liberdade, implantação da ditadura”. O general merecedor da promoção teria feito de Minas “a cidadela avançada da revolução”, e teria sido “seu grande chefe militar, o resoluto estrategista da paz”.<sup>94</sup> Outro deputado que foi à tribuna defender a promoção de Mourão Filho, Bonifácio de Andrada, recordou aqueles recentes “dias intranquilos e inquietos”, vividos “sob temores de instalação de uma ditadura socialista e soviética, no País”. Andrada celebrou o surgimento de “dois grandes Brasileiros, por sinal, de Minas Gerais”, que teriam mostrado que “Minas estava em armas em prol da paz e da lei”, e prosseguiu:

Assim, foi que no princípio deste mês, o eminente governador José de Magalhães Pinto lançou um manifesto histórico que indiscutivelmente o integrará de forma como um dos grandes chefes civis do autêntico movimento democrata do Brasil. [...] tão logo esses grandes mineiros saíram em luta, e em combate ao Governo Central, e eis que como um castelo de cartas, eis que como um acastelo de areia, o CGT desaparece, a PUA desaparece, a UNE desaparece e com eles desaparece também o governo de João Goulart. [...] Nesta hora, nós mineiros, precisamos pois dar uma demonstração pública do nosso apreço, da nossa admiração e do nosso orgulho para com o General Olímpio Mourão Filho, [...] que soube, de cabeça erguida, enfrentando tudo e todos, marchar heroicamente à frente de suas tropas em direção ao Rio de Janeiro, ao Estado da Guanabara, para ali entrar triunfalmente levando os soldados de Minas para as margens do Atlântico, numa vitória das nossas alterosas montanhas.<sup>95</sup>

Subscreveram o requerimento, além do autor Martins Silveira, 60 deputados, sendo 22 udenistas, dos 26 que compunham a maior bancada partidária da Assembleia de Minas.

A eleição do então general (depois marechal) Humberto Castelo Branco para a presidência do país, ocorrida no dia 11 de abril em eleição indireta no Congresso Nacional, foi celebrada reiteradamente pelos deputados da UDN, seguros que estavam com a garantia do que declarara o militar em seu discurso de posse, que seu procedimento seria “o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição de um brasileiro”, a quem entregaria o cargo “a 31 de janeiro de 1966”. O discurso do novo presidente teve alguns trechos destacados e lidos em sessão no dia 15 de abril pelo deputado Valdir Melgaço. Em um destes trechos Castelo Branco disse que o “levante da nação brasileira” teria ocorrido “Não através de um golpe de estado, mas com uma revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições” teria traduzido a firmeza de “convicções e concepções” vindas do passado, as quais seriam doravante transmitidas de maneira aprimorada às gerações futuras. Mais adiante, disse ainda que “o remédio para os malefícios da extrema esquerda”, não seria “o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias”, acreditando na incompatibilidade “do desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos

<sup>94</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 67, 9 abr. 1964, p.2.

<sup>95</sup> Id., Ibid. p.4.

menos favorecidos pela fortuna”.<sup>96</sup> A alusão às reformas pode ser tanto uma demonstração da força que o discurso reformista havia conquistado na opinião pública, como um indicativo de que seu conteúdo passaria a ser descaracterizado pelos novos ocupantes do governo federal; além disso, o ataque ao desenvolvimentismo e à inflação, forçosamente vinculados, expressa o esgotamento do “ciclo desenvolvimentista puro” e a interrupção forçada daquele que surgia como seu desdobramento, o “desenvolvimentismo reformista”, tal como especula Ricardo Bielschowsky:

Poder-se-ia dizer, como especulação final, que o golpe militar de 1964 abortou os primeiros passos do que talvez viesse a tornar-se um lento, porém firme, processo político de conquistas sociais e, ao mesmo tempo, o que possivelmente iria constituir-se como sua contrapartida ideológica no nível do pensamento econômico: um novo ciclo ideológico, “reformista” ou de “desenvolvimentismo reformista”, em substituição ao ciclo desenvolvimentista puro, que se havia esgotado.<sup>97</sup>

A UDN possuía especial interesse nas eleições previstas para o ano seguinte, a partir da ideia de que daquela conjuntura crítica iniciada em 1961, já prolongada, coincidente e agravada durante o governo Jango, resultaria *a hora e a vez* do partido eleger um presidente do Brasil – possibilidade que se tornou ainda mais factível logo após o oportuno golpe, sobre o qual os udenistas procuraram se projetar com persistência. Embora o partido tivesse composto a chapa vencedora encabeçada por Jânio Quadros em 1960, aquele breve governo, nada ortodoxo em sua composição, não deve ser entendido como udenista.

Em reunião extraordinária na Assembleia de Minas, ocorrida ainda em 19 de março, o deputado Homero Santos, do PSD, que havia subido à tribuna para fazer proselitismo pelo nome de Juscelino Kubitschek como candidato à presidência, foi aparteado insistentemente pelo udenista José Maria Magalhães, que se incumbiu da tarefa de defender o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, das acusações que recebeu do orador. Para o deputado pessedista o país encontrava-se dividido entre “homens [que] pregam o ódio, a anarquia e a bagunça”, e os que “fazem o contrário”, sendo estes últimos quatro nomes que já figuravam como pré-candidatos à presidência: Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto, Ademar de Barros e o ex-governador de São Paulo Carvalho Pinto; os quatro iriam, a partir dali, “às praças públicas, para dizer que não estão de acordo com o ódio, a anarquia, a bagunça, pois se colocam em campos opostos daqueles que duas correntes querem nos impor”, sendo que tais duas correntes, para o deputado, seriam o trabalhismo e o “lacerdismo”. José Maria Magalhães, então, questionou Santos sobre o porquê da não inclusão de Carlos Lacerda como um dos candidatos merecedores

<sup>96</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 74, 18 abr. 1964, p.2

<sup>97</sup> BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro*. 2000, p.434.

dos elogios tecidos àqueles quatro primeiros, ao que o pessedista respondeu que o governador da Guanabara era um homem que “apenas prega o ódio, a desunião e lança inverdades”; seguiu-se um debate acirrado entre os dois parlamentares, em grande expectativa para as eleições de 1965.<sup>98</sup>

Contudo, apesar da liderança exercida por Carlos Lacerda, posicionado nacionalmente como o principal opositor do “janguismo” e do ideário trabalhista, a UDN mineira construía também, paralelamente, a candidatura do governador Magalhães Pinto, em um conflito resultante da tensão entre partidarismo e regionalismo. Na ocasião já mencionada, em que Athos Vieira de Andrade indignou-se contra os nomes indicados para o recebimento da Medalha da Inconfidência e sugeriu o nome do governador da Guanabara como um dos que deveriam receber a honraria, o deputado do PR questionou, em provocação à bancada udenista: “Por que não se reconhece o trabalho de Carlos Lacerda? Talvez porque s. excia. disputa área idêntica à do Governador do Estado de Minas Gerais”, e assim sugeriu que a UDN mineira pendia para seu candidato local, sobretudo depois de sua ativa participação no golpe cuja origem havia se dado, justamente, em Minas – segundo a narrativa da maioria dos deputados.<sup>99</sup> Não havia, porém, novidade alguma na postura destes políticos, posto que nas eleições de 1962, em São Paulo, por exemplo, “embora a UDN apresentasse candidato próprio [ao governo do estado], setores udenistas preferiram apoiar a candidatura de Ademar de Barros que, segundo Carlos Lacerda, seria ‘o candidato ideal contra o janismo, o janguismo e o comunismo’”, conforme Maria Benevides.<sup>100</sup> Houve, portanto, durante a 4ª República, diferentes episódios de *cristianização*,<sup>101</sup> ocorridos para além do PSD. Com efeito, é notório que em um bom número de ocasiões os parlamentares udenistas assumem-se como cabos eleitorais da candidatura Magalhães Pinto, identificado como o principal idealizador do movimento conspiratório. Logo em 3 de abril, por exemplo, o deputado João Vaz apresentou um requerimento para um voto de congratulações com “a Associação Médica de Minas Gerais pelo apoio valioso e brilhantíssimo dado pela classe médica ao Movimento Democrático Brasileiro, iniciado pelo Governador

<sup>98</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 64, 4 abr. 1964, p.5.

<sup>99</sup> *Ibid.*, Nº 78, 25 abr. 1964, p.4.

<sup>100</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p.121.

<sup>101</sup> “Termo utilizado a partir de 1951 para designar a traição de um partido político a seu candidato a cargo eletivo. A origem do termo está ligada ao nome de Cristiano Monteiro Machado, candidato à presidência da República em 1950 pelo Partido Social Democrático (PSD). Embora Cristiano Machado tenha sido indicado como candidato oficial do PSD em 17 de maio de 1950 e confirmado na convenção nacional de 9 de junho do mesmo ano, seu partido na realidade apoiou a candidatura de Getúlio Vargas”. ABREU, A. A. “Cristianização”. In: CPDOC. FGV. *Dicionário do CPDOC*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetematico/cristianizacao>>. Acesso em 17 mai. 2018.

Magalhães Pinto que corajosamente encarnou as virtudes cívicas de Minas”, e argumentou que o governador teria encontrado na classe médica “o apoio e a compreensão a que faz jus o Chefe Civil dessa Revolução, o preclaro Governador de Minas”.<sup>102</sup> Em outra ocasião, o deputado Martins Silveira procurou contemporizar, e explicou que desde a renúncia de Jânio Quadros os brasileiros teriam vivido “de crise em crise, até que em 30 de março deste ano, rebentou neste Estado o movimento liderado pelo grande Governador”.<sup>103</sup> Tendo recebido um voto de congratulações da Assembleia de Minas pelo papel exercido na “revolução”, Magalhães Pinto agradeceu, “desvanecido”, pela homenagem em virtude de sua “proclamação aos mineiros, convocando-os para a luta pela paz”, estimulado por poder contar com a “solidariedade e decidido apoio” daquela Assembleia, “cuja contribuição foi valiosa para a vitória da causa que uniu todos os mineiros”.<sup>104</sup>

A análise do comportamento da bancada udenista em abril de 1964 converge com os principais pontos levantados pelo estudo clássico sobre o partido, de Maria Victoria de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo*, no qual ressalta-se que durante o governo presidencialista de João Goulart a UDN reedita um “padrão de oposição violenta, característica do período getulista”,<sup>105</sup> como pôde ser demonstrado, sobretudo no tópico 1.1, sobre a bancada petebista. A intensa radicalização conservadora ocorreu rapidamente: apesar da “Carta de Princípios” (divulgada pelo Diretório Nacional do partido após as eleições de outubro de 1962) registrar que “As reformas de base são, em princípio, aprovadas, porém fora ‘da área da demagogia e da mistificação’ e ‘respeitadas as nossas tradições cristãs e democráticas””,<sup>106</sup> tal posição seria logo relativizada nos discursos e nas práticas da maioria dos udenistas. A ala do partido conhecida como “Bossa Nova”, mais transigente e até progressista, chegou a apresentar um manifesto na Convenção Nacional do partido, em Curitiba, em 1963, favorável inclusive à reforma agrária; contudo, a mesma Convenção “acusaria o ponto de não retorno na aliança dos udenistas ortodoxos com os militares”,<sup>107</sup> e a UDN, lançando mão cada vez mais da retórica anticomunista, passou a exercer crescentemente “um papel especial na imagem pública e na aliança político-militar”,<sup>108</sup> – que já vinha sendo construída pelo menos desde 1961, com a

<sup>102</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 65, 7 abr. 1964, p.3.

<sup>103</sup> *Ibid.*, Nº 66, 8 abr. 1964, p.3.

<sup>104</sup> *Ibid.*, Nº 75, 21 abr. 1964, p.1. Por “proclamação aos mineiros” o governador se refere ao manifesto de sua autoria publicado em 21 de março, onde afirma a necessidade de reformas, mas dentro da legalidade constitucional, ou seja, contra as pretensões do governo Jango em convocar uma Constituinte, ou mesmo de realizar reformas por meio de Emendas Constitucionais.

<sup>105</sup> BENEVIDES, M. Op. cit., 1981, p.119.

<sup>106</sup> *Id.*, *Ibid.*, p.122.

<sup>107</sup> *Id.*, *Ibid.*, p.124, grifado no original.

<sup>108</sup> *Id.*, *Ibid.*, p.126.

participação ativa de Magalhães Pinto e de Mourão Filho, dentre outros.<sup>109</sup> Ainda na Convenção, foi eleito para a presidência do partido o deputado federal mineiro Bilac Pinto, cujo discurso de encerramento “continha um apelo à unidade partidária, acima das naturais divergências, em face da ‘oportunidade de afirmar-se [e] de ampliar-se’ que o malogro do governo estava a abrir para a UDN”,<sup>110</sup> e conclamou as Forças Armadas a “interromper o curso visível desse processo revolucionário, restituindo à família brasileira a tranquilidade’, reiterando os ataques contra o governo ‘infiltrado de comunistas’”.<sup>111</sup>

Depois do golpe o partido apoiou integralmente as ações do “Comando Supremo da Revolução” e todas as medidas previstas no Ato Institucional, que conforme Maria Benevides seriam “aparentemente tão distantes da ordem jurídica sempre defendida pelos bacharéis udenistas”;<sup>112</sup> o deputado estadual Bonifácio de Andrada, por exemplo, um dos principais defensores do governo imposto, havia sido por décadas um militante pelo parlamentarismo, e chegou a introduzir este sistema de governo nas entidades estudantis universitárias de Minas, quando presidiu a União Estadual dos Estudantes, na década de 1950. Outro contraste significativo é o da apologia ao municipalismo, que outrora havia sido uma questão de grande importância dentro do partido, manifestada na Assembleia de Minas principalmente pelo deputado Sinval Boaventura, tal como exposto neste tópico, e que perdeu rapidamente a relevância, na adesão unânime e integral às medidas de acentuada centralização político-administrativa tomadas pelo governo militar – uma exceção nesse sentido foi o deputado federal pela UDN baiana, Aliomar Baleeiro, que a respeito da doutrina segundo a qual o Congresso passava a ser legitimado pela “revolução”, afirmou a um jornal paulista: “Meu mandato não é legitimado pelo Comando Revolucionário. É pelo povo”.<sup>113</sup>

Em Minas, os deputados estaduais udenistas eleitos em 1962 aderiram com facilidade à tendência geral do partido em direção a sua vertente mais ortodoxa, na medida em que se polarizava com cada vez mais intensidade a vida política nacional. Mesmo que, no entanto, a campanha eleitoral daquele pleito ainda não tivesse se dissociado do que Otávio Dulci classificou como um “padrão tradicional” no estado, ou seja, “a luta política assinalou-se pelo vácuo ideológico e pela subordinação aos velhos particularismos e à influência do poder econômico”.<sup>114</sup> Portanto, apesar da “Carta de Princípios” mencionada acima, e da disposição

<sup>109</sup> Id., *Ibid.*, p.127.

<sup>110</sup> DULCI, O. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. 1986, p.189.

<sup>111</sup> BENEVIDES, M. Op., cit., 1981, p.124.

<sup>112</sup> Id., *Ibid.*, p.128.

<sup>113</sup> Id., *Ibid.*, nota 6.

<sup>114</sup> DULCI, O. Op., cit., 1986, p.184.

de alguns quadros nacionais da UDN em tomar parte na elaboração das reformas, “Em Minas, a UDN caracterizou-se, todo o tempo, por certa fidelidade aos traços de origem do partido”, o que o autor explica com a constatação de que tal fidelidade “foi estimulada em parte pela persistência da política de famílias e de lealdades locais, resultando na persistência das rivalidades entre o PSD e a UDN, que eram em muitos casos a tradução moderna de seculares divisões políticas municipais”.<sup>115</sup> Ainda assim, a partir da “coexistência de um padrão competitivo/conflitivo na base e um padrão de compromisso nos níveis superiores”,<sup>116</sup> foi possível que em 1964 os representantes de ambas as legendas, juntos com outras, menores, se unissem em uma mesma “frente”, ultrapassando as rivalidades de base locais – contendas que, na verdade, no âmbito da Assembleia, eram abrandadas pela praxe da postura bacharelesca – e aproveitando-se da oportunidade para avançar em definitivo sobre o PTB, que além de ter se tornado um adversário comum às duas legendas, crescia consideravelmente em número de políticos eleitos pelo país. A polarização ideológica, portanto, “tornava lógica e viável essa tendência à formação de ‘frentes conservadoras’ somando as forças dos dois grandes partidos”<sup>117</sup> por todo o país, sobretudo em Minas, onde, tal como observa, ainda, Dulci:

“Já no nível estadual, e em sua projeção para o nacional, o traço marcante é o do compromisso. Os conflitos intra-elites que caracterizam a política municipal são aí amortecidos por acordos e composições que parecem alcançar amplo apoio dos atores envolvidos”.<sup>118</sup>

A maior bancada da Assembleia agiu em bloco nos primeiros meses da ditadura, e projetou-se como a mais bem preparada para exercer uma hegemonia político-partidária no estado, realizando a vocação do partido de representante ilustrado das elites do interior: dos 26 eleitos, 16 eram advogados com experiência política prévia à 5ª legislatura; seis eram empresários rurais; um era empresário da indústria siderúrgica, outro era comerciante, e dois, ainda, eram médicos, com ampla predominância daqueles naturais do interior do estado.<sup>119</sup> A UDN havia registrado um crescimento notável em número de cadeiras no parlamento estadual em relação à 4ª legislatura, quando elegeu 11 deputados; até então o melhor desempenho do partido havia sido nas eleições de 1950, com 21 eleitos. Estes resultados, nota Otávio Dulci, “mostram com clareza a influência que exerce a posse do governo estadual: o partido cresceu em 1950 e 1962, quando ocupava o Palácio da Liberdade”.<sup>120</sup> Em 1964, portanto, a UDN

<sup>115</sup> Id., *Ibid.*, p.185.

<sup>116</sup> DULCI, O. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. 1999, p.125.

<sup>117</sup> DULCI, O. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. 1986, 1986, p.183.

<sup>118</sup> DULCI, O. *Op.*, cit., 1999, p.126.

<sup>119</sup> MONTEIRO, N. G. M. *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. 1994.

<sup>120</sup> DULCI, O. *Op.*, cit., 1999, p.136.

mineira vivia um bom momento, com o governo do estado desimpedido, na prática, de executar políticas públicas, contando com ampla maioria na Assembleia, o que favorecia mais ainda a proeminência de Magalhães Pinto como presidenciável. Afora a conjuntura favorável à projeção do partido, o ímpeto “revolucionário” demonstrado pelos políticos udenistas naquele ano se explica também a partir da história do partido:

Surgida em ambiente de luta oposicionista, a UDN se destacava pela combatividade. Constituiu-se como partido de cunho ideológico e nisto repousava fundamentalmente sua coesão interna e seu trabalho de arregimentação eleitoral. Com o tempo, as circunstâncias políticas se modificaram, mas não o modo de agir da UDN nem as razões da preferência de seus eleitores.<sup>121</sup>

No que concerne à condução da política econômica, Otávio Dulci observa também que a UDN apregoava uma ideologia tecnocrática, preferindo, sempre que possível, que os problemas econômicos fossem tratados a partir de um viés mais técnico, em detrimento de influências alegadamente resultantes do jogo político. Palavras-chave como “eficiência” e “produtividade” compunham o teor das críticas dirigidas pelos udenistas a seus adversários ocupantes de cargos públicos. Contudo, importa salientar:

O tratamento técnico postulado repousava em argumentos morais, mais que em motivos práticos. Ele seria capaz de libertar a administração dos critérios políticos que comprometiam sua objetividade, eliminando desta maneira o favoritismo, a corrupção e a improvisação – pecados atribuídos ao eixo PSD-PTB.<sup>122</sup>

Por um lado, portanto, observa-se a coerência no comportamento partidário da bancada udenista como um todo, em relação ao governo Jango, a julgar pelo que Dulci considera o *ethos* peculiar do partido; por outro lado, o que se percebe são condutas particulares incongruentes com tal *ethos*, já que entre as centenas de municipalidades do interior do estado era frequente que “a tradicional tendência bipartidária da política mineira” se exprimisse no antagonismo entre os dois grandes partidos, UDN e PSD, em uma “versão moderna da bifurcação municipal de famílias ou clãs que notabilizou outrora o sistema ‘coronelista’”. A lógica é a mesma: a política se alimenta da rivalidade e sem conflito não há mobilização”.<sup>123</sup>

Nota-se, ainda, que a aliança informal ocorrida na Assembleia entre UDN e PSD – que em 1964 rompia definitivamente com o PTB – foi mais visível e melhor consolidada no parlamento mineiro que no brasileiro, já que alguns quadros pessedistas do cenário nacional

<sup>121</sup> Id., Ibid., p.141-142.

<sup>122</sup> Id., Ibid.

<sup>123</sup> Id., Ibid., p.146. A propósito, Marx indicara que “[...] assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses, deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade (MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.60-61).

encontravam-se reticentes quanto às imposições do novo governo, como Tancredo Neves, por exemplo. A partir de abril, na ALMG, os deputados de ambas as legendas se uniram sem dissidências e em tom definitivo contra as reformas de base do governo Jango, contra a “subversão” e a “comunização” do país e em torno de uma narrativa comum sobre aquela “revolução”, apesar da rivalidade entre os dois partidos, que persistiu desde 1946; a principal diferença entre eles a partir de então, tal como observado, concernia à disputa presidencial. Na UDN a candidatura de Lacerda se confirmou em novembro daquele ano, na Convenção Nacional do partido; logo, porém, ele se voltaria contra o governo Castelo Branco, diante dos primeiros indicativos de prorrogação do mandato do general. Seu posicionamento encontra oposição dentro da própria UDN, e para os militares, “não interessava uma liderança civil forte, e muito menos contestatória”, de modo que “A nova aliança político-militar não se daria mais com Lacerda mas com os ‘realistas’”<sup>124</sup> – tendência interna à UDN, da qual fazia parte Magalhães Pinto.

## 2.2 Mineiros à espreita: governismo e acomodação no PSD

O primeiro Ato Institucional, outorgado em 9 de abril pelo autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, cassou os mandatos de dezenas de representantes políticos eleitos e transformou o Congresso Nacional em um Colégio Eleitoral que elegeu dentro de dois dias o então general Humberto Castelo Branco à presidência. Na Assembleia de Minas, foram prontamente aprovados requerimentos de congratulações ao Congresso, ao general e ao vice-presidente, eleito separadamente, o deputado federal pelo PSD mineiro José Maria Alkmin, que ocupava, ainda, o cargo de secretário da Fazenda do governo de Minas (e alegadamente por essa razão, não esteve presente no Congresso na sessão em que foi eleito).<sup>125</sup> No parlamento mineiro, em sessão no dia 13, o pessedista Manoel Costa, aliviado pelos acontecimentos da semana anterior, celebrou: “felizmente, a providência Divina olhou pela nossa pátria e as forças da democracia se uniram como um só bloco monolítico e se aglutinaram para a defesa de um regime que se extinguiu”, e após a vitória, outra medida importante, para o deputado, era a de “se entregar o Governo da República a um homem que [...] se impusesse à confiança do povo

<sup>124</sup> BENEVIDES, M. V. de M. *A UDN e o udenismo*. 1981, p.131. Sobre os “realistas”, Otávio Dulci identifica que “partiam do pressuposto da legitimidade do regime, e defendiam um desarmamento da UDN em relação às demais forças, como condição para o crescimento do partido. Aceitavam diferentes possibilidades de aliança, mas sua preferência recaía na aliança conservadora PSD-UDN que havia funcionado sob Dutra. Eram tendencialmente conservadores, mas não ao ponto de rejeitar fórmulas de composição em torno de políticas de reforma”: DULCI, O. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. 1986, p.37.

<sup>125</sup> ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XIX, Nº 3, Capital Federal, domingo, 12 abr. 1964.

brasileiro”. O vice-presidente Alkmin foi referido por seu correligionário como “o nome ilustre de um mineiro de tradição”, que não seria “um homem de legenda partidária, mas que é um homem do Estado e do País”, e que “na primeira hora, esteve ao lado da revolução que ainda não inspirava a certeza da vitória”. Manoel Costa lembrou, então, que José Maria Alkmin havia assumido a Secretaria da Fazenda do governo de Minas justamente “para ser o elemento de coordenação e de ligação das forças políticas do nosso estado”, e que na ocasião de sua posse no cargo, agradecendo ao governador por sua prova de confiança, o secretário recém-vestido havia afirmado que com “Magalhães Pinto, Minas Gerais ainda uma vez vai dar prova ao Brasil de que não quer ser a primeira, mas não será a última a levantar-se para a defesa da democracia e da liberdade em nossa pátria”.<sup>126</sup>

Na sessão do Congresso em que foi eleito o novo presidente, um dos votos mais celebrados foi o do então senador pelo estado de Goiás, Juscelino Kubitschek, que ao pronunciar o nome de Castelo Branco como seu candidato, teria provocado “enorme ovação, com palmas e gritos das galerias, do plenário e até de funcionários”, em uma reação que quebrou o protocolo da Casa.<sup>127</sup> Mas o voto do presidencialista, cuja candidatura já havia sido lançada pelo PSD, contrastou com o de outro possedista mineiro, o deputado federal Tancredo Neves,<sup>128</sup> que assim justificou sua decisão de abster-se de votar:

Abstivemo-nos de contribuir com o nosso voto para eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.

Nossa posição de Líder da Maioria na Câmara dos Deputados, no Governo deposto, impede-nos moralmente de atrelarmo-nos ao carro dos vencedores. É inegável, além do mais, que nesta hora, falta ao Congresso, mutilado na sua integridade e ameaçado na sua soberania, a indispensável independência para cumprir o seu dever constitucional.

Não vai, porém, na nossa atitude qualquer restrição de ordem pessoal ao eminente General Humberto Castelo Branco, a quem de muito tempo admiramos nas suas preclaras virtudes de militar e cidadão, que o credenciam a exercer a Suprema Magistratura do Brasil com clarividência, energia, probidade e justiça, atributos marcantes de sua nobre personalidade.

Pelas mesmas razões deixamos de sufragar o nome do ilustre Deputado José Maria Alkmin para Vice-Presidente da República.

Congresso Nacional, Sala das Sessões, 11 de abril de 1964. Tancredo Neves.<sup>129</sup>

<sup>126</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*, Nº 71, 15 abr. 1964, p.3.

<sup>127</sup> “50 anos do golpe de 1964: Eu vi JK votar no marechal Castello, para depois ser cassado (capítulo 1)”; disponível em: <<http://www.ricardosetti.com/50-anos-do-golpe-de-1964-eu-vi-jk-votar-no-marechal-castello-para-depois-ser-cassado-capitulo-1/>>; acesso em 03 de julho de 2017.

<sup>128</sup> “[...] prossegue a oposição Alkmin x Tancredo, pelo controle do PSD mineiro. Se Tancredo se alinha ao lado de Goulart, Alkmin lidera a bancada na oposição ao governo, chegando mesmo a aliar-se à conspiração que depõe João Goulart em março de 1964”: HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p.264, nota 367.

<sup>129</sup> ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Op., cit., p.121.

A posição de Tancredo, de referir-se às cassações do Ato Institucional em tom de denúncia, não teve correspondência no legislativo mineiro, onde a bancada pessedista aderiu integralmente à cantilena da “revolução”. Ao contrário do proeminente deputado federal pelo PSD mineiro, em reunião ordinária da Assembleia, no dia 7 de abril, o deputado Orlando Andrade, demonstrando sua inquietação quanto ao momento vivido pelo país – “quando os vermelhos quase se apoderaram do poder público no Brasil” – apresentou um requerimento, assinado por outros dez pessedistas, em que indicava “a necessidade de cassarem os mandatos de senadores, deputados e vereadores comunistas vinculados às diversas legendas partidárias”, em um apelo que seria dirigido aos respectivos órgãos de governo. O requerimento ainda demandava que fossem afastados todos os comunistas que, segundo o deputado, pertenciam “aos serviços públicos, federal, estaduais e municipais, que participem da direção de empresas ou ocupem cargos de relevo em qualquer atividade empresarial, sindical, classista e que lecionem em qualquer estabelecimento de ensino”.<sup>130</sup>

De outro pessedista, dessa vez o deputado Delson Scarano, junto a sete outros correligionários, partiu a iniciativa de conceder o título de cidadão de Minas Gerais ao presidente Castelo Branco, a ser concedido pela Assembleia em sessão solene. A homenagem era um gesto de reconhecimento ao “Comandante em Chefe” do movimento que teria restaurado no país o “clima de respeito às leis e às instituições democráticas”, e o autor do projeto também não deixou de manifestar seu regionalismo, ao afirmar: “Tendo partido de Minas Gerais o primeiro grito de libertação de nossa Pátria, ao chamamento das montanhas, acorreram todos os brasileiros”. Por fim, reiterou a versão oficial do golpe, ao explicar que “O Congresso Nacional [...] consagrou o nome do ilustre militar como Presidente da República, *no exercício de suas atribuições constitucionais* e em nome do Povo Brasileiro”,<sup>131</sup> em consonância com a narrativa do “Comando Supremo”, que outorgou o AI-1 com a premissa de que da “revolução” se originaria a legitimidade do poder instituído pelos militares; tese de autoria do jurista ultraconservador Francisco Campos.<sup>132</sup> Em outra ocasião Scarano reforçou seu posicionamento, aliviado pela “revolução” ter livrado o país de “ideias sub-reptícias implantadas em nosso meio”, reproduzindo ameaçadoramente a ideia caricata do comunismo, a ser expurgado a partir de então, tendo como alvo todo e qualquer cidadão brasileiro ativamente de esquerda. Ainda assim, no mesmo pronunciamento o deputado cuidou em se colocar, com demonstrações de serenidade, em um lugar de equilíbrio na arena política; a respeito do

---

<sup>130</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 67, 9 abr. 1964, p.2.

<sup>131</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 71, 15 abr. 1964, p.1, grifo nosso.

<sup>132</sup> Cf. FICO, Carlos. *O golpe de 1964*. 2014.

pronunciamento de Castelo Branco na ocasião de sua posse na presidência, Delson Scarano afirmou com esperança: “S. Excia. há de colocar o nosso País nos seus devidos caminhos, não só desfazendo o comunismo ateu, mas, ao mesmo tempo, *evitando com que a direita reacionária se insurja* também contra os anseios de liberdade do povo”.<sup>133</sup>

Essa inclinação centrista foi manifestada com frequência pelos deputados – excetuando-se a maioria dos udenistas, tal como demonstrado no tópico anterior; além disso, era facilmente relacionada como uma das qualidades características da ideia de mineiridade, também notavelmente recorrente. Observe-se, por exemplo, algumas das considerações do deputado pelo PSD Otelino Sol, em sessão ainda no dia 19 de março, quando defendia uma efetiva expansão dos serviços da CEMIG para as cidades da região Nordeste de Minas; argumentava o parlamentar, em relação à empresa, que “Justifica-se, em origem[,] uma feição empresarial extremada, no sentido de conseguir os meios à ampliação do seu programa energético”, no entanto, criticava o fato de que a CEMIG viria assumindo “uma feição eminentemente capitalista, fugindo aos objetivos sociais que a energia elétrica tem para o conforto e melhoria de condições de vida do homem”. Adiante, completava o argumento ao afirmar que a empresa, que já era de capital misto, vinha “servindo mais ao alto capitalismo, do Centro de Minas”, do que às outras regiões do estado, e notou que “das principais 27 clientes da CEMIG, [...] 16 são estrangeiras pela predominância do seu capital, pelas suas insígnias”, não sendo justo, portanto, “que os contribuintes do Nordeste de Minas e outras regiões do Estado[,] distantes e pobres” se privassem dos serviços da companhia energética, “que deveria contribuir para o progresso de todas as regiões” de Minas.<sup>134</sup> Ressalte-se, aqui, o recurso do deputado ao ideário desenvolvimentista, justamente a partir do um nacionalismo econômico, e a argumentação remetente ao padrão centro-periferia. A CEMIG foi lembrada também pelo já citado deputado Delson Scarano, que junto com outros nove pessedistas apresentou requerimento para que fosse formulado um voto de congratulações com Castelo Branco pela nomeação de Mauro Thibau para o Ministério de Minas e Energia. O engenheiro era um dos diretores da CEMIG e “um dos grandes artífices de sua grandeza”, segundo o parlamentar, que afirmou ainda, a celebrar a escolha: “O novo titular da Pasta das Minas e Energia é uma nova conquista de Minas nas altas esferas do Governo da República”.<sup>135</sup> A nomeação decorre, no entanto, da intenção do governo militar em introduzir profissionais de cariz técnico entre seus quadros, em detrimento de

---

<sup>133</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 74, 18 abr. 1964, p.3, grifo nosso.

<sup>134</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 64, 4 abr. 1964, p.4.

<sup>135</sup> *Ibid.*, Nº 75, 21 abr. 1964, p.3.

indicações resultantes de acordos entre os partidos – intenção, porém, que não tardou a ser deixada de lado.

O exame da atuação da bancada do PSD na Assembleia demonstra também que os deputados do partido se valeram da retórica provinciana com maior entusiasmo. Dentre estas manifestações, ainda é o caso de destacar-se duas, por sua importância singular na análise do papel do partido. A primeira não parte diretamente de um deputado, sendo um trecho do pronunciamento do arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo Sigaud, quando da comemoração da eleição de José Maria Alkmin à vice-presidência do país, no qual ressalta-se a conotação positiva atribuída a práticas conspiratórias e às articulações de caserna. O pronunciamento foi publicado no *Estado de Minas* e lido em plenário pelo deputado João Belo em reunião ordinária no dia 20 de abril. No discurso, o arcebispo deixa entrever o papel de Alkmin como um dos principais articuladores em Minas, não apenas do golpe, mas da subsequente ocupação do governo pelos integrantes do movimento, quando ao agradecer a Alkmin por seu papel na “resistência à bolchevização do Brasil”, expôs em seu relato: “V. Exa. passou a preparar a sublevação armada de Minas Gerais e do Brasil. V. Exa. se fez conspirador”. Dom Sigaud referiu-se à nomeação de Alkmin para a Secretaria da Fazenda do governo do estado, ocorrida poucos dias antes do golpe, e para explicar essa mudança de atividade do homenageado justificou que o presidente Jango “passava à fase da anarquia organizada, para dali chegar à insurreição armada”,<sup>136</sup> fato que demandaria celeridade nas articulações anti-bolchevizes. Tal como Otávio Dulci já havia identificado no estudo sobre a UDN, José Maria Alkmin, junto com o também deputado federal Último de Carvalho, sobressaíam no PSD como políticos que “mantinham discretas combinações com os militares da oposição [ao governo Jango]”.<sup>137</sup> Tanto Alkmin como Último de Carvalho, a propósito, figuram no livro *O PSD mineiro*, de Plínio de Abreu Ramos, como tendo recebido recursos provenientes do IBAD para a campanha eleitoral de 1962, quando se elegeram para a Câmara dos Deputados.<sup>138</sup> Sem dúvidas, a eleição de Alkmin à vice-presidência, ao lado de Castelo Branco, animou as perspectivas do PSD para dali em diante, expressando a permanente propensão do partido em direção à órbita do poder, pela qual ficou conhecido. Quanto aos deputados estaduais mineiros, ainda conforme Abreu Ramos, suspeita-se que o IBAD tenha provido recursos às campanhas de cinco pessedistas eleitos, que procuraram o Instituto para pleitear o financiamento; três deles foram os mais votados do

<sup>136</sup> Ibid., Nº 80, 29 abr. 1964, p.4, grifo nosso.

<sup>137</sup> DULCI, O. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. 1986, p.199.

<sup>138</sup> RAMOS, Plínio de Abreu. *O PSD mineiro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1993, p.201.

partido: Delson Scarano, Pio Canedo e Murilo Badaró, líder da bancada pessedista na 5ª Legislatura.<sup>139</sup>

Em 30 de março Badaró foi à tribuna elogiar o posicionamento de Magalhães Pinto, expresso naquele dia em seu manifesto enviado aos jornais, no qual o governador reprovou duramente a atuação de João Goulart no desfecho da revolta dos subalternos da Marinha, ocorrida no último dia 25, quando dezenas de marujos e fuzileiros navais se amotinaram na sede de um sindicato na cidade do Rio, a reivindicar o reconhecimento e a institucionalização de sua associação, prestadora de serviços sociais aos subalternos da Armada.<sup>140</sup> A revolta resultou na substituição do ministro da Marinha e em acusações diversas de que o presidente Jango teria pouca consideração pela hierarquia militar. O discurso do líder pessedista na ocasião finaliza o recorte das duas importantes manifestações do regionalismo político mineiro, dessa vez ressaltando-se o viés conciliador, com o qual aparece usualmente vinculado. Convém reproduzi-lo quase na íntegra:

[...] A palavra de Minas veio no momento exato para dizer aos brasileiros que estas montanhas continuarão sendo uma trincheira inexpugnável permanentemente colocada a serviço dos altos interesses da nacionalidade. Neste instante, *as divergências políticas que, por ventura, nos separam do atual ocupante do Palácio da Liberdade, de forma alguma podem se constituir em obstáculo a que todos cerremos fileiras ao seu lado* para integrar um pronunciamento que não propriamente o pronunciamento de um homem, eventualmente detentor do poder, de um partido ou de uma agremiação, mas a palavra que traduz o *sentimento de mineiridade* e que representa o *substratum* [sic] de todo o pensamento do povo mineiro. *O governador falou por todos os mineiros. Por isto, a oposição vem à Tribuna para hipotecar-lhe a solidariedade e ao seu pronunciamento, em todos os seus termos.* A palavra de Minas veio para dizer à nação que o país não pode continuar sendo sacrificado à custa de interesses subalternos. A revolta que minou a estrutura de uma gloriosa corporação de nossa Pátria não teve origem dentro dela, originando-se de forças estranhas a ela. [...] S. Excia. passa a representar neste instante não o administrador que ocupa o Palácio da Liberdade, mas o espírito de Liberdade e a consciência cívica, que são a marca da presença de Minas na Federação. *Minas Gerais é sobretudo o equilíbrio, ponderação e justiça e sensatez, motivos que fazem com que sua voz tenha inigualável autoridade no concerto dos demais estados.* Realmente a voz de Minas não poderia faltar nesta hora, não para acirramento dos ânimos mas sobretudo para fazer com que seja restabelecido o *equilíbrio e o bom senso*, ausentes do momento nacional, que forças estranhas procuram a todo transe impedir que voltem a reinar. [...] Aquela timidez, aquele recato, aquele acanhamento próprio do povo mineiro, longe de significarem uma atitude de complacência ou simplesmente contemplativa, representam nada mais nada menos do que a ponderação e a necessidade de se debruçar conscientemente sobre todos os problemas que são colocados ao seu exame, donde tira conclusões definitivas em favor da nacionalidade. [...] O nosso desejo é o de que o Brasil ouça a

<sup>139</sup> Id., Ibid.

<sup>140</sup> “Goulart tentou uma solução negociada para o conflito, mas titubeava. O presidente decidiu-se, por fim, pelo envio de soldados da Vila Militar ao sindicato e pela substituição do ministro Mota. Assumiu o ministério o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, que não contava com o apoio da força por ser considerado de esquerda”: FICO, C. *O golpe de 1964*. 2014, p.51.

palavra de Minas, como já ouviu em outras oportunidades, certo de que *Minas jamais compareceu em instante como este com uma palavra de acirramento dos ânimos*.<sup>141</sup>

Ressalte-se que o discurso foi proferido horas antes de iniciada a marcha das tropas do general Mourão Filho, de Juiz de Fora para a cidade do Rio, na movimentação que deflagrou o insidioso golpe sobre a república. Destaca-se o referido apelo a um viés conciliador, a partir do qual o deputado procura demarcar o campo de forças que avançavam definitivamente sobre o governo Jango, anulando as divergências que o separavam do governo Magalhães Pinto, e o tom decidido com que rechaça o que considera “interesses subalternos” e “forças estranhas”, lembrando, porém, que Minas não compareceria com uma “palavra de acirramento”, mas com “equilíbrio e bom senso”. Ao evocar a “voz de Minas” é possível que Badaró, político de notável formação intelectual, estivesse ecoando as ideias presentes na obra que leva, justamente, o título *Voz de Minas*, de autoria do ensaísta e pensador católico Alceu Amoroso Lima, publicada pela primeira vez em 1945, onde o autor atribui um tríplice papel à mineiridade: o de compensação, de equilíbrio e de moderação. Em *Guardiães da razão* Helena Bomeny aborda pormenorizadamente a “mineiridade clássica”, tal como conceituada na obra de Amoroso Lima, onde, conforme a autora, “A definição pela liberdade, tal como é expressa, circunscreve o escopo da ação política no confronto com o avanço do socialismo e na contenção do individualismo contemporâneo”. O conservadorismo implícito ao imaginário da mineiridade é explicado pelo ensaísta ao hierarquizar o conceito de *espaço*, sobrepondo-o em importância ao de *tempo* (“o tempo não conta”), daí resultando em que o mineiro seria “Mais fiel ao seu lugar que ao seu momento”, segundo a interpretação de Bomeny, ilustrada pela seguinte passagem de *Voz de Minas*: “[...]o tempo não existe em Minas ou pelo menos não se conta com ele, talvez porque o mineiro possui muito mais o espírito do eterno que o do moderno”.<sup>142</sup> O caráter equilibrado, compensador e moderador da mineiridade não impede, tal como observado nas fontes, que a ação política dos que o ostentam circunscreva-se não apenas no “confronto com o avanço do socialismo”, conforme Bomeny, mas que coexista com o virulento anticomunismo, propagado amiúde na opinião pública por todos os envolvidos – mesmo que minimamente – nas manobras golpistas de março e abril. Com efeito, Rodrigo Motta observa que “o temor anticomunista teve papel preponderante no processo de arregimentação dos

<sup>141</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 64, 04 abr. 1964, p.5-6, grifos nossos.

<sup>142</sup> BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p.20-21. Sobre este tema, tivemos a oportunidade de apresentar o trabalho intitulado “A mineiridade como regionalismo político – uma leitura à luz da modernização conservadora do Brasil” no VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG, em maio de 2017. Algumas ideias desenvolvidas no texto enviado para publicação nos anais do evento foram aqui reproduzidas.

grupos adversários ao governo, fornecendo o principal argumento que unificou os setores de oposição”.<sup>143</sup>

Que os pessedistas tenham se valido com tamanha recorrência e propriedade ao imaginário da mineiridade é algo que se explica em boa medida pelo fato do partido ter se arraigado ao longo do vasto interior de Minas, entre as centenas de povoações, consolidando-se desde sua origem como uma federação de lideranças locais, detentoras absolutas do poder de Estado, herdado em muitos casos desde o período colonial e consolidado na Primeira República, quando Minas passou a expressar nacionalmente sua força política. Com as transformações decorrentes da Revolução de 1930, a situação política mineira adquire caráter ambivalente, quando, de acordo com Pedro Otoni, as tendências modernizantes do período são constrangidas pela política de compromissos surgida entre as oligarquias espalhadas pelo interior e os próprios agentes promotores da modernização. O quadro se modifica na década de 1950 com a instalação de empresas multinacionais em Minas, que ao se vincularem política e ideologicamente a alguns dos agentes que compunham o arranjo predominante, provocam sua transformação em uma “elite-dependente”, conforme o autor.<sup>144</sup> Expressão singular da política da elite-dependente são os governos JK, nos níveis estadual e federal, cujos empreendimentos modernizantes são executados não em prejuízo do poder oligárquico local, mas antes com sua coadunação. Assim o PSD mineiro pôde ostentar um papel ativo na construção de uma sociedade industrial moderna, enquanto se beneficiava e reproduzia em grande medida o arranjo político seguro para as famílias e frações oligárquicas que há décadas detinham com rigorosa exclusividade o controle dos aparatos administrativos e, paradoxalmente, da própria *res publica*.

Decorre daí que a reforma agrária tenha sido o tema mais sensível, e que provocou a reação unívoca dos pessedistas mineiros em sua reação veementemente contrária, que foi importante para a derrubada da proposta feita pela base governista na Câmara dos Deputados, prevendo indenizações aos proprietários em títulos da dívida pública. No principal estudo de referência sobre o PSD, sua autora, Lucia Hippolito, observa que “Uma vez mais a chave da posição do PSD é a seção mineira. Sob a liderança de Alkmin – e agora também de Último de Carvalho –, a bancada mineira lança nota oficial contra a emenda constitucional do PTB, o que,

---

<sup>143</sup> MOTTA, R. P. S. “João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, M. de M. (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.129.

<sup>144</sup> OTONI, Pedro. “Arranjos políticos e desenvolvimento dependente em Minas Gerais”. In: \_\_\_\_\_, P. e REIS, G. (Org.). *Desvendando Minas: descaminhos do projeto neoliberal*. Belo Horizonte: Cedebras, 2014, p.101-103.

para fins práticos, sela a sorte do projeto.”<sup>145</sup> A nota fora à público em maio de 1963, e em fevereiro do ano seguinte o deputado Último de Carvalho, já profundamente envolvido com a conspiração, foi categórico ao afirmar: “A sorte de nossas propriedades rurais em Minas está cingida à sorte do mandato do presidente da República. Se o presidente confiscar as nossas propriedades ou permitir que alguém as confisque, haverá também quem confisque seu mandato de presidente da República”.<sup>146</sup> E, a propósito, Rodrigo Motta observa, quanto aos primeiros meses de 1964, a escalada crescente de eventos conflituosos, incluindo-se, desde fevereiro, uma “intensa mobilização anticomunista no campo, com o surgimento de grupos armados pelos proprietários”.<sup>147</sup> Lucia Hippolito, entretanto, chega a afirmar que o golpe não tivera a chancela do PSD, como teve de outros partidos, da UDN principalmente, e que o comando nacional pessedista havia passado à oposição, mas não à conspiração;<sup>148</sup> mais adiante, afirma ainda: “[...] o PSD não é parceiro para golpes de direita. Importa saber aí até quando os conspiradores aguardarão a adesão do partido, ou se o golpe será dado *apesar do PSD*, e, por extensão, *contra o PSD*”.<sup>149</sup> A análise do comportamento partidário dos pessedistas mineiros, porém, indica o oposto. O que fica evidente é a notável celeridade nas articulações golpistas no estado, com envolvimento nuclear dos principais quadros do partido, demonstrada pela recomposição do secretariado estadual realizada por Magalhães Pinto a apenas três dias do golpe, além da “frente” não formalizada formada na Assembleia com a bancada da UDN e de outros partidos e, por fim, a eleição de Alkmin à vice-presidência. O golpe definitivamente não foi dado *contra* o PSD, e tampouco *apesar* dele. Thomas Skidmore também conclui de modo um tanto distorcido a respeito das motivações do partido, ao interpretar que o presidente Jango, tendo progressivamente cedido espaço a Brizola no interior do PTB, teria ajudado “a empurrar o PSD para a militantemente antijanguista UDN, enfraquecendo a aliança PSD-PTB, que era a única esperança de Jango para garantir apoio no Congresso para as reformas”,<sup>150</sup> quando, na verdade, a maioria dos pessedistas não precisou exatamente ser empurrada para a direita conspiratória, apesar da relativa influência exercida por uma minoria mais orientada pela observância a princípios republicanos, representada em Minas sobretudo por Tancredo Neves. Na Assembleia, o entusiasmo irradiante dos deputados estaduais com o desfecho de abril não decorreu meramente de uma adaptação ao novo quadro, ou da intenção de fazer boa figura

<sup>145</sup> HIPPOLITO, L. *De raposas e reformistas*. 2012, p.277.

<sup>146</sup> RAMOS, P. de A. *O PSD mineiro*. 1993, p.206.

<sup>147</sup> MOTTA, R. P. S. Op. cit., p.139

<sup>148</sup> HIPPOLITO, L. Op. cit., p.283.

<sup>149</sup> Id., Ibid., p. 289, grifado no original.

<sup>150</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. 2010, p.305.

perante os militares; na verdade, eles tinham razão ao afirmar que haviam sido “soldados civis” da “revolução”.

Se houve um pessedista mineiro que se manteve a alguma distância das articulações conspiratórias, este foi JK, segundo Plínio de Abreu Ramos; o senador e pré-candidato à presidência parece não ter agido na preparação do golpe, apesar de seu anticomunismo manifesto e das iniciativas de Alkmin em persuadi-lo neste sentido.<sup>151</sup> No entanto, ao menos em Minas, Juscelino vinha perdendo influência entre a base do partido, já que permanecia, de certo modo, próximo ao PTB, cuja bancada partidária no Congresso Nacional era a segunda maior (depois da do PSD a partir do pleito de 1962), e por isso era considerada com importância nas projeções eleitorais do pré-candidato. Seu não-envolvimento no golpe não deve ter inspirado muitos correligionários a manterem-se igualmente distantes das tramas. Na Assembleia de Minas, os pessedistas se encontravam recuados durante a 5ª Legislatura já desde o resultado das eleições de 1962: a bancada do PSD havia passado de 24 para 18 deputados<sup>152</sup> – distribuídos entre advogados (11), fazendeiros (2), engenheiros (2), médicos (2) e servidores públicos (1) –, e entre eles a preocupação de JK em permanecer próximo ao PTB não poderia ser reproduzida, já que o governo trabalhista de Jango, além de tratar a reforma agrária como uma prioridade, havia reconhecido a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e patrocinado a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural, além de ter instituído a SUPRA.<sup>153</sup> Logo, os pessedistas mineiros pressionaram Juscelino a fim de que o ex-presidente não se afastasse daquela que era a questão crucial para a fração estadual do PSD: “o problema agrário fizera do candidato à Presidência da República uma projeção dos interesses do partido mineiro, solidamente unificado em defesa da propriedade rural”,<sup>154</sup> ademais, para todos os efeitos, Magalhães Pinto lhes era um presidenciável mais próximo que JK (nota-se que em relação ao governo do estado, o PSD expressava sua dificuldade característica em cumprir a função de oposição, porquanto fosse um partido de cariz governista<sup>155</sup>). A defesa decidida, por parte do PSD, dos interesses da classe rural-proprietária definiu desde sempre o caráter do partido. Otávio Dulci explica a vigência, em Minas, do que seria um “pacto agrário”, cujas regras implícitas provocariam um contraponto a políticas industrialistas, associadas a ideais modernizantes; assim, “o campo seria conservado como espaço privado, garantindo-se sobre

<sup>151</sup> RAMOS, P. de A. Op. cit., p.207.

<sup>152</sup> DULCI, O. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. 1999, p.136.

<sup>153</sup> Cf. GRZYNSZPAN, Mario. “O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores”. In: FERREIRA, M. de M. (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>154</sup> RAMOS, P. de A. Op. cit., p.205.

<sup>155</sup> DULCI, O. Op. cit., p.141.

ele o direito e o poder dos proprietários”.<sup>156</sup> Este pacto permitiu que a agenda desenvolvimentista, industrializante, dos governos Kubitschek possa ter sido criada e executada no seio de um partido que, ao mesmo tempo, não deixava de se apresentar como “a grande trincheira da oligarquia, fortemente enraizada no meio rural e nas inúmeras pequenas cidades do interior de Minas”.<sup>157</sup>

Nos primeiros anos da década de 1960 tornava-se cada vez mais evidente que a modernização do país, levada a cabo durante as décadas anteriores, havia permitido o surgimento de demandas populares que vinham sendo canalizadas pela participação política. Este processo, no entanto, era, naturalmente, muito mais evidente nos centros urbanos do que nas extensas áreas ruralizadas de uma nação com as características histórico-geográficas do Brasil. Em um estudo tornado clássico, Guillermo O’Donnell observara que os principais frutos colhidos pelo setor popular haviam sido seu crescente peso eleitoral e sua capacidade cada vez mais articulada de apresentar suas demandas à sociedade, o que ficou demonstrado naqueles anos pelo significativo aumento no comparecimento às eleições – além do plebiscito – e pela multiplicação das greves.<sup>158</sup> A presença ativa deste setor na vida política nacional passou a ser percebida como profundamente ameaçadora pela maioria dos outros setores sociais, e após o esgotamento de um período de crescimento econômico, as demandas de caráter trabalhista eram vistas como provocadoras de mudanças muito mais radicais do que o considerado aceitável por representantes destes outros setores, que muitas vezes, como era o caso do PSD, haviam outrora formado acordos e coalizões com os trabalhistas. A maioria dos grandes proprietários – de terras e de capitais – passou a concordar “que as demandas do setor popular eram excessivas (tanto em termos de consumo como de participação política), e que a acumulação de capital seria inviabilizada caso estas demandas não fossem rigidamente controladas”.<sup>159</sup> Quanto aos produtores rurais voltados à exportação, por exemplo, O’Donnell indica que “reafirmaram sua aversão às políticas de massas e sua convicção de que não poderiam alcançar ganhos permanentes significativos sob governos eleitos sujeitos às pressões do setor popular urbano”.<sup>160</sup> E, em síntese, explica que “O limite de uma crise definitiva no sistema político foi alcançado quando a maioria dos atores políticos focaram-se em modificar completamente as regras do ‘jogo político’, ao invés de tentarem obter ganhos nos limites das regras existentes”.

---

<sup>156</sup> Id., Ibid., p.143.

<sup>157</sup> Id., Ibid., p.140.

<sup>158</sup> O’DONNELL, Guillermo. *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American politics*. 2. ed. Berkeley: IIS/University of California, 1979.

<sup>159</sup> Id., Ibid., p.69, tradução livre.

<sup>160</sup> Id., Ibid., p.70, tradução livre.

e assim se formaram coalizões com o objetivo de superar o impasse por meio da imposição de um novo sistema político, “que permitisse a efetiva tomada de decisões alinhadas às preferências dos membros da coalizão”.<sup>161</sup> Em Minas Gerais tal aliança caracterizou-se por uma notável coesão entre os envolvidos, possibilitada em grande medida pelo discurso ideológico da mineiridade, que “justifica um jeito de ser”, conforme Helena Bomeny, “e reclama um lugar político no qual esse ‘jeito’ desempenharia missão salvacionista. [...] Tal proposição é possível porque o conflito foi dirimido ideologicamente, e a força da unidade ordenada abstratamente garante a universalização de um projeto de origem regional”.<sup>162</sup>

No capítulo que se segue, dois acontecimentos de suma importância na história do regime militar serão as referências para o prosseguimento da análise do papel dos partidos políticos no período: as eleições para os governos de 11 estados e a edição do Ato Institucional nº 2. Em Minas ocorre um duro revés para a UDN: seu candidato, Roberto Resende, sobrinho de Magalhães Pinto, é derrotado por Israel Pinheiro, do PSD – em coligação com o PTB; em decorrência do resultado, bem como daquele registrado na Guanabara, onde um pessedista também derrotou o udenista que sucederia Carlos Lacerda,<sup>163</sup> o regime militar endureceu decisivamente, e um ano e meio depois do golpe “suspendeu” a Constituição vigente ao editar o segundo Ato Institucional, que extinguiu formalmente os partidos políticos, tornou indireta a eleição para a presidência da república, e permitiu que o ocupante do cargo pusesse em recesso o Congresso Nacional.

---

<sup>161</sup> Id., *Ibid.*, p.74, tradução livre.

<sup>162</sup> BOMENY, H. *Guardiães da razão*. 1994, p.21.

<sup>163</sup> O pessedista vencedor na Guanabara foi Negrão de Lima, e o udenista derrotado, Carlos Flexa Ribeiro. Ressalte-se que, originalmente, os candidatos do PSD aos postos eram Sebastião Paes de Almeida (em Minas) e o marechal Henrique Teixeira Lott (na Guanabara), porém, a cúpula militar articulou junto ao TSE a inviabilização das candidaturas, tamanho era seu receio de que estes candidatos “juscelinistas” pudessem vencer.

### Capítulo 3:

#### Iguais a si mesmos: PSD *versus* UDN

O governo Castelo Branco é tido por diferentes analistas da época como um interregno, um período de definições, durante o qual os novos ocupantes do poder encontraram-se pressionados por diferentes grupos, civis e militares, que procuraram com persistência influenciar o arranjo político-administrativo a vigorar dali em diante. A feição liberal do regime era ainda assegurada – embora não sem dificuldades, até por uma composição ministerial diversificada, com integrantes dos dois grandes partidos, que apesar de terem se unido pela “revolução”, voltariam a ser rivais, PSD e UDN; mas a relação de ambos com o governo federal – e, claro, entre si – não foi harmoniosa em nível nacional e tampouco estadual. Ainda em junho de 1964 ocorreram dois fatos que redefiniram o comportamento partidário e sinalizaram grave derrota dos partidos políticos para os militares – sobretudo para o grupo conhecido como “linha dura”: os direitos políticos de Juscelino Kubitschek foram suspensos por meio de decreto presidencial após uma investigação conduzida por coronéis do Exército sobre irregularidades administrativas ocorridas durante seu governo, e sua candidatura fora conseqüentemente inviabilizada (derrota do PSD); além disso, poucos dias depois, o presidente Castelo Branco teve seu mandato no Executivo nacional prorrogado para até 1967 por meio de emenda constitucional aprovada pelo Congresso, cada vez mais impotente e diminuto (derrota sobretudo da UDN). O caminho foi curto até o 27 de outubro de 1965, quando da edição do Ato Institucional nº 2.

Para aprovar a emenda que prorrogava o mandato presidencial, o governo contava com o apoio do PSD, que em contrapartida ainda nutria esperanças de que Castelo Branco preservasse a candidatura JK; a UDN, ao contrário, dividia-se quanto à questão, e Carlos Lacerda passou a ser, em poucos meses, um adversário do regime, já que, tendo sua campanha comprometida pela medida, dirigiu sua barulhenta oposição, mais uma vez, ao governo federal; assim, de certo modo, os papeis usuais dos dois partidos se restauravam. Quanto à cassação dos direitos políticos de JK, observa-se que fora fomentada desde sempre pela própria UDN, sobretudo pelo grupo lacerdista, preocupado em neutralizar o candidato que, ao que tudo indicava, era mesmo o favorito para as eleições de outubro; os udenistas apregoavam discursivamente o que seria, segundo eles, uma incongruência, ou seja, que um político como JK, representante da ordem deposta pelo golpe, pudesse ser reeleito em pleno “pós-revolução”. A medida repercutiu durante meses na Assembleia de Minas, tal como será exposto mais

adiante. Já a prorrogação do mandato do presidente da república, ocorrida logo depois, cujo pretexto era a promoção da coincidência dos mandatos eletivos, já que à época as eleições para os Legislativos e para os Executivos eram separadas, fez emergir as divergências mais sérias da UDN com o governo. Mesmo depois de aprovada a medida, Lacerda não só continuava, como intensificava os ataques a Castelo Branco. A cientista política Paula Beiguelman nota que para o governador da Guanabara e seus adeptos, o golpe de 1964 havia significado “a deposição da antiga situação política dominante (PSD-PTB) contra a qual sempre haviam conspirado a fim de que uma vez realizado o expurgo daqueles que fossem qualificados como ‘corruptos’ ou ‘subversivos’, o governo retornasse aos civis, ou seja, à UDN.”<sup>164</sup> Mediante o imprevisto adiamento de seu projeto, Lacerda se dissociou de Castelo Branco e passou a atacar, principalmente, a política econômica do governo federal, cujo mentor era o ministro do Planejamento<sup>165</sup> Roberto Campos, que embora não fosse filiado a nenhum partido, recebia acusações, sobretudo por parte de udenistas, de ser bastante ligado ao PSD, o que expressava a vigência da histórica rivalidade entre os dois partidos, como um componente forte do imaginário da vida política nacional. Nota-se, porém, que a acusação dirigida ao ministro tinha fundamento; quando da cassação dos direitos políticos e, por extensão, do mandato de senador de JK, Roberto Campos foi o único membro da cúpula do governo a não assinar o documento que dava efeito à medida, e ainda, em protesto, pediu demissão de seu cargo, mas apesar do desfecho desfavorável ao ex-presidente, Campos teria sido dissuadido pelo presidente Castelo Branco a abandonar a pasta.<sup>166</sup>

Em fevereiro de 1965, um movimento fundado no ano anterior por militares, a Liga Democrática Radical (“Líder”),<sup>167</sup> um veículo da linha dura, considerava, apesar de tudo, que Castelo Branco não vinha sendo duro o suficiente com os “subversivos” e “corruptos”, e requereram do presidente que o “Comando Revolucionário” fosse restabelecido e que o Congresso Nacional fosse fechado. O grupo não foi muito bem-sucedido, mas suas mediações com o governo ficaram a cargo do ministro da Guerra, o general Artur da Costa e Silva, que prometeu um endurecimento do regime. O pretexto para tal endurecimento veio com o resultado das eleições de outubro em Minas e na Guanabara, onde venceram os candidatos pessedistas,

<sup>164</sup> BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994, p.38.

<sup>165</sup> Tratava-se do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, criado por Castelo Branco.

<sup>166</sup> Cf. CHAGAS, C. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe (1964-1969)*. 2014, p.183.

<sup>167</sup> Cf. LAMARÃO, S. “Liga Democrática Radical” In: CPDOC. FGV. *Dicionário do CPDOC*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-democratica-radical-lider>>; acesso em 15 de janeiro de 2018.

considerados por muitos intérpretes presentes naquele momento como de oposição ao governo “revolucionário”. Cabe, no entanto, considerar em que medida os candidatos do PSD nos dois estados realmente representavam oposição ao regime, já que, por exemplo, desde meses antes do pleito Magalhães Pinto vinha se aproximando de Lacerda nas críticas ao governo federal, inclusive demonstrando apoio à candidatura presidencial do governador da Guanabara. Além das objeções à política econômica, que era criticada por grupos empresariais representados pelos dois governadores, eles se aproximaram, em contraposição a Castelo, aos setores mais extremados entre os militares, e Magalhães Pinto, que havia tentado adiar aquelas eleições estaduais, “clamava contra a má vontade do governo para com as personalidades que haviam feito a revolução”; para ele “era difícil aceitar que em tais condições [econômicas] desfavoráveis o governo central insistisse em realizar a eleição de onze governadores.”<sup>168</sup> Torna-se razoável, portanto, a suposição de que a própria atuação de Magalhães e de Lacerda, sempre voltados para o que lhes fosse mais favorável eleitoralmente, visando a presidência da república, tenha prejudicado a campanha de seus sucessores, já que ambos passavam a representar justamente o endurecimento do regime. A hipótese aventada nesse sentido por Paula Beiguelman é a de que “o governo continuava a estimular o êxito eleitoral das candidaturas pessedistas em Minas e na Guanabara, como premissa para articular [em] seu benefício forças políticas regionais próprias”.<sup>169</sup> A propósito, convém lembrar que em ambos os estados o regime já havia inviabilizado, com base numa lei de inelegibilidades de junho daquele ano, os candidatos inicialmente indicados pelo PSD (ainda que apoiado por um fragilizado PTB), e os eleitos, Israel Pinheiro (MG) e Negrão de Lima (GB) eram, portanto, considerados pela cúpula do governo Castelo Branco minimamente toleráveis ou, no máximo, talvez mesmo um tipo tácito de aliados.

Apesar das manobras por parte da cúpula do Executivo nacional, o resultado das urnas foi considerado inaceitável pela linha dura, que percebia os eleitos como juscelinistas (Israel Pinheiro presidira a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, nomeado por JK quando da construção de Brasília) e, portanto, incompatíveis com o regime. A crise que se seguiu projetou definitivamente a figura de Costa e Silva, cujas articulações com aqueles militares exaltados culminaram, semanas depois, no segundo Ato Institucional.<sup>170</sup> Antes disso, contudo, houve uma

<sup>168</sup> BEIGUELMAN, Paula. Op. cit., p.51.

<sup>169</sup> Id., Ibid., p.53.

<sup>170</sup> “No dia 4 de outubro [JK] desembarcava [no Brasil], recebendo calorosa recepção popular. Em represália, no dia seguinte, era grafada na pista de asfalto em frente ao Ministério da Guerra, em letras garrafais: ‘Eles não voltarão’. Na madrugada de 5 para 6 de outubro o general Costa e Silva assumia um compromisso de dez pontos com os oficiais rebelados da Vila Militar.” Ibid.

tentativa do governo Castelo Branco de impor seu controle, ainda que parcialmente, sobre os governadores eleitos; foi enviado à Câmara dos Deputados um projeto de lei que definia que os governadores estariam impedidos de nomear seus secretários de Segurança Pública e os comandantes das respectivas Polícias Militares sem a anuência do Conselho de Segurança Nacional. Na prática, a escolha de ambos os cargos passaria a recair sobre o governo federal. A medida, juntamente a outras com semelhante caráter intervencionista sobre os estados, foi justificada pela Presidência como objetivando “fortalecer a ação revolucionária”.<sup>171</sup> Diante da relutância que os deputados demonstraram em votar o pacote de medidas, os militares foram à imprensa criticá-los; os comandantes dos exércitos opinaram que uma solução de força deveria ser adotada – “a única capaz de revigorar e consolidar os ideais da Revolução”, e foram corroborados pelo ministro Costa e Silva.<sup>172</sup> A propósito, na Assembleia de Minas o deputado Carlos Megale leu uma matéria do *Estado de Minas* onde o líder do governo na Câmara federal, o udenista Pedro Aleixo, defendia a medida, cujo caráter autoritário fica claro a partir da dubiedade com que é tratada:

De qualquer forma, essa decisão, por mais estranha que pareça, foi a única que permitiu que seja cumprido o mandamento constitucional e democrático, que autoriza a posse dos [governadores] eleitos, especialmente daqueles contra os quais forças consideráveis do movimento revolucionário de abril se opuseram, após as eleições de domingo passado.<sup>173</sup>

O impasse gerado na Câmara foi, de fato, solucionado à força, como desejavam os chefes militares, cerca de duas semanas depois, com a edição do segundo Ato Institucional. É necessário, entretanto, considerar com o historiador Carlos Fico que a análise do conteúdo integral do Ato demonstra que “ele não pode ser entendido como uma simples reação (mesmo exagerada) aos resultados eleitorais de outubro de 1965. Trata-se de um conjunto de medidas de alcance muito maior e que, na verdade, ensejaram a retomada da ‘operação limpeza’, tal como desejava a linha dura.”<sup>174</sup> O ímpeto punitivo de muitos grupos de militares pelo país – e o fato de que detinham os meios para levar a cabo, como bem entendessem, as punições almejadas –, foi portanto um dos fatores que levaram ao rigoroso enquadramento ou, no limite, ao banimento da vida política nacional e regional, das mais variadas instituições civis, além de muitos dos agentes ativamente envolvidos com o golpe. Quanto a isso, convém registrar as conclusões de um dos mais atentos observadores daquela conjuntura, o militar e historiador Nelson Werneck Sodré, em cuja obra *História militar do Brasil*, publicada justamente em 1965,

<sup>171</sup> DULLES, John W. F. *Castello Branco: o presidente reformador*. Brasília: Editora UnB, 1983, p.136.

<sup>172</sup> Id., Ibid., p.141.

<sup>173</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 198, 14 out. 1965, p.10.

<sup>174</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe*. 2014, p.74.

já indicava a importância em salientar que os militares golpistas não agiram sozinhos, mas em pouco tempo usurparam o controle do poder de Estado no país:

Não resiste à mais superficial análise, por outro lado, a suposição de que as Forças Armadas operam isoladamente, e vivem e atuam separadas das forças sociais do país. O golpe de 1964, militar na sua exteriorização – correspondendo a inegável alteração na correlação de forças, e com apoio, portanto, de variados e numerosos e poderosos componentes –, foi político na sua essência, e atendeu a interesses políticos inconfundíveis, independentes da vontade da maioria esmagadora de seus participantes e de muitos de seus mais destacados chefes. [...] Mobilizadas intensamente pela propaganda, classes e camadas sociais diversas integraram o movimento que derrocou a precária democracia brasileira. Passado o ato cirúrgico, entretanto, a maioria daquelas classes e camadas começaram a ver o que o golpe continha de essencial e iniciou-se, ao mesmo tempo, a separação das forças que se haviam, rapidamente, composto para romper a frágil base política em que assentava o regime. Nesse sentido, a vitória do golpe correspondeu a colocar diante de todos o quadro da realidade, dissipando inúmeras ilusões.<sup>175</sup>

Cabe, porém, matizar as conclusões de Sodré com o que salienta Carlos Fico sobre se existiam ou não planejamentos previamente traçados pelos militares para o pós-golpe; segundo Fico, “no que se refere a planos de governo detalhadamente estabelecidos, há consenso historiográfico sobre sua inexistência: além da ânsia punitiva, existiam, quando muito, diretrizes de saneamento econômico-financeiro traçadas por alguns ipesianos. Tudo o mais seria improvisado.”<sup>176</sup> Importa, então, sublinhar que as conclusões dos dois historiadores não são antitéticas, mas antes se complementam; o autoritarismo do regime se consolidou ao longo da segunda metade da década de sessenta ao passo em que pelos menos durante os primeiros dez anos de ditadura os sucessivos governos militares permaneciam incertos em termos programáticos, tendo sido quase sempre insuficientes e mal definidos quanto à elaboração e execução de políticas públicas, por exemplo.<sup>177</sup> É certo, entretanto, que o mais improvisado deles foi o “interregno” de Castelo Branco, cujas medidas de saneamento econômico, conquanto bem sucedidas apenas muito pontualmente, provocaram perdas salariais sistemáticas e aumento significativo do custo de vida, com “perversos efeitos distributivos”, que não deixaram de repercutir politicamente.<sup>178</sup> Em Minas, a situação econômica nacional contribuiu para o aumento das tensões na Assembleia, onde em princípios de outubro discutia-se principalmente o problema do atraso na votação do aumento salarial do funcionalismo público.

<sup>175</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.395. (A primeira edição é de 1965, e a segunda, de 1968, quando o livro foi proibido de circular).

<sup>176</sup> FICO, C. Op. cit., p.74-75.

<sup>177</sup> Fico prossegue: “Essa leitura é incontestável no que se refere aos planos de governo. Mas, se aplicada ao paulatino endurecimento do regime, deixa escapar um aspecto fundamental da ditadura militar: a busca sistemática e progressiva da institucionalização do aparato repressivo, fundada na ‘utopia autoritária’ da eliminação dos ‘óbices’ à realização dos ‘objetivos nacionais permanentes’”. Ibid.

<sup>178</sup> LUNA, F. V. e KLEIN, H. “Transformações econômicas no período militar (1964-1985)”. In: MOTTA, R. P. S.; REIS, D. A. e RIDENTI, M. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil*. 2014.

Este terceiro capítulo prossegue, então, com a análise do parlamento mineiro, enfatizando doravante o comportamento partidário das bancadas do PSD, na primeira parte, e da UDN, na segunda, considerando-se que a atuação da bancada petebista estivesse sido comprometida após o acumamento sofrido pelo partido, que fora imobilizado a partir do cerco ideológico anticomunista prevalecente na ALMG.

### *3.1 Vão-se os anéis, ficam os dedos: os últimos momentos de transigência do PSD*

A proximidade das eleições para o governo do estado excitou os ânimos na Assembleia de Minas, e o “bloco monolítico” de abril do ano anterior, que havia unido partidos historicamente rivais sob o canto da “revolução”, se desmanchou no ar. Em setembro, governistas e a oposição trocaram acusações sobre qual dos dois lados vinha sendo responsável pelo atraso na votação de um projeto de lei enviado pelo Executivo que ajustava os salários do funcionalismo público estadual – os pessedistas afirmavam que o atraso ocorria apesar de virem pressionando o governador, nos últimos meses, para que enviasse a proposta, e os udenistas, por sua vez, afirmavam que seus adversários protelavam a votação por meio da proposição de emendas não relacionadas ao projeto. Outro componente do debate era o fato de que boa parte dos deputados, de todos os partidos, encontrava-se no interior do estado, em campanha para seus respectivos candidatos, o que certamente agravava a demora na votação, apesar da presença de alguns dos suplentes, e também alimentava a troca mútua de acusações. Em 24 de setembro o pessedista Hermelindo Paixão afirmava causar-lhe estranheza “que a inteligência fulgurante do nobre líder do governo [dep. Hélio Garcia, da UDN] tenha entrado em colapso”, e perguntava aos presentes quantos deputados da UDN se encontravam no plenário, explicando, em seguida, que o governo dispunha de “nada menos de meia centena de deputados que são fidelíssimos”, e afinal, questionava: “Por que não têm a coragem de dizer: ‘Não temos dado número porque estamos no interior do estado, trabalhando pela candidatura do sobrinho do sr. Governador’? Isto é que é preciso ser dito com coragem e altivez”. O deputado foi interpelado pelo líder da Maioria, seu interlocutor: “Retirem as emendas e votaremos o projeto”, ao que respondeu cobrando mais uma vez de Garcia que subisse à tribuna para explicar por que seus correligionários não vinham comparecendo à Casa.<sup>179</sup>

Em 28 de setembro era a vez de Orlando Andrade: “O PSD, segundo nota ontem distribuída à imprensa, vem de longa data reclamando do governo do estado a remessa dessa mensagem de aumento, a fim de que o funcionalismo público pudesse receber o necessário e o

---

<sup>179</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 193, 7 out. 1965, p.17.

suficiente [...] para fazer face à manutenção digna da família”, e concluiu afirmando que por solicitação de seu emérito candidato a governador, o partido assumia o compromisso de, naquele dia, retirar as emendas para viabilizar a votação do projeto, em segundo turno. Em sessão no dia seguinte, Manoel Costa externava indignação ao tomar conhecimento de que se pretendia “debitar ao PSD a procrastinação” da proposta na Casa, afirmando que havia mais de seis meses vinha cobrando de Magalhães Pinto a remessa do texto ao parlamento.<sup>180</sup> No dia 30 Manoel Costa abrangeu o alcance das acusações ao governo, referindo-se ao aumento registrado no imposto de vendas e consignações: “um verdadeiro absurdo [...] que repercute diretamente no custo de vida, já que este tributo incide sobre as mercadorias e quem o paga é o consumidor”, concluindo que “Minas Gerais foi maltratada por esse governo, que felizmente já está no término de seu mandato, sem nenhuma atenção para aqueles que vivem de ordenados limitados”.<sup>181</sup>

João Bosco, deputado suplente pela UDN, rebateu as críticas dirigindo-se ao último integrante da Minoria a proferi-las ainda na sessão do dia 30, o deputado Luiz Fernando, do PSP; afirmou que seu interlocutor se esquecia de que aquela seria a primeira vez em que um governador enviava proposta de aumento salarial, “sem que tivesse ocorrido greve ou movimento de classe reivindicando-o”, e com exasperação prosseguiu na defesa de Magalhães Pinto quanto a sua responsabilidade em relação ao aumento do custo de vida: “S. Exa. quer acusar o governador do estado pelos efeitos da política financeira do governo federal, quando os responsáveis por esta política financeira são os ministros Bulhões de Carvalho,<sup>182</sup> Roberto Campos e Mauro Thibau, homens ligados ao PSD.” Mais adiante, o parlamentar abrangia a defesa para os líderes de seu partido: “Apenas os governadores da Guanabara e de Minas Gerais tiveram a coragem de discordar do governo federal e de abrir campanha contra esta política financeira que está realmente levando o povo às raias do desespero”; por fim, ainda tocou sutilmente no tema das eleições que teriam lugar dali a poucos dias, referindo-se ao candidato do PSD, Israel Pinheiro, como membro do “partido ao qual pertencem os homens responsáveis pela política financeira no Brasil.” Outro suplente pela UDN, o deputado Sylo da Costa, prosseguiu rebatendo as críticas ao governo estadual, rejeitando o tema do aumento no imposto de vendas e consignações: “Quando votamos, em 2ª discussão, o projeto de vencimentos do funcionalismo, e estávamos, hoje, preparados para votar a 3ª, vem a bancada da oposição já

---

<sup>180</sup> Id., Ibid.

<sup>181</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 190, 2 out. 1965, p.3.

<sup>182</sup> Trata-se, provavelmente, do ministro da Fazenda Otávio Gouveia de Bulhões, cujo nome pode ter sido confundido por João Bosco.

com outro assunto, [...] falando em carga tributária e de imposto, o que todo mundo está cansado de saber”, e referindo-se à ausência, naquela sessão, de muitos dos deputados da Casa, ainda explicou: “Os nossos também estão trabalhando para o nosso candidato, Roberto Resende. Por isso é que convocamos os nossos suplentes, medida que o PSD deveria tomar, para que não fosse prejudicada a classe do funcionalismo público.”<sup>183</sup>

Na primeira sessão da Assembleia ocorrida após divulgado o resultado das eleições de 3 de outubro, coube ao líder da Maioria, deputado Hélio Garcia, a leitura da nota de Magalhães Pinto, na qual reconhecia a derrota de seu candidato a sucessor, cujos trechos mais significativos são reproduzidos a seguir:

Com a serenidade que nunca me faltou, desejo manifestar-me sobre o resultado das urnas, *que foi mais o julgamento de uma situação do que o dos próprios candidatos.*

Compreendo que o povo quis demonstrar sua justa inconformidade com a condição em que vive. Este povo, que assim votou, é o mesmo que nos colocou no governo. Que, em 1964, fez conosco a Revolução e viu despertar, com ela, a esperança de uma vida melhor. É o povo que se sente frustrado, diante de tantos sacrifícios que lhe são impostos. *Diante das promessas de reformas que não vieram ou, quando vieram, não corresponderam aos seus anseios.* [...] Medidas econômico-financeiras foram tomadas de maneira desumana, não se levando em conta os reflexos do custo de vida, que se agrava cada dia, com o encarecimento de todas as utilidades. É o povo sem emprego, sem casa para morar, que sofre o aumento constante dos alugueis, da energia, dos transportes, do alimento, dos remédios e de tudo mais. [...]

Compreendo que o povo se valeu do direito do voto para exprimir o seu protesto contra semelhante situação. *Julgou-nos, a nós, Governos Estaduais e Governo Federal.* Tenhamos, todos, humildade para analisar esse veredito e dele tirar as lições que nos foram dadas.

Este pronunciamento não significa nossa concordância com a volta ao passado. É antes, a expressa reafirmação dos propósitos do movimento de 31 de março. *É o reconhecimento de que o seu abandono gerou a revolta.* Renovo, assim, meu vigoroso apoio àqueles que, como nós, têm pelejado e quiseram continuar pelejando pela vitória dos autênticos ideais da Revolução.<sup>184</sup>

Roberto Resende teve 45% dos votos dos mineiros, e Israel Pinheiro venceu com 53%,<sup>185</sup> na última eleição direta, para o governo do estado, que o regime militar permitiu que ocorresse, pelo menos até 1982. Nas derrotas dos udenistas em Minas e na Guanabara “desapareceriam para sempre duas postulações presidenciais das quais a área ‘revolucionária’, se fosse justa e reconhecida em seus julgamentos, não poderia nunca desdenhar”, segundo a avaliação de Plínio de Abreu Ramos.<sup>186</sup> Um telegrama enviado por pessedistas a um desembargador do Tribunal Regional Eleitoral, lido em plenário por Orlando Andrade, sugere

<sup>183</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 190, 2 out. 1965, p.4.

<sup>184</sup> *Ibid.*, Nº 194, 12 out. 1965, p.12, grifos nossos.

<sup>185</sup> RAMOS, Plínio de Abreu. *O PSD mineiro*. 1993, p.212.

<sup>186</sup> *Id.*, *Ibid.*, p.211.

que a eleição teria ocorrido num clima marcadamente conflituoso, posto que os autores da mensagem solicitavam “enérgicas providências” contra alegadas arbitrariedades praticadas tanto pela própria polícia, como por “jagunços armados [com] metralhadoras” na cidade de Ipanema, região do Vale do Rio Doce, onde, conforme a denúncia, o delegado de polícia promovia prisões arbitrárias “com assistência direta [do] chefe [da] UDN”.<sup>187</sup> Apesar da intranquilidade, porém, o resultado foi um alento para o PSD, que pôde celebrá-lo contando, ainda, com a volta de JK ao país; o ex-presidente, animado, dizia que aquelas eleições “alterariam completamente a situação no Brasil”, e que, com seu retorno, desejava “consolidar a democracia.”<sup>188</sup> Seus apoiadores na Assembleia de Minas encontraram fôlego para defendê-lo ante a obstinada perseguição que sofria por parte dos setores mais conservadores do regime, em ao menos três IPMs conduzidos contra ele no Rio de Janeiro.

Murilo Badaró clamou, “em nome dos nossos foros de cultura e civilização”, para que cessassem o “martírio” ao qual era submetido o ex-presidente Kubitscheck, convocado dezenas de vezes a “longos e exaustivos” interrogatórios, cujo objetivo, segundo denunciava Badaró, era menos o “de esclarecer dúvidas ocorridas no seu governo, do que transformá-lo em bode expiatório das mazelas nacionais.” Aludindo à acusação de que JK teria facilitado atividades subversivas durante seu mandato no Executivo nacional, o deputado provocava, perguntando: “Onde se encontra nesta altura o senador Afonso Arinos, da UDN, autor da grande proeza que levou o ex-presidente Jânio Quadros à renúncia com a condecoração do ex-ministro de Cuba, Che Guevara?” Juntando-se a Badaró na defesa do ex-presidente, Aníbal Teixeira,<sup>189</sup> do PRP, comparou a investigação conduzida sobre JK com a obra *O Processo*, de Franz Kafka, e elencou uma série de documentos que servissem como evidência das iniciativas anticomunistas de Kubitscheck, questionando, inclusive, o anticomunismo dos coronéis do Exército responsáveis pelo inquérito: “Esses coronéis que agora são, ou se apresentam como heróis, não têm capacidade para isto. Não conheci o coronel Otávio Ferraro nas lutas contra os comunistas; por certo, estava nos churrascos de João Goulart, ou fazendo guarda ao comício do dia 13 [de março de 1964, na Central do Brasil]”. Mais adiante, em tom desafiador, afirmou que se os referidos militares, “que querem falar em nome de uma revolução que não fizeram”, pisassem em Minas Gerais, seriam repudiados pelo povo, e cobrou providências diretamente ao governo federal, ao afirmar ser preciso que Castelo Branco sentisse que, “ao fazer esta humilhação ao presidente

<sup>187</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 193, 7 out. 1965, p.17.

<sup>188</sup> DULLES, John W. F. *Castello Branco*. 1983, p.128.

<sup>189</sup> Antes de ter sido eleito deputado estadual, ocupou diversos cargos governamentais durante a presidência de JK. Teve o mandato cassado em 14 de março de 1969, em força do Ato Institucional nº 5.

JK, a quem foi pedir o seu voto para galgar a presidência da República”, estaria “criando um precedente perigoso, porque amanhã, poderá ser ele chamado por majores, tenentes ou sargentos para responder a inquéritos contra atentados à liberdade pública.” Teixeira procurou, enfim, revelar a real motivação da investigação, afirmando: “Como não podem batê-lo em eleições, procuraram impedir-lhe a posse [em 1955] ou mesmo, como ocorreu recentemente, a candidatura.” A indignação dos juscelinistas era tal, que levou Murilo Badaró a dizer que “A opinião pública já se mobiliza, estranhando que o país, com o regime jurídico em pleno funcionamento, possa continuar permitindo *um processo de tortura*”, ao qual estaria sendo submetido o ex-presidente.<sup>190</sup>

Contudo, apesar da inquietação quanto ao futuro político de JK, os pessedistas cuidaram em não se dissociar do governo e da “revolução”, e em determinados momentos procuravam frisar que a vitória de seus candidatos a governador era prova de que eles eram os mais alinhados à trajetória do movimento de março/abril do ano anterior. Ao comentar o resultado das eleições, por exemplo, Homero Santos se indignava com o udenista Maurilio Cambraia, dizendo: “Tachar ele, como representante da UDN, o eleitorado de Minas Gerais de ignorante, de menos esclarecido, é verdadeiro absurdo”, e, mais adiante: “Falar que o eleitorado de Minas votou contra a revolução [...] é colocar apenas o povo mineiro na situação de contrarrevolucionário, quando todos nós sabemos que todos os partidos políticos se uniram e se organizaram, no sentido de dar a este país nova estrutura política.” O deputado cobrou, então, da UDN, o apoio ao governo federal – posição considerada por ele como a única que demonstraria coerência, questionando retoricamente: “Por que o governo não serve e não basta, hoje, para os homens da UDN? Porque foram derrotados pelo eleitorado de Minas Gerais.”<sup>191</sup> Em outro exemplo, o deputado Manoel Costa também confrontou um udenista – José Maria Magalhães – que, segundo Costa, deveria responder, inclusive, por declarações de Lacerda, de quem Magalhães teria adotado “não apenas a sua política, mas o seu pensamento e a sua orientação”. O deputado pela UDN foi questionado se sua memória estaria lhe traindo quanto “a uma frase de seu líder, Carlos Lacerda, quando S. Exa., o governador da Guanabara, acusando a revolução e o sr. Castelo Branco, e culpando ao sr. presidente da república pela derrota de seu candidato [...], disse: ‘Eu, que já vomitei o sr. Castelo Branco, não o vou engolir nesta hora.’”<sup>192</sup> O pessedista

---

<sup>190</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 201, 19 out. 1965, p.5-6, grifos nossos.

<sup>191</sup> *Ibid.*, Nº 204, 22 out. 1965, p.8.

<sup>192</sup> *Ibid.*, Nº 205, 25 out. 1965, p.7.

procurava, de tal modo, representar o partido rival como um desviante dos rumos da “revolução”, buscando ampliar o alcance negativo das bravatas de Lacerda.

Apesar, portanto, da preocupação dos pessedistas quanto ao futuro de JK como candidato do partido à presidência, a orientação geral foi a de se posicionarem em coadunação com o governo Castelo Branco, ou seja, assumindo, como usual, seu pendore em direção ao governo e procurando sempre que possível extrair quaisquer benefícios políticos provindos da proximidade fiel e dedicada ao poder instituído; postura que foi ainda mais “natural” para a seção mineira do partido, dado o resultado exitoso da eleição para o governo do estado. Otelino Sol, por exemplo, lançou-se à defesa da política econômica federal e de seu principal articulador, o ministro Roberto Campos, expondo o que seria para ele uma contradição na cúpula da UDN, já que um dos principais quadros udenistas – o então ministro da Justiça Juraci Magalhães – também era favorável àquela política econômica, enquanto dois outros eram veementemente contrários – Magalhães Pinto e Lacerda. O pessedista Otelino Sol aludia ao pragmatismo ultraliberal de Roberto Campos e de Otávio Gouveia de Bulhões ao dizer que os ministros seriam “como que marcados contra o veneno da demagogia”, e leu trechos de um discurso de Campos proferido dias antes numa universidade em São Paulo, qualificando a orientação econômica do governo como “equilibrada e saneadora”, e afirmando ser natural que no combate a “uma inflação que vinha de há vinte anos” fosse necessária a “adoção de medidas drásticas”, que os dois ministros “não tiveram constrangimentos” em adotar. As tais medidas foram, então, assim sumarizadas pelo deputado: “Para se alcançar o equilíbrio orçamentário era necessária uma nova reforma tributária, que armasse o governo contra a evasão, a sonegação de rendas; que proporcionasse meios legais para o aumento de impostos e reajustamento de tarifas.”<sup>193</sup> No discurso de Roberto Campos, transcrito na íntegra no *Diário da Assembleia* a pedido do deputado, o ministro, ainda que sem nomear seus críticos, se defendeu das acusações que vinha a receber, recorrendo a um argumento que sugere a vigência do ideário desenvolvimentista-reformista, com o qual o governo Castelo Branco não pôde romper em definitivo, apesar de sua orientação econômica profundamente divergente daquela predominante no período político suplantado pelo golpe:

Sei que alguns pretendem, com misto de leviandade e injustiça, que na luta contra a inflação e no esforço de moralização administrativa, o governo se tenha descurado do desenvolvimento. Mas a verdade é que o programa de investimentos do governo é o maior de todos os tempos. Muita gente desconhece, por exemplo, o enorme esforço

---

<sup>193</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 211, 5 nov. 1965, p.4.

que está sendo feito para incrementar [o] investimento em dois setores básicos com *rodovias e energia elétrica*.<sup>194</sup>

Não é possível afirmar que, com o trecho destacado na passagem acima, Campos estivesse aludindo ao conhecido slogan do governo JK, o “Binômio Energia e Transporte”, mas essa é uma hipótese sugestiva. É possível que a permanência da gramática desenvolvimentista-reformista no primeiro governo pós-golpe tenha facilitado a acomodação situacionista do PSD, mesmo que seu principal quadro nacional estivesse sendo perseguido e inviabilizado pelos militares. Entretanto, apesar da perseguição a JK, o PSD certamente teve alguns de seus interesses salvaguardados por seus arranjos junto ao governo Castelo Branco e, mais precisamente, por sua aproximação à figura de Roberto Campos, a quem o jornalista Carlos Chagas identificou como “uma espécie de primeiro-ministro”, em razão da plena liberdade conferida a ele, pelo presidente, para elaborar e comandar a execução da política econômica como um todo.<sup>195</sup> O principal exemplo dessa salvaguarda de interesses é provavelmente aquele observado no caso da reforma agrária que veio a ser implantada pelo governo Castelo Branco em novembro de 1964, sendo uma política que, a princípio, tocava centralmente naquela que era a questão mais importante para o PSD – ou, ao menos, para sua seção mineira –, tal como procurou-se demonstrar no tópico 1.3 deste texto. Dessa vez, a proposta de reforma agrária apresentada pelo governo encontrou duras objeções por parte principalmente de nomes da UDN no Congresso, mas não do PSD, como ocorrera com a proposta do governo Jango. Essa mudança de posição do partido se explica facilmente pela modificação do teor da reforma agrária, cuja implantação se explica, segundo Regina Bruno, uma vez que “Castelo Branco se apropriava da reivindicação mais avançada da conjuntura anterior – aquela que havia unificado o conjunto da luta e do movimento pelas reformas de base. Para o governo, era imprescindível ‘tomar em mãos’ a bandeira da reforma agrária”<sup>196</sup> – o que foi feito, com o PSD habilmente se aproveitando no sentido de evitar uma imagem de partido reacionário, conforme observação de John Dulles, que relata ainda o contexto de surgimento da proposta:

As ideias do governo relativamente à reforma agrária nasceram das primeiras conversas com Roberto Campos, durante as quais o presidente reclamou uma solução gradual e flexível, que respeitasse o direito de propriedade, evitasse o minifúndio e combatesse o latifúndio improdutivo. Enquanto Campos [...] trabalhava na reforma agrária, o governo procurava remediar a subprodução agrícola existente, adotando outras medidas tais como a eliminação do controle de preços dos alimentos, a fixação

<sup>194</sup> Id., *Ibid.*, grifos nossos.

<sup>195</sup> CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe (1964-1969)*. 2014, p.55.

<sup>196</sup> BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. In: *Estudos, Sociedade e Agricultura*. V. 4, 5 de novembro de 1995, p.12.

de preços mínimos e o estabelecimento de taxas de câmbio favoráveis às exportações.<sup>197</sup>

A reforma agrária, conforme proposta inicialmente pelo primeiro governo militar, mesmo com seus princípios radicalmente alterados em relação àqueles do governo deposto, ainda sofreu substantivas alterações nos textos, tanto da emenda constitucional como do Estatuto da Terra, para que pudesse ser aprovada no Congresso, apesar de que já contasse com a adesão do PSD que, por intermédio do deputado federal Amaral Peixoto,<sup>198</sup> pôde participar da elaboração do projeto – que após as alterações, passou a contar com a adesão de parte substantiva dos parlamentares da UDN, cujos quadros mais próximos do presidente agiram com celeridade objetivando a “conversão” do maior número possível de correligionários. A propósito, convém notar que já na primeira sessão da Câmara dos Deputados após a posse de Castelo Branco, ou seja, ainda em abril de 1964, a bancada pessedista apresentou ao plenário um documento contendo propostas de reformas a serem implantadas dali adiante, destacando-se, conforme o jornalista Carlos Chagas, longo trecho dedicado à reforma agrária, do qual Chagas destaca a seguinte passagem:

[O] partido, até por ideologia e pensamento majoritário de seus integrantes, condenava “a atitude primária e demagógica de reduzir o problema à propriedade da terra, desassistida de medidas que assegurem a sua adequada utilização, tais como a assistência técnica ao lavrador, a concessão de crédito rural, a garantia de preços de sustentação da produção e, finalmente, a correta disciplina entre os trabalhadores e os proprietários rurais.”<sup>199</sup>

Os textos que deram origem à reforma foram elaborados no âmbito do chamado Gret – o Grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra, do qual faziam parte, além de Roberto Campos, o ministro da Agricultura Oscar Thompson Filho e o chefe do Serviço Nacional de Informação, general Golbery do Couto e Silva, dentre outros. No já mencionado estudo de Regina Bruno sobre o Estatuto da Terra, a leitura das fontes lança luz sobre as motivações que orientaram a elaboração do documento, e a partir da intenção de modificar-se a definição de reforma agrária, o Gret concluiu que o “problema rural” identificado por seus integrantes “não decorria primordialmente da estrutura de propriedade”. Portanto, ‘o que se pretende[ia] com a reforma agrária [...] não é dar ênfase à reforma fundiária’”. Sustentava-se, ainda entre os trabalhos do Gret, que seria necessário reconhecer que o problema agrário brasileiro não resultava, pelo menos na maioria dos casos, “do fato do trabalhador rural não ser proprietário da terra que

<sup>197</sup> DULLES, J. W. F. *Castello Branco*. 1983, p. 72.

<sup>198</sup> Presidente da seção fluminense do PSD, ex-governador do estado do Rio de Janeiro, ex-ministro da Viação e Obras Públicas no governo JK e ex-ministro extraordinário para Assuntos da Reforma Administrativa no governo Jango.

<sup>199</sup> CHAGAS, Carlos. Op., cit., p.138-139.

cultiva”, concluindo-se, assim, que “as áreas economicamente exploráveis encontram-se ociosas, por falta de uma infraestrutura mínima, que os poderes públicos não souberam ou não quiseram dar-lhes”.<sup>200</sup> Resulta daí que a reforma operada pelo governo foi orientada, segundo critérios exclusivos de eficiência, pelo princípio da modernização da produção, que foi realizada, segundo Norman Long e Bryan Roberts, “sem qualquer tentativa séria do governo de pôr fim à grande propriedade privada”; dessa forma, em sentido contrário ao fortalecimento da posição dos pobres do campo contra a classe latifundiária, como se desenhava no horizonte da primeira metade da década de sessenta, “a política agrária no Brasil procurou estimular o crescimento da agricultura por meio de mecanismos de mercado, esperando que o aumento das oportunidades, na cidade e no campo, pudesse minorar o descontentamento do homem rural e reduzir a pressão da população sobre a terra”.<sup>201</sup> Ressalte-se, porém, acompanhando uma última vez o estudo de Regina Bruno, que:

[O] discurso e as medidas sobre a reforma agrária democrática e cristã [segundo termos de seus autores] conviviam com os expurgos, a prisão e a perseguição das lideranças identificadas com as Ligas Camponesas; a depuração dos sindicatos rurais; a intervenção na Superintendência da Reforma Agrária, a Supra e a revogação dos decretos sobre a questão fundiária estabelecidos no governo anterior.<sup>202</sup>

Contudo, apesar de alinhado ao governo e de garantir a preservação de seus interesses mais basilares, o PSD revelava progressivamente em seu comportamento partidário a preocupação em superar uma crise ideológica que pairava sobre o partido, gerada pelo peso da posição ambígua de ter sido simultaneamente tão relevante para o florescimento do ciclo desenvolvimentista, orientado pelo nacionalismo econômico oriundo ainda da década de 1930, e, posteriormente, ter contribuído ativamente para a queda abrupta deste mesmo ciclo, projetando-se, em seguida, como um legítimo herdeiro de pelo menos parte do poder político ostentado pelo novo regime. Em *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)* a cientista política Maria do Carmo Campello de Souza avança a hipótese de que a crise – e subsequente desintegração – do sistema partidário vigente no país desde 1946 deveu-se à reação de alguns setores da sociedade a um realinhamento político-ideológico da sociedade em relação aos partidos, que ocorria paulatinamente; distanciando-se, assim, de teses que interpretam como uma das causas principais daquela crise a suposta fragilidade do sistema partidário e sua

<sup>200</sup> Arquivo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional, citado em BRUNO, Regina. Op., cit., p.7.

<sup>201</sup> LONG, Norman e ROBERTS, Bryan. “As estruturas agrárias da América Latina, 1930-1990”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina após 1930 - Economia e Sociedade*. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 2009, p.431 e 437.

<sup>202</sup> BRUNO, Regina. Op., cit., p.12-13.

desagregação iminente.<sup>203</sup> Na obra, o PSD, assim como a UDN, é interpretado como parte daqueles setores que reagiam ao realinhamento político, sendo um dos grandes partidos conservadores da época, que se encontravam em declínio face ao crescimento da relevância e do número de políticos eleitos tanto pelo PTB como dos pequenos partidos “ideológicos” (nos termos da autora). Os partidos conservadores tradicionais viam-se, então, “forçados a procurar suas bases ‘naturais’, e a cultivar uma maior aproximação com elas. [...] eles teriam de aumentar a mobilização de suas respectivas bases, à medida que perdiam apoio, conquistado pelo PTB e pelos pequenos partidos urbanos.” A autora chega a questionar se o PSD poderia ser considerado um partido “verdadeiramente agrário”, mas de todo modo, considerando seu comportamento durante a crise política, observa que ele encontrava-se impelido a “começar a sê-lo, se não o era; ou a sê-lo em maior medida, se o fora antes”, e concluindo: “Partido do interior rural, na linguagem de seus dirigentes, ‘ostra encrustada no casco da nau do Estado’, na linguagem da oposição, esse camaleão rural-burocrático cindia-se, a cada momento, entre esses dois futuros.”<sup>204</sup>

Já em outro estudo sobre o sistema partidário da República de 1945, Antônio Lavareda rejeita a tese do *realinhamento* aventada por Campello de Souza, levando em conta a especificidade adquirida por este conceito na literatura especializada da ciência política, particularmente em sua vertente norte-americana. Ao contrário – ou talvez mais complementarmente –, o autor propõe a interessante hipótese da consolidação daquele sistema partidário, que viria cumprindo cada vez mais eficazmente “o primeiro papel básico de qualquer sistema democrático, que é o de imprimir organização e regularidade a parcelas significativas das escolhas eleitorais.”<sup>205</sup> Contudo, mais do que explorar as diferenças conceituais entre os autores sobre as tendências evolutivas daquele sistema, cabe apresentar as conclusões de Lavareda sobre o declínio do PSD nacionalmente, tido como inequívoco e “único entre os três maiores partidos” – contrariamente às teses que atribuem à UDN declínio equivalente –, e “cujo

---

<sup>203</sup> “A hipótese de que nos servimos foi a de que o caráter crítico da conjuntura final do período estudado decorreu do simultâneo fortalecimento do Estado e do sistema partidário. Notamos que os analistas da política brasileira têm em geral adotado o axioma da inviabilidade originária do sistema de partidos, procurando mostrar, ao longo do período, simplesmente que ele marchava célere para o colapso. Insistimos, ao contrário, na coexistência de tendências ao fortalecimento e à desagregação; ou, mais modestamente, na improbabilidade de interpretações unívocas e unicasais. Sem negar o enorme peso inibidor, para um sistema de partidos, representado pela centralização estatal e pela ideologia dos anos trinta [...] procuramos mostrar, não obstante, a impossibilidade de ver a crise do regime de 1946 como mero desdobramento automático de virtualidades anteriores.” SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3. Ed., São Paulo: Alfa Ômega, 1990, p.167.

<sup>204</sup> *Ibid.*, p.145-146. O trecho atribuído à oposição ao PSD foi retirado de um editorial d’*O Estado de S. Paulo*, de 1963.

<sup>205</sup> LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: O processo partidário-eleitoral brasileiro - 1945-1964*. 3. Ed., Rio de Janeiro: Revan, 2012, p.105.

desempenho no fim do período [1945-1963] não registrava crescimento em nenhum tipo de pleito, embora ainda fosse a maior força partidária do país”.<sup>206</sup> Segundo os critérios de medição da performance eleitoral dos partidos elaborado por Lavareda, ou seja, sua classificação de acordo com “a força que ostentavam no último momento, confrontada com a média do desempenho anterior”, o PSD declinou em duas das três modalidades de eleições proporcionais: à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas, e manteve-se estável na terceira modalidade, as eleições para as Câmaras Municipais.<sup>207</sup> Esse é um dado que adquire ainda mais relevância quando coligido com os resultados das pesquisas de opinião baseadas em amostragem empreendidas à época pelo Ibope, que embora escassas, nem por isso devem ser consideradas pouco relevantes; a partir delas, também utilizadas por Lavareda, é possível conjecturar sobre o grau de enraizamento social logrado pelos partidos políticos. Em franca contradição quanto à convicção formada entre muitos dos analistas do período,<sup>208</sup> de que prevaleceria uma suposta debilidade de laços entre eleitorado e partidos, uma pesquisa conduzida em março de 1964 nas oito maiores capitais do país permitiu concluir que praticamente dois terços dos entrevistados (64%) “eram capazes de citar em pergunta *aberta* um partido político de preferência.”<sup>209</sup> Em Belo Horizonte 66% citaram algum partido, contra 34% que responderam não ter preferência por nenhuma sigla em particular, e essa maioria foi bastante próxima daquela registrada em Juiz de Fora e Uberlândia, em pesquisa semelhante conduzida em 1963, quando registrou-se nessas cidades uma identificação partidária de 68% e 65%<sup>210</sup> respectivamente, o que, junto a outros dados, levou o autor a concluir que “ao invés de qualquer indício de declínio dos percentuais agregados de identificação, os números indicam que o sistema partidário examinado arrebatava percentuais crescentes de apoio.”<sup>211</sup>

---

<sup>206</sup> Ibid., p.97.

<sup>207</sup> Ibid., p.82-83 e 96-97, tabela 4.8. Os partidos foram classificados como tendo apresentado *declínio acentuado*, *declínio*, *estabilidade*, *crescimento*, *crescimento acentuado* e *despontando*.

<sup>208</sup> Ibid., Capítulo II.

<sup>209</sup> Ibid., p.149, grifado no original. Registre-se, em caráter ilustrativo, que se é possível deduzir uma tendência à consolidação da importância dos partidos políticos e de seus vínculos com o eleitorado naquele contexto, há indícios que sugerem a ocorrência de fenômeno diametralmente oposto na atualidade, tal como apontado por Lavareda (Op., cit., p.157-158), segundo pesquisas do Ibope de 1988 e 1989, mas se quisermos estender a observação ainda mais para o presente, em pesquisa realizada pelo mesmo instituto em dezembro de 2017 registrou-se que “72% dos entrevistados concordam totalmente ou em parte, que votam nos candidatos dos quais gostam, independentemente do partido em que eles estejam; e 48[%] responderam que não possuem preferência ou simpatia por nenhum partido político.” In: “Pesquisa Ibope revela expectativa dos brasileiros para as eleições”, disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/pesquisa-ibope-revela-expectativa-dos-brasileiros-para-eleicoes.html>>; acesso em 13 de março de 2018.

<sup>210</sup> Ibid., p.149, tabela 6.3A e p.152, tabela 6.4.

<sup>211</sup> Ibid., p.155.

Depreende-se desse quadro o impasse diante do qual encontrava-se o PSD durante os últimos momentos do regime liberal-democrático que substituiu o Estado Novo, sendo um partido originado precisamente de dentro da máquina administrativa estatal estadonovista, transformado, em seguida, mediante o *modus operandi* situacionista e protetor de interesses elitistas locais, em um dos principais componentes do sistema político-partidário nacional, que encontrava-se em vias de consolidação – ainda que não sem turbulências, e por fim tendo atuado no sentido de inviabilizar este mesmo sistema, terminando por ser também vitimado pelo novo regime, com o qual contribuiu desde os primeiros momentos, com cortesia e solicitude, mas certamente não sem oportunismo. Desde a segunda metade da década de cinquenta, e na medida do agravamento da polarização crítica da vida política nacional, os pessedistas no Congresso realizaram movimentações particulares, e vieram a aderir às frentes parlamentares suprapartidárias que surgiram em resposta à crise, à esquerda e à direita, ou seja, respectivamente a Frente Parlamentar Nacionalista e a Ação Democrática Parlamentar.<sup>212</sup> Em situação de declínio dos resultados eleitorais do partido, mencionado logo acima, tudo apontava justamente para uma descaracterização do PSD e da fragmentação de sua influência enquanto agremiação que, apesar de plenamente nacionalizada, tinha sérios problemas de unidade e articulação em torno de um pensamento estratégico próprio. Pelo menos até os primeiros momentos posteriores ao golpe, em 1964, todos os cálculos programáticos dos pessedistas mais preocupados com a projeção do partido certamente dirigiam-se à campanha presidencial de seu principal quadro naquele momento, o ex-presidente JK, que representava talvez o único ponto forte de convergência entre todos, ou senão a maioria, de seus membros. Daí a fatalidade do golpe que sofreram com a cassação dos direitos políticos do líder, que se auto exilou na Europa e tentou, de lá, rearticular as forças pessedistas, que ainda obtiveram o último êxito nas eleições de outubro de 1965; o êxito, porém, revelou-se efêmero diante do autoritarismo político-militar, e na verdade selou o epílogo do próprio sistema partidário do qual o PSD havia sido um vigoroso protagonista. Após o AI-2 as definições do governo no sentido de estruturar um novo sistema partidário, conforme interpreta Lucia Grinberg, demonstravam justamente a intenção de inviabilizar um eventual ressurgimento do PSD, “o que aponta tanto para o valor de sua estrutura organizacional e para o empenho do governo em sua destruição, quanto para a

---

<sup>212</sup> Cf.: DELGADO, Lucilia de A. N. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia.” In.: \_\_\_\_\_, L. A. N. e FERREIRA, J. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.3).

conquista de parte desta organização como sua aliada”.<sup>213</sup> Em Minas, essa conquista se deu sem grandes conflitos, e os representantes pessedistas das elites locais, que talvez mais do que em outros estados eram donos de “um capital político indispensável ao governo mesmo após o golpe”,<sup>214</sup> puderam preservar seu domínio sobre o aparato público estatal, agora como integrantes da Arena e, portanto, sustentadores “automáticos” do regime. Porém, no interior do novo partido, foram suplantados pelos udenistas de antes, que seguiram garantindo maioria na ALMG e, assim sendo, elegeram indiretamente os governadores do estado até 1982, com o retorno das eleições diretas, quando venceu Tancredo Neves.

No parlamento mineiro, particularmente, apesar da eleição de Israel Pinheiro para o governo do estado em 1965, o declínio do PSD pôde ser observado mais evidentemente, considerando-se o flagrante imobilismo de seus membros diante não apenas da extinção dos partidos, mas de todo o conteúdo do pacote autoritário imposto na forma do AI-2, em contraste com a reação de muitos pessedistas importantes nacionalmente.<sup>215</sup> Quando o governo Castelo Branco encaminhou a criação da Arena e do MDB, o governador Israel Pinheiro e todos os deputados pessedistas próximos a ele filiaram-se obedientemente ao partido do regime, e para a 6ª Legislatura da Assembleia de Minas (1967-1971), dos 19 deputados eleitos pelo MDB apenas dois provinham do PSD. O desfecho é um tanto infeliz, considerando-se que ao analisar os últimos momentos do partido, Plínio Abreu Ramos observou que “O PSD, conforme era de seu hábito, não deu maiores demonstrações de descontentamento. Transigia sempre quando era necessário, o suficiente para poder sobreviver.”<sup>216</sup>

### 3.2 *Sob os escombros do sistema político: tudo ou nada para a UDN*

Magalhães Pinto mobilizou como pôde suas habilidades, recursos e sua base de apoiadores para preservar sua imagem como a de um dos líderes e articuladores da “revolução”, e por extensão, como a de um presidenciável. Seu projeto, contudo, ruiu em pouco tempo, na medida em que o autoritarismo militar dos golpistas se consolidava e ampliava seu domínio sobre agentes e instituições políticas de dentro e fora do Estado. O governador procurou manter-se alinhado aos acontecimentos e, ao mesmo tempo, preservar algum grau de independência em relação ao governo Castelo Branco, rejeitando dele os dividendos negativos. Ainda em 1964 foi

<sup>213</sup> GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.64.

<sup>214</sup> Id., Ibid.

<sup>215</sup> “O deputado Amaral Peixoto [PSD-RJ] afirmou categoricamente que seu partido não queria mudar sua denominação, considerada ‘um patrimônio formado ao longo de 20 anos de lutas pela democracia no Brasil’”. Ibid., p. 61.

<sup>216</sup> RAMOS, Plínio de A. *O PSD mineiro*. 1993, p.215.

apresentada à Assembleia de Minas proposta de emenda constitucional que prorrogava seu mandato de modo a fazê-lo coincidir com o do presidente da república. Curiosamente, a sugestão não partiu de um udenista, mas do deputado Antônio Pinto Coelho, do PL, e sua tramitação revelou graves dificuldades que o governador precisou enfrentar. Como exemplo, José Maria Magalhães, da própria UDN, rejeitou a determinação de seu partido, se posicionou contrariamente à proposta e questionou o vínculo do governador com a “revolução”: “O continuísmo é uma forma de desvirtuamento do movimento de 31 de março [...]. Tenho, felizmente, força moral para dizer desta tribuna que sou revolucionário com R maiúsculo, porque corri o risco, estive em todo o movimento pré-revolucionário [...]”.<sup>217</sup>

Apesar da dissidência, uma maioria suficiente de correligionários permaneceu fiel e corroborou as aspirações de Magalhães Pinto; o PSD, por sua vez, colocou-se em peso no caminho, e habilmente a bancada pessedista fez a tramitação da proposta durar não menos que seis meses. Os udenistas, possivelmente já prevendo que seu partido pudesse ser punido pelo eleitorado por erros que, consideravam, eram do governo federal, afirmavam, como Valdir Melgaço, por exemplo: “estamos convencidos de que, após a Revolução não mais temos ambiente para eleições diretas. Assim, marcharemos então para eleições indiretas [...] com a prorrogação pura e simples dos mandatos dos atuais governadores.”<sup>218</sup> A emenda foi aprovada no aniversário do golpe, em 31 de março de 1965, pela previsível maioria com que contava Magalhães Pinto no parlamento mineiro; contudo, o governo federal manteve as eleições, impondo uma decisiva derrota ao projeto do governador mineiro. Antes, porém, da medida ter sido revogada, sua aprovação na Assembleia provocou duras reações da oposição, que expressaram a cisão rápida e definitiva entre UDN e PSD; conforme o pessedista Lourival Brasil, era lamentável que apenas Minas Gerais estivesse naquela “obstinação infeliz de prorrogar os mandatos do governador e do vice-governador [...], ferindo expressa e frontalmente dispositivos da Constituição Federal”;<sup>219</sup> Gilberto Almeida fora mais ultrajante, e acusou os meios empregados pelo governador para assegurar maioria, afirmando: “não foram dos mais democráticos, existindo mesmo – e eu emprego a palavra exata – corrupção aqui dentro, para se conseguir a votação deste projeto.”<sup>220</sup> Ainda outro pessedista, Sebastião

---

<sup>217</sup> *Apud* DULCI, O. e FARIA, M. A. *Diálogo com o tempo*. 2005, p.257.

<sup>218</sup> *Ibid.*, p.256.

<sup>219</sup> *Ibid.*, p.258.

<sup>220</sup> *Ibid.*, p.259.

Anastácio, classificou o governador como “oportunista e velhaco”, e disse que a Assembleia, ao aprovar a prorrogação, havia posto “a última pá de terra no túmulo da democracia”.<sup>221</sup>

Em 1965 a bancada udenista na Assembleia havia aumentado em relação ao ano anterior: o getulismo de Waldomiro Lobo não chegou a impedi-lo de migrar para a agremiação que nascera precisamente a partir de um sentimento antigetulista de renovação. Quando foi acusado de incoerência pelo petebista Wilson Modesto, explicou-se dizendo que fora convidado pelo presidente da UDN para mudar de partido, que recebeu dele garantias de que teria liberdade de agir e que a bancada udenista em Minas nunca havia atacado Getúlio Vargas, afirmando inclusive que poderia ser antilacerdista mesmo dentro da UDN. Lobo recordou um episódio de 1963, quando durante uma sessão na Assembleia fora alvo de dois tiros disparados por um então correligionário, o deputado Daniel de Barros, em uma contenda originada entre ambos quanto à disputa da liderança do PTB na Casa.<sup>222</sup> Rememorando o episódio, como parte de sua justificativa pela mudança de partido, afirmou: “Foi um deputado do PTB que, nesta Assembleia, puxou seu 38 e me alvejou. Só não me acertou porque tremia como ‘vara verde’, porque sabia que se não me segurassem eu viria apanhá-lo nesta tribuna. Nenhum deputado da UDN ou do PSD fez isto, nesta Casa. São todos meus amigos.”<sup>223</sup> Contudo, apesar da amizade, o primeiro projeto de lei apresentado pelo deputado após as eleições de outubro e, portanto, da derrota do candidato udenista, sugere uma tentativa de sabotar o orçamento do futuro governo; tratava-se de uma proposta de redução do imposto de vendas e consignações, de 8,5% para 3,5%, visto que Lobo imputava ao tributo a alta no custo de produtos básicos. Ao justificar o projeto, o deputado explicitou o sentimento de inquietude que o resultado daquelas eleições despertava, ou, talvez, agravava:

Penso que, com isto, estou ajudando o governo, tanto o atual, como o que dizem que vem por aí. Eu digo que dizem que vem, porque as eleições foram realizadas e os candidatos vencedores ainda não tomaram posse. Vão tomar posse, mas há um “disse-que-disse” danado. Na minha opinião, eles devem tomar posse uma vez que foram eleitos, mas ela, realmente, não prevalece. Deve prevalecer a de muita gente – uns que são contra e outros que são a favor. Mas, disse que, se aprovado o projeto, irá auxiliar tanto este governo, como o outro porque, então, os sonegadores talvez não queiram mais dar-se ao trabalho de continuar sonegando o imposto pequeno de 3,5, em lugar de um de 8,5 [...]. Assim sendo eu estou colaborando [...], colaboração essa espontânea, sem querer agradar, porque, todos sabem, eu não sou daqueles do “vira-vira”, do “vira-folha”, do “já era”. Há alguns a quem indago se são Israel Pinheiro, e respondem: “eu já era”. Esta é uma turma grande, da qual eu não faço parte.

<sup>221</sup> Id., Ibid.

<sup>222</sup> Cf. “Há 50 anos, briga entre deputados estaduais chegou a ter tiros em plenário da Assembleia”. In: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/02/13/interna\\_politica,350036/ha-50-anos-briga-entre-deputados-estaduais-chegou-a-ter-tiros-em-plenario-da-assembleia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/02/13/interna_politica,350036/ha-50-anos-briga-entre-deputados-estaduais-chegou-a-ter-tiros-em-plenario-da-assembleia.shtml)>; acesso em 20 de abril de 2018.

<sup>223</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 204, 22 out. 1965, p.7.

Continuarei aqui, neste caso na oposição, mas sem deixar de dar a minha colaboração [...].<sup>224</sup>

Em outros momentos a propensão de Waldomiro Lobo a falar o que pensava também se mostrou elucidativa, como quando declarou que uma entrevista de Israel Pinheiro, na qual o governador eleito afirmara que sua política estaria alinhada à do presidente Castelo Branco, teria deixado “muita gente desiludida”, uma vez que, segundo o deputado, “Quem votou no sr. Israel Pinheiro votou contra a Revolução. Agora, o futuro governador afirma que está com a Revolução. Daí, a desilusão.”<sup>225</sup> No mesmo pronunciamento, certamente também desiludido com o resultado eleitoral do último dia 3, Lobo lamentou que o povo brasileiro, e em especial o mineiro, tivesse bom coração, e por isso se esquecesse das ingratidões e das promessas eleitoreiras, e prosseguiu: “Os jornais comentam, somente, se tomarão ou não posse os candidatos eleitos. Os políticos, a mesma coisa; comentam, inclusive, se haverá outra Revolução.”<sup>226</sup> A tese do deputado, que interpretou a vitória do candidato pessedista em Minas como uma reação do eleitorado aos efeitos das austeras medidas econômicas do governo federal, foi adotada por quase todos os seus novos correligionários, integrantes da bancada udenista, reforçando, assim, o posicionamento do líder Magalhães Pinto, que procurava apresentar-se cada vez mais explicitamente como um “revolucionário” mais autêntico do que o próprio Castelo Branco. Tal posicionamento ainda foi reforçado, mesmo que indiretamente, pela renúncia de Milton Campos<sup>227</sup> de seu posto de ministro da Justiça, sendo ele um quadro histórico da UDN mineira, que justamente naquele outubro se afastava deliberadamente do presidente, colaborando, assim, para que o partido – e em especial sua importante seção em Minas – passasse a se comportar como oposição. Apesar de Campos não compartilhar da agenda de Magalhães Pinto, tendo inclusive participado da decisão de Castelo Branco de invalidar a prorrogação do mandato do governador, seu desligamento do governo federal foi um movimento que certamente contribuiu para a deterioração da imagem, em Minas Gerais, dos rumos da “revolução”.

O deputado estadual Dalton Canabrava também foi categórico quanto às razões que levaram à derrota do candidato de seu partido ao governo de Minas: “O problema da motivação é de ordem nacional e não estadual ou municipal.” Em sua interpretação do resultado, afirmou

<sup>224</sup> Ibid., N° 197, 12 out. 1965, p.12.

<sup>225</sup> Ibid., N° 202, 20 out. 1965, p.9.

<sup>226</sup> Id., Ibid.

<sup>227</sup> Governador de Minas pela UDN de 1947 a 1951, eleito senador em 1958, foi o candidato a vice-presidente na chapa de Jânio Quadros em 1960, derrotado por Jango; assumiu em 1964 a titularidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e renunciou em outubro do ano seguinte por divergências quanto ao conteúdo da reforma política pretendida por Castelo Branco.

que a escolha popular havia sido um protesto contra as dificuldades impostas “pela política econômica financeira do sr. Roberto Campos”, vinculando o ministro e o programa de austeridade implantado por ele não à “revolução”, mas aos dois grandes partidos rivais da UDN. Roberto Campos, para Canabrava, teria comandado indiretamente a “campanha do PSD e do PTB”, sendo ele um “remanescente da ditadura de Vargas, do governo do sr. Kubitschek e do sr. Jânio Quadros”<sup>228</sup> – nota-se, com curiosidade, que Jânio Quadros, eleito com o apoio decisivo da UDN, tenha entrado na lista. Maurílio Cambraia, por sua vez, congratulou-se orgulhoso com os eleitores de sua região, onde, segundo ele, Roberto Resende “foi votado em peso”, e ficou à frente de Israel Pinheiro, e lamentou o “grave equívoco” cometido pelo eleitorado geral de Minas, que apesar de ter razão “para reclamar da situação nacional sobre o salário mínimo, o desemprego e o custo de vida,” não teria tido a clareza de discernir que o governo estadual não teria culpa por estes problemas, e concluiu que: “Não seria, portanto, votando contra Roberto Resende que se estaria votando contra Castelo Branco ou contra a Revolução.”<sup>229</sup> A indignação udenista também levou Valdir Melgaço a dizer que “o povo não teve voto de gratidão” com Magalhães Pinto, e que em sua maioria, demonstrou “que não quer escolas, que não quer apenas estradas, nem postos de saúde, mas, sim, ‘barriga cheia’”; o deputado finalizou com um apelo: “Não queremos fazer em Minas Gerais, na Guanabara e em São Paulo, nova Bastilha, nova Revolução, porque o povo brasileiro não quer sangue; ao contrário, ele quer arroz e feijão.”<sup>230</sup>

Com a renúncia de Milton Campos ao Ministério da Justiça, Castelo Branco nomeou para a pasta outro udenista, o ex-governador da Bahia Juraci Magalhães, que ocupava então o cargo de embaixador do Brasil em Washington. O novo ministro estreou comprometido com uma reforma política que vinha sendo planejada pelo presidente para assegurar pelo menos mais quatro anos de governo “revolucionário” – não necessariamente sob seu comando – após o término de seu mandato, e a imprensa repercutiu a inclinação de Juraci pela realização de eleições presidenciais indiretas em 1966. Na Assembleia de Minas Sinval Boaventura expressou sua inquietação a respeito da hipótese, e leu matéria da revista *Manchete*, na qual destacava-se que “Nos círculos ligados ao presidente da República, os resultados eleitorais e a saída do ministro Milton Campos fizeram cessar as últimas resistências dos sonhadores que ainda defendiam as realizações de eleições diretas para a sucessão do marechal Castelo

---

<sup>228</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 198, 14 out. 1965, p.9.

<sup>229</sup> *Ibid.*, Nº 205, 23 out. 1965, p.12.

<sup>230</sup> *Ibid.*, Nº 208, 28 out. 1965, p.10.

Branco.”<sup>231</sup> Valdir Melgaço, ao manifestar-se contra um voto de aplausos ao novo ministro da Justiça, acusou o presidente de estar desvirtuando os objetivos da “revolução”, e José Maria Magalhães, que a princípio havia endossado o voto de aplausos com sua assinatura, voltou atrás no dia seguinte, após vir a público a fórmula da eleição indireta, pretendida pelo novo ministro. Magalhães apresentou mesmo um requerimento que adiava a votação da homenagem a Juraci, até que ele se explicasse quanto ao propósito de “tirar do povo o direito das eleições diretas, autênticas e populares”, reafirmou seu comprometimento com a candidatura de Lacerda, e criticou, ainda, as declarações elogiosas de Juraci a Roberto Campos e sua condução da economia do país.<sup>232</sup> O deputado concluiu seu pronunciamento dirigido ao ministro da Justiça dizendo:

Quero ficar com a parte fundamental para mim, que é a pregação de eleições indiretas, com [o] que não concordo e não concordarei nunca, nem como representante do povo nem como eleitor. Sempre procurarei que o governo do meu país caminhe pela trilha da democracia. Portanto, explico a minha atitude e Deus permita que o ministro da Justiça desminta essas assertivas, porque não podemos acreditar que este país possa caminhar para uma ditadura.<sup>233</sup>

As diferenças entre a UDN mineira e a “lacerdista”, de um lado, e o governo federal, de outro se agravaram decisivamente, e em ambos os diretórios estaduais do partido a interpretação geral parecia ser a de que a reforma política pretendida por Castelo Branco comprometia decisivamente suas ambições e projeções, enquanto no Congresso a bancada pessedista, por outro lado, deixava clara sua anuência para com as medidas que o presidente enviasse à Casa – talvez na esperança de influir minimamente sobre elas. A posição clássica dos dois partidos em relação um ao outro, portanto, estava plenamente restaurada, ou mesmo agravada, considerando-se a insistência de Carlos Lacerda em apresentar-se como presidenciável num momento em que JK, após ter retornado ao país e mesmo já destituído de seus direitos políticos, voltava a ser investigado em diferentes IPMs. Em Minas surgiu entre os udenistas a tese de que a seção estadual do partido deveria explicitamente colocar-se como oposição ao governo federal; nesse sentido, Sinval Boaventura, por exemplo, já em 20 de outubro, dizia: “A UDN não pode continuar participando de um governo do qual diverge, principalmente na política financeira, mal orientada pelo ministro do Planejamento”, e ainda: “[...] fomos derrotados porque o sr. presidente da República queria a derrota dos nossos candidatos da UDN de Minas e Guanabara.” Para o deputado, se opor ao governo federal era se opor ao PSD, que segundo ele era o partido que detinha os postos de mando no país, e essa orientação significaria “seguir

<sup>231</sup> Ibid., N° 204, 22 out. 1965, p. 12.

<sup>232</sup> Ibid., N° 208, 28 out. 1965, p.10.

<sup>233</sup> Id., Ibid.

a rota” da UDN, “iniciada em 1945.” Em Brasília, contudo, muitos udenistas não demonstravam a mesma disposição do deputado mineiro, e Boaventura concluiu com um recado dirigido a Juraci Magalhães, em visita a Belo Horizonte: “S. Exa. deverá obter a informação de que a UDN, em Minas Gerais, tomou uma posição. S. Exa. deve levar ao conhecimento do sr. presidente da República que a UDN mineira prefere ficar na oposição, ao que aliar-se ao PSD no setor federal.”<sup>234</sup>

Boaventura vinha sendo tão enfático quanto podia em relação à convicção que detinha sobre o papel a ser exercido por seu partido, e desde princípios do mês deixava claro que se fosse deputado federal estaria votando contra o governo. Um dos eventos que mais provocou sua reação foi a chegada ao Congresso de uma proposta de redistribuição de recursos entre a União, os estados e os municípios, que previa uma redução drástica na arrecadação dos dois últimos em favor do primeiro; dentre as medidas, previa-se, por exemplo, a redução de 15% para 8% da cota dos municípios sobre o imposto de renda. Semelhante proposta não poderia passar incólume pelos municipalistas, e Boaventura anunciou uma reunião em Brasília do Grupo Parlamentar Municipalista para discuti-la; conforme o deputado, naquela altura, “os prefeitos de todos os municípios do interior [estavam] apavorados – este é o termo – com a reforma, porque, através dela, perderão os municípios o controle da arrecadação do imposto territorial-rural, que passará a ser cobrado pela União”.<sup>235</sup> Em outras ocasião, no que provavelmente fora seu pronunciamento mais expressivos daquele mês, revendo novamente as iniciativas tomadas pelo governo federal até então, afirmara que a importância de exercer o papel decidido de oposição residia na defesa de interesses democráticos, de modo a evitar que se caísse numa ditadura, cujas consequências eram, segundo ele, bastante conhecidas. O deputado referiu-se à intenção do governo federal de intervir na nomeação dos secretários de segurança e chefes de polícia dos estados como uma “medida ditatorial”, que suprimia a autonomia, sobretudo de Minas, um estado que, em suas palavras, seria “o centro e o equilíbrio da nacionalidade”; admitiu, depois, não saber “se dentro de poucos dias, de um ano ou de um mês, [seria] implantada uma ditadura”, concluindo pela possibilidade de que os políticos comprometidos com a “revolução” eventualmente chegassem ao ponto de ter de “ir à tribuna para pedir desculpas a [Clodesmidt] Riani, Brizola, Miguel Arraes e tantos outros [...]”.<sup>236</sup>

---

<sup>234</sup> Ibid., N° 207, 27 out. 1965, p.8.

<sup>235</sup> Ibid., N° 205, 23 out. 1965, p.10.

<sup>236</sup> Ibid., N° 203, 21 out. 1965, p.12-13.

Se com os acontecimentos de outubro reacendeu-se a dinâmica partidária na vida política brasileira, ela logo foi comprometida irreversivelmente no dia 27, com a edição do Ato Institucional número 2 que, dentre outras medidas, extinguiu de modo peremptório todos os partidos políticos do país. O AI-2 foi uma atualização da arquitetura autoritária do regime, planejada precisamente para assegurar e prolongar sua vigência por meio da neutralização ou eliminação de quaisquer óbices ao projeto de seus realizadores, que asseguravam estar levando a efeito um tipo de depuração do sistema político. A tese da extinção dos partidos derivou do que, inicialmente, seria apenas uma redução da quantidade de agremiações – algo que já vinha sendo defendido desde o golpe por Magalhães Pinto, por exemplo –, e as articulações neste sentido ocorriam desde que o mandato de Castelo Branco havia sido prorrogado, em julho de 1964; a intenção era a de facilitar ao máximo o êxito das iniciativas do governo “revolucionário” junto ao Congresso Nacional, simplificando-se tanto quanto possível a dinâmica das negociações intra e interpartidárias. A respeito das diferentes iniciativas de reformas político-eleitorais tomadas pela cúpula do governo, resultando num cerco cada vez mais fechado sobre o sistema partidário, Thomas Skidmore observa que “Vendo-se diante do problema dos reveses eleitorais enquanto buscava um programa de combate à inflação, o governo Castelo Branco preferiu mudar as regras do jogo eleitoral para evitar a derrota.”<sup>237</sup> Em outubro de 1965 a reforma política apresentada pelo presidente, cujo principal articulador era Juraci Magalhães, encontrava-se paralisada em um impasse na Câmara, e diante da possibilidade da derrota foi abandonada e substituída pelo AI-2, que representou ao mesmo tempo uma realização dos militares da “linha dura” e um último golpe nas aspirações dos udenistas em Minas e na Guanabara. Se, evidentemente, muitas lideranças da UDN encontraram-se subitamente imobilizadas, sobretudo as mais dissidentes em relação ao governo federal, o segundo Ato havia sido articulado, entretanto, junto a quadros do próprio partido. Conforme Juraci Magalhães relatou anos depois, “a sugestão de acabar com os atuais partidos políticos foi apresentada por alguns companheiros da UDN, que, como eu, estavam convencidos de que seria impossível dar ao governo uma base política no Congresso, com o sistema multipartidário então em vigor”.<sup>238</sup> Com efeito, “Logo após a divulgação do AI-2, o PSD, o PTB, o PSB e o PDC distribuíram notas oficiais de repúdio à concentração de poderes no Executivo e à extinção dos partidos. Na imprensa, a manchete destacava: ‘UDN foi o único dos grandes que não falou da extinção’”.<sup>239</sup> Maria Benevides recorda que um membro da cúpula

---

<sup>237</sup> SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 2010, p.365.

<sup>238</sup> *Apud*. DULLES, J. *Castello Branco*. 1983, p.144.

<sup>239</sup> GRINBERG, L. *Partido político ou bode expiatório*. 2009, p.60.

udenista havia dito que o partido, tal como Sansão, o personagem bíblico, abalou as colunas do templo, mas soterrando-se junto aos demais entre os escombros, em um ato justificado por seu antigetulismo: “o que Vargas fez contra nós está destruído”, teria dito o político. Lembre-se, contudo, que os udenistas não deixaram de ter de lidar com o constrangimento gerado pela frase atribuída a Tancredo Neves, que diz que “o regime instalado após [19]64 era o Estado Novo da UDN.”<sup>240</sup>

A carga autoritária contida no AI-2 se fez sentir sobre os ombros dos udenistas, dos quais a obtusidade e o reacionarismo prevaleceram sobre quaisquer avaliações críticas da conjuntura. O deputado Nicanor Armando considerava inegável que já se estivesse perdendo a “confiança e a fé” depositadas na “bendita revolução”, e disse que o governo federal já os estava “saturando de decepções – por falta de impavidez e destemor.” Celebrou, então, a nova lista de cassações de mandatos e direitos políticos, também contida no AI-2, dizendo: “A opinião pública bem conhece os idólatras da corrupção, da subversão, os esbanjadores dos dinheiros públicos, os insidiosos esquerdistas que deviam e devem ser atingidos por Ato Institucional”, e ao aludir também à extinção dos partidos, considerou certo que o governo não pudesse prescindir de oposição, mas que fosse “honesto, construtiva e patriótica”. O segundo Ato, para ele, era um contragolpe que deveria ser aplicado sem hesitações, “antes que lh’o apliquem, numa furibunda arremetida desmoralizadora, os politiquinhos profissionais, os maus patriotas, desvairados de cupidez, de ódio, de rancores e ressentimentos.”<sup>241</sup> Waldomiro Lobo também encontrou mais de uma razão para comemorar, congratulando-se com as declarações de um general ao *Diário de Minas*, lidas por ele na tribuna: “O general Dióscoro Gonçalves do Vale, comandante da ID-4, disse que ‘a Revolução será consolidada, totalmente, com o Ato Institucional nº 2, inclusive no que diz respeito à elevação do custo de vida, que será contida, e à exploração na venda dos gêneros de primeira necessidade.’” O mais novo ex-udenista disse que se algumas pessoas aconselhavam que se estocassem mercadorias, “sob a alegação de que as coisas iriam ficar pretas”, o que teria ocorrido é que, “Afinal de contas, clareou-se a situação mais depressa do que se pensava. E que beleza! Não há mais partidos; todo mundo é igual nesta Casa; ninguém pode dizer que um deputado saiu do PTB para entrar na UDN.” Com entusiasmo e, talvez, algum receio, disse ainda: “Vamos esperar para ver quem vai passar pelo crivo do Ato

<sup>240</sup> BENEVIDES, M. V. de M. *A UDN e o udenismo*. 1981, p.132-133.

<sup>241</sup> MINAS GERAIS. *Diário da Assembleia*. Nº 211, 05 nov. 1965, p.4.

Institucional nº 2. Vamos ver quem tem nó na cauda. [...] Agora, ‘fecho éclair’ na boca porque tem que andar direitinho mesmo.”<sup>242</sup>

Sinval Boaventura, por sua vez, foi mais cauteloso e criativo ao tentar interpretar o novo quadro: “Estamos, hoje, numa situação com a extinção dos partidos, como aquela dos fazendeiros que, na época do início das chuvas, ajuntam o gado nos currais para, depois, fazerem a sua separação e seleção” – (consideremos aqui que a analogia entre os políticos e o gado tenha sido feita sem que Boaventura estivesse aludindo ao cariz tipicamente passivo e obediente deste coletivo de animais). Suas esperanças pareceram mais contidas que as dos correligionários; para ele, os objetivos do segundo Ato seriam os de que “os corruptos e os subversivos” fossem apontados à nação, e fez votos “para que a crise político-militar brasileira, que está sendo controlada, mesmo através de medidas duras como as que toma o sr. presidente da República, possa ser debelada.”<sup>243</sup> Altair Chagas ressaltou o aspecto positivo de ter os partidos abolidos, ao considerar que os adversários da “extinta UDN” diziam abertamente que seus integrantes “não gostavam do povo e tinham interesses em perseguir os humildes, e que tinha até como programa de partido a preocupação determinante de se situar como o partido da aristocracia, partido de gente [de?] bem, que não queria nada com o proletariado”; e tendo-se declarado de acordo com o AI-2, inseriu, porém, uma ressalva discreta, dizendo que em alguns tópicos podia-se “enxergar uma ou outra medida mais drástica”.<sup>244</sup>

Apesar da aquiescência demonstrada em relação à desarticulação forçada do sistema partidário, deve-se observar, conforme Antônio Lavareda, que a suposição de que a UDN acompanhava o PSD no processo de declínio “não tem respaldo nos dados”. Na tese do autor demonstra-se que “era marcante a estabilidade do desempenho udenista”, que em 1962 chegou “a partilhar o governo na metade dos Estados brasileiros, superando todos os demais partidos”,<sup>245</sup> e embora tenha sido ultrapassada pelo PTB e descido para a terceira posição no Congresso, “manteve praticamente as votações relativas anteriores para a Vice-Presidência; e também apresentou marcante estabilidade no tocante à segunda posição ocupada em termos de cadeiras nas Assembleias Legislativas (19,6%), prefeituras (21,7%) e Câmaras Municipais (23,8%)”.<sup>246</sup> E embora registrando, em geral, um declínio no desempenho eleitoral no interior do país, esta tendência era compensada, segundo Lavareda, pelo “salto significativo em cidades

<sup>242</sup> Ibid., Nº 210, 4 nov. 1965, p.4-5.

<sup>243</sup> Id., Ibid.

<sup>244</sup> Ibid., Nº 211, 5 nov. 1965, p.5.

<sup>245</sup> LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas*. 2012, p.101-102.

<sup>246</sup> Id., Ibid., p.98.

como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte [...]. Crescendo na preferência do eleitorado de classe média e alta dos grandes centros”.<sup>247</sup> Contudo, cabe aqui ressaltar uma posição constante na história da UDN, que ajuda a elucidar seu comportamento durante o golpe e a implantação da ditadura: a relevância consolidada e os importantes êxitos eleitorais do partido coexistiram tanto com uma postura elitista com relação ao eleitorado, como com a frequente contestação dos resultados das urnas, além do interesse – bem maior do que em qualquer outro partido – em promover reformas eleitorais que pudessem lhe beneficiar.<sup>248</sup> Este era um traço comum à maioria dos quadros udenistas, e explica, em parte, a superposição conjuntural em um só estilo das duas grandes tendências internas do partido, que Maria Benevides identifica como, de um lado, os “liberais históricos” – ou seja, os bacharéis, legalistas – e, de outro, os “realistas” – ou seja, pragmáticos; tanto em ocasião do golpe como, posteriormente, do AI-2, apesar das cisões que entre os dois momentos cindiram o partido entre as tendências e as regiões do país.<sup>249</sup> Porém, na medida do endurecimento do regime, será possível observar um tipo de autocrítica por parte de muitos dos quadros importantes da linha liberal histórica – Milton Campos terá sido um dos primeiros –, enquanto os realistas se integraram ao novo sistema político ditatorial – Magalhães Pinto foi ministro das Relações Exteriores no governo Costa e Silva. O afastamento dos que aparecem na tese de Benevides como “grandes nomes udenistas” e a permanência dos “pragmáticos” se explica a partir da ambiguidade identificada pela autora: a UDN “é progressista, enquanto inimiga da ditadura do Estado Novo e do AI-5 [em 1968, quando culmina o rompimento dos ‘liberais históricos’ com os militares]; [e] é reacionária enquanto seduzida no saudosismo histórico, sem uma proposta real e concreta para o futuro”, ou seja, “se revela *progressista no que se opõe e reacionária no que propõe*”.<sup>250</sup> A prevalência de cada um destes aspectos varia conforme o político, a matéria, o momento.

A UDN mineira representava, ainda conforme Benevides, um tipo de síntese, caracterizando-se “com igual ênfase nas bases de legitimidade retirada dos notáveis, dos militantes e dos eleitores”,<sup>251</sup> o que a diferenciava e, simultaneamente, a aproximava das demais seções estaduais, conferia-lhe expressivo poder de influência sobre o partido nacionalmente –

<sup>247</sup> Id., Ibid., p.163-164.

<sup>248</sup> BENEVIDES, M. V. de M. *A UDN e o udenismo*. 1981, p.226.

<sup>249</sup> Id., Ibid., p.135. Cf. também a Nota 118, p.48.

<sup>250</sup> Id., Ibid., grifado no original.

<sup>251</sup> Id., Ibid., p.225-226. O esquema teórico adotado por Benevides provém Jean Charlot, para o qual “a característica básica de um partido não será dada pela sua estrutura organizacional, mas *pela base tida como fonte privilegiada para a legitimidade do partido*: a de notáveis, de militantes ou de eleitores?” (*Apud.* BENEVIDES, M. *ibid.*, p.225, grifado no original).

“era a que melhor refletia o equilíbrio com a cúpula partidária, da qual sempre participou”<sup>252</sup> – e reproduzisse com maior distinção em seu interior os diferentes estilos e tendências udenistas, representadas por nomes como Milton Campos, Pedro Aleixo e Afonso Arinos dos “liberais históricos”; Magalhães Pinto dos “realistas”; e José Bonifácio, que “evidenciava, publicamente, o domínio do ‘coronelismo’”<sup>253</sup> – referências estratégicas de atuação e pensamento da enorme bancada udenista na 5ª Legislatura da Assembleia de Minas. O progressivo afastamento dos liberais em relação ao regime inaugurado em 1964 pode ter entre suas causas, além do endurecimento da ditadura em geral, a extinção dos partidos como acontecimento decisivo; com efeito, já após o AI-5, os udenistas mineiros que tiveram destaque eram, segundo Benevides, “obscuros deputados” em 1964.<sup>254</sup> Depreende-se daí a tenuidade do republicanismo da UDN, um partido que se apresentava como fiador da democracia no país, mas que mostrou-se em mais de um momento propenso a golpes de Estado, e cujo liberalismo não foi capaz de prevalecer sobre a política de compromissos que estabelece o equilíbrio entre interesses elitistas circunscritos, locais, muitas vezes seculares, e dissociados de um projeto para o país. Assim, o partido se permitiu ser um instrumento das tradicionais elites que propalava combater.

---

<sup>252</sup> Id., *Ibid.*, p.231.

<sup>253</sup> Id., *Ibid.*, p.231-232.

<sup>254</sup> Id., *Ibid.*, p.232. A autora menciona Rondon Pacheco, Aureliano Chaves e Francelino Pereira, governadores do estado respectivamente entre 1971-1975, 1975-1978 e 1979-1983, todos eleitos indiretamente pela ALMG.

## Conclusão

Em maio de 1969 foi encaminhado ao Comandante do I Exército, a partir da sede da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, um Relatório Especial de Informações cujo assunto era a “Situação Político-Social de Minas Gerais”.<sup>255</sup> No documento é realizado um balanço da administração pública no estado, cuja situação “política, econômica e social” é considerada como encontrando-se em “flagrante desequilíbrio”, sendo o Poder Legislativo considerado como um dos “pontos fracos responsáveis pela situação”.<sup>256</sup> Ao tratar especificamente do quadro no parlamento mineiro – em sua 6ª Legislatura, o autor do relatório conclui que:

Sob o ponto de vista revolucionário e do próprio conceito da moral política, a atual Assembleia Legislativa de Minas Gerais é, já pela sua composição, tão ou mais comprometida que as demais colocadas em recesso pelo governo federal. [...] Inúmeros deputados que a ela constituem, já foram objeto de processo de cassação enviados pela 4ª RM e em muito maior número são aqueles cujos processos estão em andamento, quer seja sob a acusação de corrupção, quer seja por questões políticas ligadas à subversão. [...]

Politicamente o governo revolucionário não está nela representado se considerarmos que a ARENA mineira nada mais representa que um aglomerado de ex-partidos políticos, sem vitalidade, sem orientação efetiva e sem um significado partidário da própria Revolução. [...]

A inoperância dessa Assembleia é do conhecimento público e publicamente reconhecida. A politicagem constitui o principal objetivo de seus componentes. [...]

Podemos concluir que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais apresenta-se como:

- corrupta e corruptora;
- politicamente inoperante e efetivamente contrária aos ideais revolucionários. Ressalva-se a atuação de alguns deputados que por razões diversas e entre elas a falta de uma efetiva liderança, agem isoladamente, sem conjugar esforços e por isto mesmo, ineficientemente;
- dominada pelo grupo político do Gov. ISRAEL PINHEIRO e indiretamente ligada à política de JUSCELINO KUBITSCHEK;
- sem liderança partidária efetiva e sem orientação política própria, agravando este fato a dissidência recente provocada pela eleição de sua atual mesa diretora, considerada imposição do Gov. ISRAEL PINHEIRO e, por muitos deputados, quebra de sua autonomia e independência política.

Da mesma forma que no subitem anterior, visando a uma posterior conclusão, julgamos oportuno a inclusão, nesta altura do trabalho, da opinião de que o recesso desta Assembleia é indispensável dentro dos postulados da Revolução de 1964.<sup>257</sup>

<sup>255</sup> MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. I EXÉRCITO. 4ª RM – 4ª DI. ESTADO MAIOR – 2ª SEC. Ofício nº 106-E2. Em 08 de maio de 1969. Do Cmt da 4ª RM Ao Sr. Cmt do I Ex. ASSUNTO: Situação Político-Social de Minas Gerais. ANEXO: um Relatório. Confidencial. Disponível no acervo de Fundos e Coleções do Arquivo Nacional com o código de referência: BR DFANBSB AAJ.0.IPM.216 – Dossiê.

<sup>256</sup> Id., Ibid., p.6.

<sup>257</sup> Id., Ibid., p.8-10.

O conteúdo do relatório como um todo, que analisa também a situação do governo do estado e de alguns órgãos públicos específicos, expressa com distinção a visão dos militares sobre a classe política em geral, que não obstante as cassações, ameaças e até a extinção dos partidos, permaneceu não atendendo totalmente às expectativas dos protagonistas da tomada do poder em 1964 – pelo menos durante os primeiros anos de regime ditatorial. Os deputados estaduais, bem como a maioria dos políticos mineiros, não raro eram representantes de elites tradicionais espalhadas pelo território do estado, que mantinham o controle, conforme Otávio Dulci, das “*máquinas partidárias e eleitorais*”, que “garantiam a elas papel estratégico como elo de coesão num conjunto tão disperso e heterogêneo quanto o estado de Minas Gerais. Este papel vinha de antes, da época do ‘coronelismo’ de base rural, mas sua persistência nas fases posteriores deve ser devidamente apreciada”.<sup>258</sup> O estabelecimento da ditadura consolidou uma reação geral a todo o sistema político inaugurado em 1945, o que conferiu desprestígio também à elite política mineira tradicional, que dele se beneficiava. Para o presente estudo, procurou-se realizar uma análise em profundidade das movimentações ocorridas especificamente na Assembleia de Minas em decorrência, a princípio, do golpe de Estado de março/abril de 1964 e, depois, da extinção dos partidos políticos agenciada pelo regime inaugurado naquele golpe. Foram tomadas como objeto de análise precisamente as três maiores agremiações partidárias em número de representantes no parlamento mineiro, que a propósito, eram também as maiores nacionalmente, embora não na mesma ordem.

O PTB, embora não reproduzisse em Minas o crescimento expressivo que registrava nacionalmente, era a terceira força numérica na Assembleia de Minas, onde imediatamente após o golpe sofreu uma investida implacável por parte de seus adversários, e dois quadros trabalhistas que integravam a Casa foram sumariamente cassados em um processo obscuro, conduzido por iniciativa de seus próprios colegas de legislatura – os militares ainda mal tinham se acomodado nos postos de mando da política nacional.<sup>259</sup> Mesmo já sem ambas as lideranças, provindas do movimento sindical, o PTB era considerado, naquele contexto, a soma de todos os males da vida política do país, e progressivamente, em face aos diferentes ataques que sofreu dos membros das outras forças partidárias, passou a comportar-se, bem antes do AI-2, como um “ex-partido político”. O PSD e a UDN eram os dois grandes partidos enraizados no estado, e

---

<sup>258</sup> DULCI, O. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. 1999, p.147, grifo nosso.

<sup>259</sup> “Além dos três, a Assembleia perdeu mais sete membros, cassados por atos ditatoriais: Wilson Modesto Ribeiro [PTB, cassado em 1966], Antônio Pereira de Almeida [UDN e Arena, cassado em 1968], Aníbal Teixeira de Souza [PRP e MDB, cassado em 1968], Matosinhos de Castro Pinto [PSD e Arena, cassado em 1969], Raul Belém [MDB, cassado em 1969], Sebastião Fabiano Dias [MDB, cassado em 1969] e Sílvio Menicucci [PSD e MDB, cassado em 1969]” in: DULCI, O. e FARIA, M. *Diálogo com o tempo*. 2005, p.252.

na ocasião do golpe superaram a rivalidade histórica para se unir em um bloco “revolucionário” de sustentação parlamentar ao movimento. Em ambas as forças prevalecia o pensamento político conservador, mas sua trajetória, estilo e motivações as diferenciavam expressivamente, e suas seções estaduais em Minas eram bastante influentes sobre elas nacionalmente. O PSD, contudo, encontrava-se em declínio em termos eleitorais, e oportunamente acomodou-se da melhor maneira que pôde à nova fase da vida política, com seus integrantes procurando agir conforme as circunstâncias, mesmo que sua influência, ainda muito grande pelo país, estivesse sendo neutralizada a todo custo pelos militares, dos quais os representantes mais radicais identificavam o PSD integralmente às forças que haviam sido por eles derrubadas em 1964, como pôde ser observado acima no recorte do relatório elaborado sobre a situação política em Minas em 1969, onde há uma condenação enfática às figuras de Juscelino Kubitschek e, por extensão, de Israel Pinheiro. A UDN viu no golpe, em 1964, a realização de uma de suas aspirações, considerando-se que foi frequente no partido, ao longo de décadas, o apelo a uma intervenção militar na política que apurasse o sistema – evidentemente de acordo com seus ideais e pontos de vista. Contudo, e por diferentes razões entre os grupos internos ao partido, verificou-se o afastamento em relação ao regime por parte do *udenismo* histórico, e passaram a prevalecer definitivamente os políticos mais orientados pelo pragmatismo dentro dos marcos ditatoriais estabelecidos pelos militares – algo que já se evidenciara na reação condescendente da maioria da UDN ao AI-2. Mas, não obstante o pragmatismo, deve-se ressaltar a força dos partidos da República de 1945, que possibilitou o surgimento da legislação eleitoral que permitia a disputa entre sublegendas, sobretudo na Arena, entre ex-pessedistas e ex-udenistas.

A propósito, o cientista político David Fleischer, em entrevista ao portal do Senado, recorda que após o estabelecimento do bipartidarismo no país, Castelo Branco desejava instituir o voto distrital, de acordo com a “Lei de Duverger”,<sup>260</sup> ou seja, “quando você tem dois partidos, o sistema eleitoral deve ser majoritário distrital uninominal”;<sup>261</sup> o presidente chegou a convocar o TSE para “distritalizar” o mapa do Brasil. Porém, ex-udenistas convenceram Castelo Branco a não assinar o ato complementar que implementaria a modificação, argumentando que seus “inimigos históricos”, os ex-pessedistas, e agora correligionários seus na Arena, eram “muito mais bem situados no interior” e controlariam, portanto, mais distritos que a ex-UDN. Cabe salientar, então, com Lucia Grinberg, que a extinção dos partidos da República de 1945 não

---

<sup>260</sup> Maurice Duverger (1917-2014), cientista político francês. No sistema majoritário distrital elege-se um representante por distrito para o Congresso: o mais votado, independentemente do partido. É o modelo adotado no Estados Unidos, por exemplo.

<sup>261</sup> “Há 50 anos, país passava a ter só 2 partidos” <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos>>; acesso em 08/05/2018.

resultou “de uma espécie de evolução ‘natural’ advinda do enfraquecimento do sistema”, mas de “uma intervenção autoritária e casuística que contou com resistências consideráveis [...], realizada imediatamente após as eleições de 1965, quando os partidos e o eleitorado demonstraram que o movimento de 1964 não havia superado a autonomia e a força das legendas”.<sup>262</sup> Para Antônio Lavareda, a imposição do bipartidarismo pode ter “significado a inviabilização da última chance de consolidação de um sistema partidário-eleitoral no Brasil”, sendo que o sistema que vigorou entre 1945 e 1965, apesar de não estar isento de dificuldades, “era uma experiência privilegiada nas suas circunstâncias para a implantação de clivagens políticas duradouras na sociedade”.<sup>263</sup> Deve-se considerar que o autor alcançou semelhantes conclusões em uma tese apresentada no ano de 1990 e que, não obstante, nas décadas seguintes foi possível observar um relativo amadurecimento do sistema partidário pós-ditadura, embora definitivamente não sem contratempos.<sup>264</sup> Contudo, é impossível subestimar os efeitos perniciosos sobre a qualidade da representação política no Brasil produzidos pelo abandono sumário do papel republicano por parte da maioria das lideranças políticas em 1964.

Em Minas Gerais, terra do estereótipo da “política como vocação”,<sup>265</sup> surgiu imediatamente a tentativa, a partir de um conjunto amplo de agentes, de conquistar para o estado – leia-se, para suas elites – todos os possíveis rendimentos que porventura pudessem surgir no novo horizonte político do país; ou, se não, apenas de se preservar no poder da maneira mais segura possível. Assim, o regionalismo deu mostras de que não se encontrava tão superado como se poderia supor observando-se o período da história do Brasil em que grandes esforços de centralização e homogeneização político-administrativa foram empreendidos. Refloresceu, então, a “mineiridade”, uma formulação ideológica “virtualmente consensual enquanto representação das elites”, segundo Dulci, que exerceria três funções: a de “organizar os setores dominantes” em um código unificador; a de legitimar o domínio, “na medida em que o restante da sociedade, ou parcela significativa da mesma, compartilhe os valores e símbolos regionais”; e a de “fortalecer os interesses do estado na arena nacional”.<sup>266</sup> Os políticos do PSD e da UDN em Minas recorreram a este constructo ideológico para conquistar alguma margem de legitimidade e, por extensão, de decisões, por sobre os militares que tomaram o poder, mas os

---

<sup>262</sup> GRINBERG, L. *Partido político ou bode expiatório*. 2009, p.62.

<sup>263</sup> LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas*. 2012, p.191.

<sup>264</sup> Cf. MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Segundo a autora, “os partidos brasileiros figuram como agentes centrais do processo democrático, são elementos necessários à organização e ao funcionamento dos governos e retiram da dinâmica governamental recursos para o seu desenvolvimento” (p.20, grifado no original).

<sup>265</sup> DULCI, O. Op., cit., 1999, p.203.

<sup>266</sup> Id., *Ibid.*, p.200.

valores da compensação, do equilíbrio e da moderação, associados à mineiridade por Alceu Amoroso Lima, ainda se revelariam bem difíceis de ser exercitados em uma ditadura.

## Referências

### *Bibliografia:*

ABREU, Alzira Alves de. Cristianização. In: CPDOC. FGV. Dicionário do CPDOC. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cristianizacao>>. Acesso em 17 mai. 2018.

BEIGUELMAN, Paula. **O pingo de azeite: A instauração da ditadura.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. (Coleção Khronos).

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, Vol. 51).

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: Modernistas mineiros.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.5-31, nov. 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Animal político: Arquétipo do mineiro conciliador, Tancredo Neves ganha biografia com furos jornalísticos e alguns equívocos. **Quatro Cinco Um: A revista dos livros**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.10-11, mai. 2017.

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe, 1964-1969: A história contada por jornais e jornalistas.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo 1945-1964.** São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. A espada elitista: Cassação de deputados operários em Minas Gerais. **Locus: Revista de História, Juiz de Fora**, v. 5, n. 2, p.55-72, 1999.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Cap. 4. p. 127-154. (O Brasil Republicano, vol. 3).

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Coleção Humanitas.

DULCI, Otávio Soares; FARIA, Maria Auxiliadora de. **Diálogo com o tempo: 170 anos do Legislativo Mineiro**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2005.

DULLES, John W. F. **Castello Branco: O presidente reformador**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. Tradução de Heitor A. Herrera.

*ESTADO DE MINAS* (Belo Horizonte). **Há 50 anos, briga entre deputados estaduais chegou a ter tiros em plenário da Assembleia**. 2013. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/02/13/interna\\_politica,350036/ha-50-anos-briga-entre-deputados-estaduais-chegou-a-ter-tiros-em-plenario-da-assembleia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/02/13/interna_politica,350036/ha-50-anos-briga-entre-deputados-estaduais-chegou-a-ter-tiros-em-plenario-da-assembleia.shtml)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FICO, Carlos. **Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: Momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. (Coleção FGV de Bolso. Série História).

FLEISCHER, David. **Brazilian political parties and party system**. Washington Dc: The George Washington University/the Institute of Brazilian Business and Public Management Issues, 1998.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 2. p. 53-82. (As esquerdas no Brasil, vol. 2).

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: Luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart: Entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cap. 3. p. 57-78.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Tradução de Marcos Santarrita.

*JORNAL NACIONAL*. **Pesquisa Ibope revela expectativa dos brasileiros para as eleições**. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/pesquisa-ibope-revela-expectativa-dos-brasileiros-para-eleicoes.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

LAMARÃO, Sérgio. Liga Democrática Radical. In: CPDOC (Rio de Janeiro). FGV. **Dicionário do CPDOC**. Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-democratica-radical-lider>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: O processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

LONG, Norman; ROBERTS, Bryan. As estruturas agrárias da América Latina, 1930-1990. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: A América Latina após 1930: Economia e sociedade**. São Paulo; Brasília: Editora da Universidade de São Paulo/fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Cap. 6. p. 385-466. Tradução de Geraldo Gerson de Souza.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Cap. 4. p. 92-111.

MACEDO, Michelle Reis de. Democracia em perigo: Direitas, esquerdas e radicalização política de 1964 contada pela imprensa carioca. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1 - 11.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx & Engels). Tradução de Nélio Schneider.

MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo de. A política macroeconômica e o reformismo social: Impasses de um governo sitiado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart: Entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cap. 4. p. 79-106.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MONTEIRO, Norma de Góis (Org.). **Dicionário biográfico de Minas Gerais: Período republicano 1889-1991**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Corrupção no Brasil republicano 1954-1964. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org.). **Corrupção: Ensaios e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Cap. 25. p. 206-212.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: Entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cap. 6. p. 129-148.

O'DONNELL, Guillermo A. **Modernization and bureaucratic-authoritarianism: Studies in South American politics**. 2. ed. Berkeley: University of California/Institute of International Studies, 1979.

OTONI, Pedro. Arranjos políticos e desenvolvimento dependente em Minas Gerais. In: OTONI, Pedro; REIS, Gilson (Org.). **Desvendando Minas: Descaminhos do projeto neoliberal**. Belo Horizonte: Cedebras/Fundação Maurício Grabois, 2013. Cap. 4. p. 91-138.

RAMOS, Plínio de Abreu. **O PSD mineiro**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993. (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª Série, Vol. 174).

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

*RICARDOSETTI.COM*. **50 ANOS DO GOLPE DE 1964: Eu vi JK votar no marechal Castello, para depois ser cassado**. 2010. Disponível em: <<http://www.ricardosetti.com/50-anos-do-golpe-de-1964-eu-vi-jk-votar-no-marechal-castello-para-depois-ser-cassado-capitulo-1/>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 9. p. 237-278. (As esquerdas no Brasil, vol. 2).

SANTOS, Marco Aurélio Martins. Teixeira de Freitas e Rafael Xavier: A montante do municipalismo no Brasil. In: RIO DE JANEIRO. IBGE Centro de Documentação e Disseminação de Informações. IBGE. **O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: O pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p. 9-20.

*SENADO NOTÍCIAS*. Senado Federal. **Há 50 anos, país passava a ter só 2 partidos**. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Tradução de Berilo Vargas.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Retratos do Brasil vol. 40).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1990.

STARLING, Heloisa. Ditadura Militar. In: AVRITZER, Leonardo et al (Org.). **Corrupção: Ensaio e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Cap. 26. p. 213-222.

*Fontes:*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1965. (Promulgada em 1947).

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Ano XIX, Nº 3, Capital Federal, domingo, 12 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 64, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 4 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 65, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 7 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 66, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 8 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 67, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 9 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 68, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 10 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 70, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 14 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 71, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 15 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 72, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 16 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 74, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 18 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 75, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 21 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 77, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 24 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 78, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 25 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXII, Nº 80, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 29 abr. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 190, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 193, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 7 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 194, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 9 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 197, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 12 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 198, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 14 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 201, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 19 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 202, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 20 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 203, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 21 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 204, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 22 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 205, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 25 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 207, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 27 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 208, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 28 out. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 210, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 4 nov. 1964.

**MINAS GERAIS – ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO.** Ano LXXIII, Nº 211, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 5 nov. 1964.

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. I EXÉRCITO. 4ª RM – 4ª DI. ESTADO MAIOR – 2ª SEC. Ofício nº 106-E2.** Em 08 de maio de 1969. Do Cmt da 4ª RM Ao Sr. Cmt do I Ex. (Confidencial. Disponível no acervo de Fundos e Coleções do Arquivo Nacional com o código de referência: BR DFANBSB AAJ.0.IPM.216 – Dossiê).